

## “V Sessão do Plenário Jovem”

### “A NOVA ESCOLA”

Horta, Segunda-feira, 2 de Junho de 2003.

**Presidente:** Deputada Cláudia Valadão.

**Secretários:** Deputados Viviana Oliveira e Pedro Serpa.

#### Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 15 minutos.

No **Período de Antes da Ordem do Dia** e após a chamada dos Srs. Deputados, procedeu-se à leitura do comunicado deixado pelo Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Em seguida, a Sra. Deputada à Assembleia da República, Dra. Ana Benavente, proferiu uma intervenção abordando o tema “A Nova Escola”, à qual se seguiu o período de pedidos de esclarecimento pelos Srs. Deputados Tiago Poim (*Terceira*), Roberto Melo (*São Miguel*), Mário Silva (*Terceira*), Miguel Castro (*São Miguel*), Rui Silva (*Graciosa*), Andreia Silva (*Corvo*), Dário Freitas (*Pico*), João Gonçalves (*São Miguel*), Lara Sousa (*Graciosa*), Ivan Cabeceiras (*Faial*), Soraia Costa (*Santa Maria*), Fabiana Vitorino (*Terceira*), Rodrigo Couto (*Terceira*), Pedro Meneses (*Terceira*), Lara Almeida (*Faial*), Mário Silva (*Graciosa*) e Carolina Vidal (*São Miguel*).

Posteriormente, foram apresentados 2 comunicados pelas Sras. Deputadas Janete Silva (*Pico*) e Carolina Fraga (*São Miguel*).

Após a interrupção dos trabalhos para o almoço, seguiu-se a **apresentação de Moções, Propostas de Resolução ou Deliberações** sobre temas livres. Assim, foram oradores:

Soraia Costa (*Santa Maria*), Catarina Andrade (*Corvo*), Tiago Poim (*Terceira*), Fabiana Cabral (*São Miguel*), Carolina Vidal (*São Miguel*), Raquel Parece (*São Miguel*), Miguel Castro (*São Miguel*), Lara Sousa (*Graciosa*), Maria Armada (*Faial*), Janete Silva (*Pico*) e Sofia Arruda (*São Miguel*).

No debate sobre estes temas usaram da palavra os Srs. Deputados Miguel Castro (*São Miguel*), Catarina Andrade (*Corvo*), Carolina Vidal (*São Miguel*), João Gonçalves (*São Miguel*), Soraia Costa (*Santa Maria*), Susana Lemos

(*Faial*), Dário Freitas (*Pico*), Marília Silva (*Graciosa*), Sofia Arruda (*São Miguel*), João Gonçalves (*São Miguel*), Ana Cardoso (*Pico*), Lara Sousa (*Graciosa*), Maria Armanda (*Faial*) e Luís Macedo (*Pico*).

O **Período da Ordem do Dia** compreendeu um debate entre os Jovens Deputados e os Deputados da Comissão Permanente de Assuntos Sociais da ALRA, sobre o tema em apreço “A Nova Escola”.

Assim, usaram da palavra os Srs. Deputados Isabel Mesquita (*Santa Maria*), Henrique Melo (*Santa Maria*), Miguel Castro (*São Miguel*), João Gonçalves (*São Miguel*), Roberto Melo (*São Miguel*), Rute Rocha (*Terceira*), Fabiana Vitorino (*Terceira*), Soraia Costa (*Santa Maria*), Andreia Silva (*Corvo*), Carolina Fraga (*São Miguel*), Fábio Raposo (*Terceira*), Tiago Santos (*São Miguel*), Edgar Sousa (*Terceira*), Sara Maciel (*Faial*), Janete Silva (*Pico*) e Júlia Raposo (*São Miguel*).

Para prestar esclarecimentos, usaram da palavra os Srs. Deputados da Assembleia Legislativa Regional dos Açores José San-Bento (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), Costa Pereira (*PSD*) e Paulo Gusmão (*PP*).

Encerrado o debate, a Presidente da Mesa procedeu à leitura de um comunicado oriundo do Gabinete da Presidência.

Em seguida, usou da palavra o Sr. Presidente da Comissão Permanente de Assuntos Sociais, Deputado Francisco Sousa, tendo-se seguido uma breve interrupção dos trabalhos.

Por fim, procedeu-se à votação das Propostas e Moções apresentadas pelas escolas.

*(Os trabalhos terminaram às 18 horas e 20 minutos)*

**Presidente:** Srs. Deputados, bom dia.

Peço a vossa atenção, porque a Sra. Secretária vai proceder à chamada.

*Eram 10 horas e 15 minutos.*

*(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Srs. Deputados)*

***Escola Básica Integrada de Santa Maria***

Andreia Filipa Cabral

Henrique Melo

Isabel Mesquita

Soraia Costa

***Escola Básica 3/S Antero de Quental***

Carolina Fraga  
Miguel Faria e Castro  
João Gonçalves  
Hugo Miguel  
Pedro Serpa

***Escola Básica Integrada de Rabo de Peixe***

Helder Manuel Arruda Lima  
Tiago Miguel Sousa Estrela  
Fabiana Catarina Vieira Cabral  
Diana Paula Correia Botelho  
Sara Patrícia Monteiro Vaz

***Escola Básica Integrada da Ribeira Grande***

André Manuel Ferreira Estrela  
Sofia Correia Janeiro  
Joana Inês Rodrigues Vieira  
Júlia Sofia Melo Raposo  
Maria Carolina M. Vidal

***Escola Básica 2,3 de Vila Franca do Campo***

Cláudia de Jesus Lima Cabral  
Raquel Soares Parece  
Roberto Mário Mota Melo  
Sofia de Braga Arruda  
Tiago João Melo Santos

***Escola Básica Integrada dos Biscoitos***

Cátia Lima  
Edgar Sousa  
Mário Silva  
Pedro Meneses  
Rute Rocha  
Tiago Poim  
Cláudia Valadão  
Fabiana Vitorino  
Fábio Raposo

Mara Rocha  
Rodrigo Couto

***Escola Básica Integrada /S da Graciosa***

Daniela Bettencourt Santos  
Lara Isabel Freitas Sousa  
Marília Raquel Bettencourt Silva  
Rui de Freitas Mendonça Correia da Silva

***Escola Básica 2,3/S das Lajes do Pico***

Viviana Machado Oliveira  
Janete Carolina Silva  
Ana Maria Cardoso  
Dário Leal Freitas  
Luís Macedo

***Escola Básica 2/3 da Horta***

Ivan José Dutra Cabeceiras  
Lara Patrícia da Silva Almeida  
Maria Armanda S. Neves  
Susana Cristina da Silva Neves  
Sara Gonçalves Maciel

***Escola Básica Integrada Mouzinho da Silveira***

Andreia Conceição Freitas da Silva  
Ana Catarina Nascimento Andrade  
João Paulo Nunes Silva

***Deputados à Assembleia Legislativa Regional dos Açores:***

Deputado José San-Bento (PS)  
Deputado Costa Pereira (PSD)  
Deputado Paulo Gusmão (PP)  
Deputado Paulo Valadão (PCP)

*(Participaram nesta Sessão, como convidados, os Srs. Deputados à Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Francisco Sousa, Manuel Avelar, Osório Silva e José Rego, bem como os Srs. Deputados à Assembleia da República, Ana Benavente e Luís Fagundes Duarte).*

**Presidente:** Exma. Sra. Deputada à Assembleia da República, Dra. Ana Benavente, Exmº Sr. Deputado Luís Fagundes Duarte, Convidados, Sras. e Srs. Professores, Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Vamos iniciar os nossos trabalhos com a leitura do comunicado deixado pelo Exmº. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Dr. Fernando Menezes.

“Exma. Senhora Deputada Ana Benavente, Exmo. Senhor Deputado Luís Fagundes Duarte, Srs. Deputados Regionais da Comissão de Assuntos Sociais, Srs. Professores, Jovens Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Em primeiro lugar, quero pedir-vos desculpa pela minha ausência, que muito lamento, mas as funções que exerço obrigam-me a estar ausente nos Estados Unidos da América a convite de Sua Excelência o Senhor Presidente da Assembleia da República e em representação da Região Autónoma dos Açores.

Em segundo lugar, permitam-me que agradeça a presença da Sra. Deputada Ana Benavente que prontamente se disponibilizou para estar presente neste Plenário Jovem e que saúde igualmente o Sr. Deputado Luís Fagundes Duarte que, em boa hora, aderiu a esta nossa iniciativa.

Cumprimento também todos os Srs. Deputados Regionais, os Srs. Professores e os alunos das 10 escolas que aderiram a mais este momento de reflexão promovido pela Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

O vosso empenho e a vossa disponibilidade, Srs. Professores e alunos participantes, tem para nós acrescido relevo tanto mais que estamos no final do ano lectivo onde as actividades escolares são mais intensas e exigentes.

Bem hajam por isso e sobretudo por compreenderem a importância deste exercício de cidadania.

Srs. Deputados, Meus Senhores e Minhas Senhoras:

Tem sido política da Presidência do parlamento açoriano, abrir este espaço à participação cívica e à juventude num esforço permanente de divulgação, reflexão e conhecimento.

Nos últimos 14 meses, visitaram esta Assembleia 26 instituições entre escolas de todas as ilhas, grupos de emigrantes e associações várias. Só em 2003 já se realizaram 5 Plenários Jovens sob os mais variados temas, desde o “Desafio da União Europeia” até ao que hoje se realiza sobre a “Nova Escola” passando pela “Imigração e Integração Social” e outros.

Sempre com os mesmos propósitos realizaram-se ainda 3 sessões de debates temáticos com diversos convidados, 3 exposições de pintura, apoio e lançamento de livros e a semana passada, um espectáculo de Ballet.

Por tudo isto, pensamos que este órgão superior da autonomia regional, é hoje mais conhecido dos açorianos.

Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Maioritariamente as escolas envolvidas escolheram o tema da “Nova Escola” para o debate deste Plenário Jovem.

Todos sabemos da relevância deste assunto em todas as épocas mas sobretudo no momento presente onde são maiores as exigências e as dificuldades do nosso tempo.

Estais sentados hoje nos lugares onde habitualmente estão os eleitos dos açorianos.

Espero que esse facto vos faça compreender a responsabilidade e o trabalho dos deputados regionais, tantas vezes incompreendido e muitas vezes sujeito às mais infundadas críticas.

Mais uma vez obrigado por terem vindo.

Votos de Bom Trabalho!

**O Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, *Fernando Manuel Machado Menezes***”

Concluída a leitura do comunicado, declaro aberta a “V Sessão do Plenário Jovem”.

Tem a palavra a Sra. Deputada à Assembleia da República, Dra. Ana Benavente.

**Dra. Ana Benavente:** Bom dia a todos.

Sras. e Srs. Deputados:

Começo por agradecer o convite que recebi para estar presente nesta Sessão. Considero que momentos como este são de extrema importância para a nossa democracia.

Vou introduzir o tema “A Nova Escola”, de modo a que depois possam formular as vossas perguntas, questões, dúvidas e interrogações.

A primeira questão que gostaria de sublinhar é que a escola nasceu da liberdade, da igualdade e da fraternidade.

A escola é uma instituição das democracias. Quanto mais democrática é uma sociedade, mais investe na educação dos jovens e dos adultos. Nós vemos que assim é, através da história.

Quando os países se abrem, constroem democracias, acreditam na importância da cultura, do saber, do conhecimento para todos os cidadãos e querem aproximar-se deste ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, então investem na educação.

Quando os países se fecham, vivem em regimes autoritários, quaisquer que sejam as características desses regimes, geralmente as sociedades desinvestem na escola e são sociedades ainda hoje, infelizmente no mundo, em que nem todas as crianças frequentam escolaridade obrigatória, continuando a haver crianças analfabetas, no sentido literal, que nem sequer aprendem a ler e a escrever com particular incidência nas raparigas. A nível mundial, em continentes como a África e a Ásia, isso ainda hoje é uma realidade.

Organizações Internacionais, como a UNESCO, trabalham ainda neste Séc. XXI, para que todas as crianças tenham direito à escola como um direito e não apenas um dever, como, por vezes, muitos dos nossos jovens vivem a escola.

A escola tem que ser defendida.

Defender a escola também significa criticá-la, de modo construtivo, para que ela se possa transformar, porque a escola que existia e que respondia às necessidades de há 20, 30 ou 40 anos, não corresponde às necessidades do mundo de hoje.

As críticas que se fazem à escola nem sempre são coincidentes, não são as mesmas. As pessoas têm pensamentos e concepções muito diversas sobre a educação. Há grandes contradições. Nem todos querem o mesmo, nem os estudantes, nem os pais, nem os professores, nem todos os Srs. Deputados defendem as mesmas concepções de escola. Há não só diversidade como também contradição, o que torna a transformação da escola, a construção da “Escola Nova” (tema deste debate) muito mais difícil e complicada.

Por outro lado, a sociedade também pede cada vez mais coisas à escola.

No passado, a escola tinha o seu papel muito bem determinado. A família e a comunidade ocupava-se da educação e a escola ocupava-se da instrução, de assegurar os conhecimentos e os saberes, naturalmente, sempre com regras educativas, que eram as regras que dominavam na sociedade.

Hoje, como sabem e também o sentem de maneira diferente segundo os lugares em que vivem, a sociedade mudou muito, desde a novas tecnologias, desde a ocupação de pai e mãe em empregos que ocupam muitas horas durante o dia, até às cidades em que a família já não vive toda junta, portanto, não há os avós, os tios, as pessoas que podem apoiar o jovem. A sociedade virou-se para a escola como muitas vezes a única esperança de que a educação ambiental, a educação sexual, a educação rodoviária, a educação para a cidadania, e tantos outros domínios, seja assegurada na escola, porque (aqui talvez tenham menos essa experiência), sobretudo nas grandes cidades, o jovem está muito sozinho, muito mais deixado a si próprio do que no passado.

A escola, com todas as críticas que se fazem, aparece como a única instituição que tem dado provas da sua continuidade, da sua segurança e seriedade para responder a estas novas necessidades sociais.

Isto é muito difícil, porque no Estatuto dos Professores, no seu tempo, na sua formação, na organização da escola, estas novas necessidades e respostas não estavam e não estão muitas vezes inscritas.

A escola tem dificuldade em responder às novas necessidades sociais.

Por sua vez, a própria sociedade pede muitas mais coisas à escola, mas nem sempre lhe assegura os meios para que ela possa responder a esses novos pedidos.

Dito isto e porque faço parte de Comitês Internacionais, em Organizações Mundiais, como a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), de que Portugal faz parte, e a UNESCO, que tem a ver com a educação e a cultura, gostava de vos transmitir que essas organizações têm-se interessado muito pela escola do futuro. Este tema que aqui foi escolhido preocupa todos os que se interessam pela escola no mundo inteiro.

Num trabalho que foi feito em muitos países do mundo, com especialistas, de cenários para a escola do futuro, chegou-se a uma conclusão interessante, que eu gostava de vos transmitir.

Fizeram-se três tipos de cenários, três famílias de cenários, tentando antecipar o que pode ser o futuro.

Esses cenários foram considerados improváveis e indesejáveis, unanimemente, por todos os especialistas, que em dezenas e dezenas de encontros e de reuniões de trabalho se interessaram pela escola do futuro.

O primeiro tipo de cenário é que a escola vai desaparecer.

As críticas são tantas, os problemas são tantos que, num futuro, não sabemos se mais ou menos longínquo, deixará de haver escola.

O segundo cenário, era voltar ao passado.

Quando vocês forem mais velhos vão ver que este tempo da vossa vida vos vai parecer muito feliz, ainda que agora não o sintam assim, há sempre este efeito. Há medida que a vida avança, nós achamos que o que ficou para trás era melhor, porque seleccionamos as nossas recordações e achamos que a "idade de ouro" ficou para trás.

Então há, e isso vê-se na opinião pública e em muito daquilo que se publica, a ideia de que a escola do passado é que era boa. Há algumas tentações e tentativas de voltar a respostas do passado.



Esses cenários virados para o passado foram considerados indesejáveis, mas prováveis. No debate, provavelmente, teremos oportunidade de voltar a estes cenários de retorno ao passado.

Finalmente, os cenários que foram considerados prováveis e desejáveis, que têm que ser preparados, são os cenários de refundar a escola, de reconstruir a escola. A partir do que temos, temos que a modernizar, temos que a melhorar, temos que conseguir que ela responda às novas necessidades.

Portanto, não é apenas uma preocupação nossa, não é apenas uma resposta nossa de que vale a pena contribuir para melhorar a escola. É, realmente, uma perspectiva internacional e mundial.

Eu selecionei algumas críticas s escola actual. Gostava que dissessem depois se têm outras ou como é que comentam aquelas que eu vou referir.

**Primeira crítica:** Para que é que serve o que nós aprendemos?

Tanta coisa que nós aprendemos e que não vemos para que serve. Será só para a nota e depois para esquecer? Por que é que aprendemos isto? Isto parece-nos tão fora dos nossos interesses, da nossa realidade.

Para que serve ler um determinado livro, aprender determinados conhecimentos?

Sem dúvida, esta crítica é fundada, porque a escola foi organizando os conhecimentos de tal maneira que, por vezes, eles parecem mais conhecimentos para ter uma nota do que propriamente para alguma coisa. Não é muito óbvio e evidente para que serve uma parte dos conhecimentos escolares.

**Segunda crítica:** A escola está "divorciada" da vida.

Aquilo que se passa na realidade, a escola não tem em conta. Vive num mundo construído com os programas, as disciplinas, os horários, as campanhas e tem pouco a ver com a vida. Sente-se nos conteúdos, mas também no modo de organização.

**Terceira crítica:** A escola actual é muito antiquada nos seus métodos e na maneira como trabalha e como ensina. Há as novas tecnologias, há muita informação disponível (a televisão, a Internet) e a escola continua a centrar-se no manual e na palavra do professor.

Esses modos de trabalhar que nasceram para assegurar o conhecimento a todos quando não havia outras fontes de conhecimento, hoje, por vezes, parece um bocadinho absurdo, porque haveria outras maneiras de entender o trabalho escolar.

**Quarta crítica:** A escola é muito uniforme e muito rígida.

Os jovens não são todos iguais, não têm os mesmos interesses, não têm a mesma maneira de trabalhar, não vivem todos nos mesmos lugares, não têm

as mesmas experiências e a escola procura, pela legislação que a orienta, funcionar exactamente da mesma maneira nos Açores, no Continente, em Lisboa, numa aldeia do interior, na Horta, ou noutro lugar qualquer. Os pontos comuns na maneira de funcionar as escolas são muito, muito fortes (programas, manuais, organização do tempo escolar, calendário escolar, etc., etc....).

**Quinta e última crítica:** A escola tem fracos resultados, tanto na instrução, como na educação.

Investindo tantos meios e passando alunos, professores, funcionários, técnicos, tanto tempo na escola (grande parte da vossa vida, do vosso dia, é passado na escola, durante muitos anos), por que é que a escola não tem melhores resultados? Por que é que há tantos alunos a reprovar? Por que é que há aprendizagens tão frágeis? Esta é uma grande crítica que se faz à escola actual.

A escola tem que mudar e eu vou propor algumas perspectivas para essa mudança, na minha opinião, e penso que tem muito da opinião do Partido Socialista, cujo grupo estou integrada na Assembleia da República.

Primeira perspectiva: as aulas devem estar menos centradas nos professores e nos programas e mais centradas nos alunos.

O que é que eu quero dizer com isto?

O tempo de aula deve ser um tempo de trabalho e de aprendizagem. Não deve ser um tempo para se ouvir informação, mas para se tratar de aprender. Quando sai de uma aula, cada aluno devia ter aprendido qualquer coisa. Sabem, e estão a viver essa experiência, que nem sempre é assim.

Isto significaria mais actividades que mobilizassem as vossas energias. Vocês têm muita energia, como todos sabemos. Essa energia tem que ser canalizada para a aprendizagem, o que nem sempre acontece.

Às vezes o professor/professora tem dificuldade em "dar" a sua aula. Porquê? Porque estão distraídos, estão a conversar, a passar bilhetinhos, estão preocupados com outras coisas, estão desatentos. Isto está em todos os livros de pedagogia. Uma grande parte do tempo da aula é passado a tentar manter a ordem para poder apresentar a matéria.

Penso que esse tipo de aula, cada vez mais, tem que ser substituído por aulas com actividades que envolvam a energia dos alunos de modo a que não só aprendam, como gostem de aprender. Aqui é outro aspecto muito importante.

Quando se gosta de aprender, ao contrário do que alguns pensam, não significa que não há esforço e que não se tenha que trabalhar. Basta olhar para um desportista ou para um artista, qualquer que ele seja, do teatro à canção,

para saber que por detrás de qualquer actividade, aparentemente lúdica, baseada no prazer, há muito, muito, muito trabalho.

Por isso, quando eu digo que é fundamental que os alunos não só aprendam como gostem de aprender, ninguém está a dizer que se pode aprender sem trabalho, sem esforço, sem investimento da vossa parte.

Dentro deste aspecto, das aulas mais activas, eu também considero que as disciplinas devem estar menos separadas, os saberes menos divididos e organizados em bocadinhos, mas deve haver espaços na escola para que, em torno de problemas concretos do mundo de hoje, a biologia, a física, a matemática, o português, a educação visual se articulem uns com os outros para estudar um problema. Por exemplo, uma questão ambiental. Qualquer questão ambiental, da vossa experiência, que tenha a ver com o mar, mobiliza saberes de várias disciplinas. É para isso que nós aprendemos matemática, física, história e geografia. É para sermos pessoas capazes de compreender o mundo e intervir nele.

O modo como a escola está organizada, por vezes, torna-se difícil ao aluno perceber quais são as ligações entre os conhecimentos e a sua utilização, porque a matemática está de um lado, a física está noutra e o português noutra, cada um com a sua lógica.

Encontrar numa escola espaços em que em torno de um problema concreto se articulem os saberes, acho que é importantíssimo, porque é isso que a profissão e a vida vão pedir e pedem a todos nós, é que mediante um problema saibamos estudar, compreender e intervir em relação a ele.

Há um ditado que diz: "Se queres dar de comer a uma pessoa, dai-lhe um peixe, mas se queres que ele se torne independente e capaz de se alimentar, ensina-o a pescar".

Eu penso que este ditado tem muito a ver com a escola. Hoje, a escola não tem apenas que ensinar, tem que dar a todos os jovens os meios para eles próprios poderem continuar a aprender, porque uma das características da sociedade actual é uma mudança muito rápida e uma grande imprevisibilidade.

Nós não sabemos como é que vai ser a nossa sociedade, como é que vai ser o mundo daqui a 10 ou 20 anos. Nessa altura, serão adultos com responsabilidades sociais, profissionais, civis, de toda a ordem. Nessa altura, vai-se ver se a escola foi capaz de vos dar os instrumentos para se orientarem nesse mundo que, para além de ser imprevisível, se tornou cada vez mais complexo.

Aprender a estudar, aprender a seleccionar informação, a procurá-la e utilizá-la é, hoje, uma tarefa fundamental.

A escola não está organizada para assegurar ao jovem esse saber que, mais do que aprender, é ser capaz de continuar a aprender.

Uma outra perspectiva de mudança é que, para além dos conhecimentos, todo o tempo que passam na escola, os jovens têm que aprender regras de vida colectiva: a responsabilidade, a solidariedade, a participação.

Por uma questão de conforto no nosso debate, vamos opor um bocadinho “Escola Nova” com “Escola Tradicional”, vamos fazer uma "caricatura", porque todos sabemos que há escolas e escolas, há professores e professores e há modos de trabalhar e modos de trabalhar. Por uma questão de facilidade de exposição, eu estou a falar na escola como se fosse um todo, mas sabemos que não é assim, que há grandes diversidades, felizmente, em todas as realidades sociais e na escola também.

Para além dos conhecimentos há a vida que se aprende na escola. Também se vive na escola e aprende-se a viver.

A escola está organizada para que o aluno participe relativamente pouco nas aulas e que trabalhe para si. Não se pode copiar, o trabalho em grupo é relativamente pouco promovido (isto na “Escola Tradicional”, não quer dizer que muitos de vós não tenham experiência de trabalho em grupo, o trabalho em que a solidariedade e a partilha dos conhecimentos tenham valor).

Na minha opinião, estas regras aprendem-se através da experiência e do exemplo. É preciso vivê-las.

Em relação à educação cívica, na escola, eu não acredito que se possa educar para a cidadania, vivendo de uma maneira e depois dizendo outras coisas. Acho que qualquer jovem percebe perfeitamente o que é a valer e o que é a fingir; percebe perfeitamente um certo "cinismo", que muitas vezes não é voluntário, mas em que todos vivemos, que é "diz-me o que fazes e não aquilo que dizes", não sei bem se é assim, mas a ideia é de que é mais fácil dizer do que fazer.

Eu acredito no valor da experiência e do exemplo.

Acho que a escola tem que encontrar modos de organização que valorizem aquilo que realmente nós dizemos que deve ser valorizado, que é a participação responsável e crítica, a solidariedade e a autonomia (cada um deve ser capaz de se responsabilizar por si próprio, mas solidário com os outros).

A “Escola Tradicional” não está assim organizada.

Finalmente, acho que a escola tem que ter em conta a diversidade dos jovens, a diversidade dos seus gostos e a importância de os apoiar nas escolhas, tanto escolares como profissionais.

Também é um movimento que se vive em todo o mundo. Hoje, a vida activa, o mundo do trabalho, mudou muito. Nenhum jovem que comece a sua vida profissional provavelmente ficará no mesmo tipo de actividade durante toda a sua vida, vai ter que mudar. As solicitações são muito diversas entre a formação que ele teve e, por vezes, o que encontra na vida profissional. Há grandes diferenças. Isto significa duas coisas: a escola tem que reforçar competências nos jovens que lhes permitam responder a esta flexibilidade e a estas exigências, mas também deve apoiá-los cada vez mais nesta entrada na vida profissional.

Há países, e dou o exemplo do Canadá, que já têm uma área que se chama "Emprego e Carreira". Desde muito cedo, na escolaridade obrigatória, os jovens começam na descoberta do mundo do trabalho, o que é gerir a sua vida profissional, ao nível das suas idades.

Eu acho que aqui, a escola, que nesse ponto de vista é muito pobre em recursos, em orientadores e em meios para fazer este trabalho, tem que ser reforçada nesta perspectiva de apoiar a transição dos jovens para a vida activa. Julgo que já muito se fez na perspectiva de uma "Escola Nova". Dou-vos seis exemplos:

- Há escolas em que já não toca a campainha, já se conseguiu organizar a vida e o ritmo de maneira diferente daquilo que, no fundo, é uma cópia das fábricas;
- Há escolas com aulas de 90 minutos, como sabem, em que o tempo já foi liberto para permitir outro tipo de aulas e que se trabalhe durante as aulas;
- Há escolas com mais expressões artísticas, mais oferta de expressão artística (eu acho muito importante que cada jovem encontro espaço para a sua realização e para o seu crescimento, para além dos saberes mais teóricos, digamos assim);
- No ensino básico temos hoje uma área de projecto e no 12º ano também haverá, nesta nova reforma, uma área de projecto que permite articular os saberes de várias disciplinas;
- Há uma área de estudo acompanhado durante toda a escolaridade obrigatória que visa, precisamente, ensinar os jovens a estudar, a procurar informação e a serem responsáveis e autónomos no trabalho escolar;
- Nesta reforma do ensino secundário, há uma procura de maior permeabilidade entre as formações. O que é que isto quer dizer:

Quando se faz uma escolha, essa escolha, numa hipotética escola de todo o futuro, há momentos em que se pode mudar e fazer uma reorientação sem grande prejuízo de tempo e de esforço.

É assim que eu vejo uma “Escola Nova”, melhor do que temos hoje, mais criativa, mais inteligente, provavelmente com grandes mudanças, através de pequenas transformações.

Não penso que serão grandes reformas no papel que mudam a escola. Acho que são pequenas transformações na organização, no modo de trabalhar que podem dar origem àquilo que é realmente uma “Escola Nova”, escolas onde os jovens se sintam mais felizes, mais apoiados e com desafios que façam crescer e aprender.

Considero que as escolas podem fazer mais, sobretudo mais do que hoje fazem e acho que indo por esse caminho ganhamos todos.

Muito obrigada.

*(Aplausos da Câmara)*

**Presidente:** Srs. Deputados, após a intervenção da Dra. Ana Benavente, está aberto o período para inscrições, não esquecendo de reiterar que esperamos que esta iniciativa contribua, com as nossas palavras e ideias, para que se abram novas janelas para a “Nova Escola”.

Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Poim.

**Deputado Tiago Poim (Terceira):** Exma. Senhora Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Convidados e Caros Colegas Deputados:

É com grande prazer que estamos aqui a representar a Escola Básica e Integrada dos Biscoitos e a Ilha Terceira.

Por esta razão, sentimo-nos obrigados a agradecer esta oportunidade que nos foi concedida.

Esperamos estar à altura deste difícil, porém aliciante desafio, com a certeza que sairemos enriquecidos ao nível sócio-cultural e podemos dar o nosso contributo para que possa existir, de verdade, uma “Nova Escola”.

É em relação a essa “Nova Escola”, que nos iremos debruçar e colocar algumas questões.

Para quando, Exma. Senhora Doutora Ana Benavente, leis que obriguem os pais menos responsáveis a preocuparem-se de forma integral com a educação dos filhos? Ou, para quando medidas para ajudar aqueles que gostariam que o seu filho fosse à escola, mas não vai porque tem que contribuir para o rendimento do agregado familiar?

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Roberto Melo.

**Deputado Roberto Melo** (*São Miguel*): Exma. Senhora Presidente da Assembleia, Exmos. Convidados, Exmas. Senhoras e Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Sabendo que a Sra. Doutora Ana Benavente fez parte da equipa que concebeu a reorganização curricular, as perguntas que lhe desejo colocar são as seguintes:

Na reorganização curricular em curso, uma das medidas mais criticadas pelos estudantes, tem sido o conceito de aulas de 90 minutos. Até que ponto será rentável, em termos de concentração e atenção, uma aula de 90 minutos? É que a divisão entre teoria e prática tem ficado apenas no papel.

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos, tem a palavra a Exma. Senhora Deputada à Assembleia da República, Dra. Ana Benavente.

**Dra. Ana Benavente:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado Roberto Melo, vou começar pela sua pergunta.

As aulas de 50 minutos que nós tínhamos, correspondem a um modelo de aulas positivo.

Na própria formação de professores, uma aula é planificada do seguinte modo:

O professor chega, apresenta o sumário da última lição, recorda o tema, se há trabalhos de casa corrige, a seguir apresenta a matéria, faz um ou outro exercício, ou uma ou outra pergunta, segundo a natureza da matéria para ver se foi compreendida, passa trabalho para casa e acabou a aula.

Sendo que uma grande parte de uma aula expositiva é passada, como eu referi, a manter a ordem e a atenção dos alunos que estão, em geral, todos sentados de costas uns para os outros e virados para o professor que fala, pareceu-nos, e parece há muitos anos a muita gente, que a lógica de ser o tempo que manda no modo de trabalhar, é muito rígida e absurda, porque nós, na nossa vida, temos actividades para as quais precisamos de uma hora e outras para as quais precisamos de duas horas e ainda outras que precisamos de meia hora.

As escolas deviam ter a liberdade de organizar o tempo, segundo as actividades. O que deve mandar não é o tempo, mas a aprendizagem, sendo que isto é muito complicado, porque os professores têm horas de aulas e o seu tempo tem que ser contabilizado.

Pareceu-nos que as aulas de 90 minutos, após várias experiências que foram feitas em dezenas de escolas, era um tempo que permitia diversificar as

maneiras de trabalhar, permitia utilizar as novas tecnologias, fazer trabalho em grupo, permitia que os alunos trabalhassem durante as aulas.

Aliás, já muitos professores procuravam juntar duas horas para fazer um trabalho diferente da aula, só de passagem de informação.

Eu considero que mesmo que um professor mantenha uma aula expositiva, um modo mais tradicional de trabalhar, ele pode aproveitar os 90 minutos, porque quando faz um exercício para ver se a matéria foi compreendida, ou faz perguntas para ver se estavam com atenção e perceberam a explicação, então o professor pode passar exercícios para serem feitos durante a aula, pode formular perguntas para serem respondidas durante a aula, estudando a matéria que acabou de ser apresentada e, no fim, pode corrigir e tirar as dúvidas, porque é isso que geralmente se faz, por exemplo, nas explicações. Quando os alunos têm explicações, quando têm dificuldades que não conseguem ultrapassar, têm que fazer exercícios, saber o que é que não se compreendeu para tirar as dúvidas.

Ainda que não se utilize as novas tecnologias, ainda que não se faça trabalho de grupo durante as aulas, segundo o tipo de matéria e o tipo de trabalho que se está a fazer, então há possibilidade de, durante a aula, fazer os exercícios e estudar de maneira a que aquela unidade, aquela matéria que foi apresentada, fique percebida até ao final daquela aula.

Eu acho que só há vantagem, sendo que ainda por cima as aulas de 90 minutos podem ser divididas dentro dos 90 minutos em dois blocos com dois tipos de trabalho diferente.

Portanto, acho que tudo o que é novo confronta-se sempre com alguma resistência, porque implica mudança, mas as aulas de 90 minutos só podem ser melhores do que eram, rígida e uniformemente, as aulas de 50 minutos, qualquer que fosse a matéria, o tema ou a disciplina.

Quanto à pergunta do Sr. Deputado Tiago Poim, sobre medidas para ajudar, em famílias que têm dificuldades, os filhos a ir à escola, a educação, como eu referi, não pode resolver tudo sozinha, nem pode a política educativa vingar, se não tiver as outras políticas sociais e económicas coerentes com essas políticas educativas.

Nas famílias que estão a lutar pela sobrevivência e que precisam do trabalho dos jovens, a educação pode não aparecer, e não aparece por vezes em famílias que têm pouca escolaridade, como uma prioridade.

Por isso mesmo, é fundamental que haja apoios, não da parte da educação, mas de políticas articuladas com a educação, políticas sociais de apoio às famílias. Estou a lembrar-me, por exemplo, do Rendimento Mínimo Garantido que hoje mudou de nome, mas tem a mesma função, ou seja,



famílias em situação muito desmunida, possam ter um apoio para que não se socorram do trabalho infantil dos jovens que devem estar nas escolas. Isso é fundamental até para romper o ciclo da pobreza.

Como sabem, está provado, que o ciclo da pobreza pode ser rompido através da educação, mas se um jovem vem de uma família muito pobre e não vai à escola, há todas as hipóteses para que ele também venha a ser uma pessoa muito pobre, muito desmunida, porque não vai ter a possibilidade de encontrar uma actividade profissional que o faça ter uma vida melhor.

Sempre, desde a criação da escola, os pais que investem na escola é com a ideia de que os seus filhos podem ter uma vida melhor.

Portanto, para além da acção social escolar, que é pontual e pouco significativa quando estamos a falar de escolaridade obrigatória, sem dúvida que tem que haver articulação das políticas sociais para que a educação possa ser para o jovens uma actividade que melhore as suas vidas.

**Presidente:** Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Silva.

**Deputado Mário Silva (Terceira):** Obrigada, Sra. Presidente.

Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Caríssimos Sras. e Srs. Deputados, Exma. Sra. Deputada Ana Benavente:

O Decreto-Lei 6/2001, concede no currículo três novas áreas curriculares não disciplinares, bem como a obrigatoriedade do ensino experimental de ciências.

Nós perguntamos: como é isto possível, se nem todas as escolas estão equipadas com laboratórios ou material audio-visual necessários?

Muito obrigado.

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos, tem a palavra a Exma. Sra. Deputada Dra. Ana Benavente.

**Dra. Ana Benavente:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A pergunta que faz aparece sempre nos debates sobre a educação.

O que é que deve andar à frente?

Deve andar à frente o equipamento ou a vontade?

A questão concreta que formulou é sobre o ensino experimental das ciências.

Eu responderia que a formação científica dos jovens é um objectivo. Tem que estar consagrada em Lei.

Como é que ele é concretizado?

Temos várias situações, mas eu escolheria duas, por uma questão de facilidade: ou há o equipamento necessário e o problema está resolvido (há laboratórios, há material para que os laboratórios funcionem e aqui não há

qualquer dúvida), ou a escola não tem o equipamento que os professores consideram necessário.

Nesse caso, temos a seguinte situação:

Os professores têm que assinalar e as autoridades, em geral, sabem que aquela escola está na primeira linha para receber um equipamento que lhe faz falta. Ainda assim, penso que se este objectivo for assumido por professores e alunos como um objectivo positivo, há maneiras de fazer, porque sabem que até naqueles livros que nós compramos para os nossos filhos e que provavelmente muitos de vós receberam em festas de aniversário, que é "O Pequeno Mágico", etc., há actividades de educação científica que podem ser feitas com materiais da vida corrente e há, para os professores, as associações profissionais (a Associação de Professores de Química, a Associação dos Professores de Física, a Sociedade Portuguesa de Física, de Matemática, etc.), que têm muitas sugestões de materiais, de experiência e de trabalho, que podem ser utilizados até através da observação da natureza, daquilo que existe no meio que nos rodeia. Isto para dizer o quê?

Eu não defendo que as escolas devam fazer formação científica dos jovens, sem laboratórios. Longe de mim tal ideia. Acho que devem ter laboratórios.

A política das escolas completas, de considerar que uma escola não é um conjunto de salas de aula com cadeiras, mesa e quadro preto, mas é muito mais do que isso, tem que ter biblioteca, espaço desportivo, laboratórios e uma série de equipamentos, nomeadamente ao nível da informática, penso que essa perspectiva continua válida, felizmente, para além dos Governos. É um caminho que se tem que fazer, porque sabem que nós partimos de muito longe, com escolas muito fracamente equipadas.

Também acho que quando não estão reunidas todas as condições, ainda assim, há trabalho que pode ser feito.

Mais grave seria se não estivesse consagrada a importância da educação científica dos jovens.

Quanto às áreas curriculares não disciplinares eu já as referi. Acho que a Área Projecto é fundamental, porque é isso que a vida vai pedir aos jovens, é que saibam utilizar os conhecimentos, em torno de um problema. Também considero fundamental o Estudo Acompanhado, porque nós sabemos (nós, os mais velhos) que se pode chegar à universidade sem saber estudar, sem saber identificar as dificuldades, sem saber como é que nos podemos organizar para aprender, sem sermos responsáveis e autónomos no nosso estudo e no nosso trabalho escolar. Portanto, considero fundamental que o Estudo Acompanhado exista e que seja assim perspectivado.

Por exemplo, eu que tive muitos anos ligada à formação de professores, notei que havia jovens a fazer a sua formação de professores que nunca tinham feito uma ficha de leitura, não sabiam construir um trabalho individual, com introdução, desenvolvimento do tema, conclusão e bibliografia, não sabiam organizar um trabalho de grupo.

Tudo isso são aprendizagens, competências que o Estudo Acompanhado deve poder proporcionar, embora, sabendo eu, que dos dois professores que estavam previstos, se passou a um professor.

**Deputado Francisco Sousa (PS):** Nos Açores continuamos com dois professores!

**A Oradora:** Nos Açores continuam com dois professores, felizmente, mas no Continente passou-se a um só professor. Portanto, a tarefa ficou bem mais complicada. Mas tendo dois professores, eu acho que há condições para fazer este caminho.

A terceira área, a da Educação para a Cidadania, eu já reforcei a importância dos jovens terem um espaço na escola e um tempo em que, como pessoas atentas, possam discutir os temas que os preocupa.

Eu sei, porque tenho um filho da vossa idade, que o que acontece no mundo vos preocupa, com graus diferentes, uns mais interessados por umas coisas, outros por outras, mas para as vossas preocupações tem que haver algum espaço, algum tempo, para que elas se possam exprimir e ser levadas a sério.

**Presidente:** Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Castro.

**Deputado Miguel Castro (São Miguel):** Sra. Presidente da Assembleia, Sra. Dra. Ana Benavente, Srs. Convidados, Srs. Deputados:

A Sra. Doutora afirmou que a escola de hoje é muito diferente da escola de há 40 ou 50 anos. A propósito, explicou que, enquanto que antes o papel da escola era acentuadamente o da instrução cabendo a educação à família, agora a educação para a cidadania é uma das funções fulcrais da escola por exigência da sociedade.

Explicou ainda que a escola não está totalmente preparada para responder a esta exigência da sociedade e que a sociedade, por sua vez, também não age de forma a facilitar o cumprimento desta mesma exigência.

Neste contexto, queria colocar-lhe a seguinte questão:

Até que ponto a indisciplina na escola, de que tanto se queixam os professores e alguns alunos, não é gerada ou alimentada por uma constante desresponsabilização da família, em termos da educação dos seus filhos?

Muito obrigado.

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos, tem a palavra a Exma. Senhora Deputada à Assembleia da República, Dra. Ana Benavente.

**Dra. Ana Benavente:** Nem dá tempo para pensar. Isto aqui é pior do que um exame oral. Já viram, nem tenho tempo para pensar nas respostas. Tem que ser logo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É uma pergunta muito importante. Realmente as vossas questões vão ao centro dos problemas de hoje.

Se a indisciplina na escola resulta da desresponsabilização da família?

Eu acho que resulta de muitas coisas, de muitos factores, em que este também se inclui.

Não sei se se pode falar de desresponsabilização. Se estivessem aqui responsáveis pela família diriam que não é bem assim, que é a organização da vida que não deixa tempo às pessoas.

Eu acho que é o modo como a sociedade cada vez mais se organiza, talvez em torno mais das coisas e dos bens do que das pessoas (acho que a sociedade actual dá mais importância aos bens materiais do que às pessoas), que deixa as pessoas, e neste caso os mais jovens, muito entregues a si próprios.

Que a indisciplina se revele na escola, ela também se revela na família. Vão falar com os pais e vão ver que comportamentos de jovens, que não são aqueles ideais, ou que os mais velhos esperariam, têm lugar na escola, na família, nos espaços públicos e não apenas na escola.

Como na escola estão todos juntos, muitas horas, das mesmas idades, é um dos espaços em que é mais evidente este fenómeno da dita indisciplina.

Eu acredito que se a escola se organizar, com regras explícitas para todos, em que todos entendam a sua razão de existir e que o trabalho que se faz interessa e mobiliza as energias dos alunos, por esse caminho pode-se limitar os fenómenos da indisciplina.

Vamos a casos concretos:

Acho que um jovem muito indisciplinado (não estou a falar daquela malcriação, ou daquele barulho demasiado, porque isso acontece em todos os espaços, mas aqueles casos extremos) é um jovem infeliz e eu não tenho qualquer dúvida em relação a isso. Ele não encontrou modos positivos de traduzir a sua afirmação.

Sabem que isso tem a ver com os bons alunos/maus alunos. Geralmente os jovens muito indisciplinados são fracos alunos e se calhar as coisas não andam desligadas, porque quando um jovem percebe que não se valoriza, não é reconhecido, não é bom, ele vai tentar afirmar-se de outra maneira e noutra espaço. Ele vai, de modo negativo, tentar que os outros tenham medo dele,

que o respeitem. Ele vai afirmar-se: «eu estou aqui e se não estou aqui reconhecido pela positiva, só me resta estar pela negativa».

Portanto, isto é dito por muitos especialistas (estou a pensar no Prof. Daniel Sampaio ou no Pedro Strecht que chamam a atenção para isto).

Eu acho que a opinião pública, em geral, é pouco sensível. A opinião pública, na minha opinião, tem medo dos jovens. Eu sinto isso. Quer-se proteger dos jovens, mas não deve ter medo, porque os mais velhos são responsáveis pela educação dos mais novos. Isso é uma responsabilidade dos mais velhos.

Não podemos ter medo uns dos outros e ainda menos dos que vêm atrás de nós, das novas gerações. Temos que os entender, não vamos deixar fazer tudo o que querem, viver uma vida sem regras nem princípios. Não! É perceber que o jovem que está numa situação de indisciplina grave, é um jovem que está mal consigo e com os outros.

Desse ponto de vista precisa, não apenas de castigo e de repreensão, mas também de apoio, não no sentido de dizer «coitadinho!...», mas no sentido de tentar encontrar um caminho, em que ele possa de modo positivo investir, utilizar as suas energias e todo o seu potencial de jovem que é.

Acho que o pior que pode acontecer a uma sociedade é condenar os jovens indisciplinados à exclusão, porque aí então estamos a alimentar outras instituições e estamos a condenar muitas vezes a própria vida desse jovem.

Portanto, se a indisciplina é a desresponsabilização da família, é muitas coisas. A escola, a família, a comunidade, as outras instituições e os próprios jovens têm a sua quota parte de responsabilidade. Penso que todos temos a nossa quota parte responsabilidade e ninguém pode empurrar para os outros – este problema não é meu, é daquele! Não! O problema da educação dos mais novos é de todos os adultos e cada um, no seu espaço, tem que assumir essas responsabilidades.

**Presidente:** Tenho a palavra o Sr. Deputado Rui Silva.

**Deputado Rui Silva** (*Graciosa*): Muito obrigado Exma. Senhora Presidente. Sra. Presidente, Sra. Doutora Ana Benavente, Sras. e Sras. Deputados, Convidados:

Gostaria de colocar duas questões à Exma. Senhora Doutora Ana Benavente.

Primeira: não acha que se corre o risco de baixar o nível de exigência, no secundário, com a escolaridade obrigatória até ao 12º ano?

Segunda: não seria importante apostar mais no ensino tecnológico?

Muito obrigado.

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos, tem a palavra a Exma. Senhora Deputada Dra. Ana Benavente.

**Dra. Ana Benavente:** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Primeira parte da pergunta, se se corre o risco de baixar o nível de exigência se o secundário, até ao 12º ano, se tornar obrigatório, como está proposto.

É uma discussão muito antiga se quanto maior for o número de alunos a frequentar determinado grau de escolaridade, se forçosamente o nível de exigência baixa.

É uma ideia muito corrente de que quando um grau de ensino é para muitos mais, forçosamente aprende-se menos. Esta não é a minha opinião e há estudos sociológicos que mostram que não é assim.

Em França, há um livro que se chama "Será que o nível baixou?", que mostra que talvez alguns tenham aprendido menos do que aprendiam numa escola muito selectiva só para eles, mas o nível de todos, em geral, porque é disso que se trata, aumentou. Estamos a falar de que nível?

O que uma sociedade quer é que muitos aprendam mais e melhor.

Eu penso que se a escola continuar a organizar-se, como em geral fazia e ainda faz em parte, de modo tradicional, talvez aconteça como referiu. Mas a escola pode organizar-se de modo mais flexível, de maneira a não querer que todos, no mesmo dia e à mesma hora, aprendam a mesma coisa, da mesma maneira, porque isto é o retrato da escola dita tradicional, e nós sabemos que há uns que aprendem, outros não aprendem, há uns que poderiam ir mais depressa e que ficam à espera dos outros. Por que é que tem que ser assim?

Há modos de organizar o trabalho escolar, que estão testados e disponíveis, que mostram que é possível, num grupo de turma, que uns avencem mais depressa, que uns façam umas actividades e que outros façam outras. É isso que é preciso ter em conta.

Pergunta se é importante que haja mais ensino tecnológico. Eu acho que sim. Acho que tem que haver uma oferta de ensino tecnológico, artístico, profissional, muito mais rica do que acontece actualmente, porque acho que quanto mais se abrirem as vias, mais jovens encontrarão respostas para si, encontrarão caminhos de que gostem, caminhos em que se podem realizar.

O objectivo de mais escolaridade obrigatória acho que é positivo, mas não queremos que seja um objectivo num papel, nem que seja um objectivo para que mais jovens sejam excluídos daquilo que se tornou obrigatório. Aí vai ser preciso um grande trabalho.

A pergunta que formulou está no centro do debate daquilo que tem que ser feito nos próximos anos, que é conseguir que mais escolaridade obrigatória seja realmente para todos mais realização pessoal, mais saber, mais conhecimento, mais cultura e não apenas mais exclusão ou mais frustração, que é aquilo que acontece, infelizmente, ainda hoje a alguns jovens até ao 9º ano.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Silva.

**Deputada Andreia Silva (Corvo):** Sra. Presidente da Assembleia Legislativa, Jovens Deputados, Ilustres Convidados e Colegas:

Venho representar a Escola Básica e Integrada Mousinho da Silveira e gostaria de perguntar à Sra. Doutora Ana Benavente se concorda com a participação dos alunos no processo de avaliação dos professores?

Muito obrigada.

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos, tem a palavra a Exma. Senhora Deputada à Assembleia da República, Dra. Ana Benavente.

**Dra. Ana Benavente:** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Concordo, mas acho que era preciso discutir o que é que está por detrás desse processo de participação dos alunos na avaliação dos professores.

Eu acho que os alunos estão sempre a avaliar os professores. Não é só nas vossas conversas uns com os outros, não é só quando dizem que gostam muito daquela professora, ou não gosto tanto daquele professor. É nos vossos próprios resultados. Eu acho que o vosso próprio gosto em aprender é uma avaliação, nem diria indirecta, mas directa, para um profissional de educação.

Tive ocasião de dizer muitas vezes que um professor, cujos alunos não aprendam, não pode ser um profissional que se sinta satisfeito com o seu trabalho. Claro que às vezes há factores que não dependem directamente da sua actividade profissional, mas tem que se sentir questionado.

Essa avaliação já existe no dia a dia, nos resultados escolares, no modo como estão nas aulas, no modo como se relacionam com os professores, com a matéria e com o trabalho que é feito com determinados professores. Penso que a pergunta é uma avaliação mais formal.

Se essa avaliação faz parte do trabalho de cada professor, saber o que é que vocês gostaram mais, o que é que gostaram menos, isso já se faz. Em muitos lugares, muitos professores já fazem isso, momentos de revelação, diria, de avaliação e auto-avaliação com os seus alunos: "Vamos passar um ano juntos, vamos trabalhar, temos objectivos e desafios. É bom que regularmente nos perguntemos se as coisas estão a correr bem. Acham que isto devia ser feito de outra maneira? Façam lá as vossas propostas."

Nos casos em que isso não é feito, por vezes, pode ser um choque para os professores saberem o que é que os alunos pensam do modo de trabalhar.

Acho que aí as opiniões são muito diferentes. Há quem considere que os jovens não têm competências para essa avaliação. Eu considero que têm e devo dizer que em experiências de pedagogia activa, até os pequeninos têm a sua palavra a dizer.

Em modelos pedagógicos, como o Movimento da Escola Moderna, desde muito pequeninos são educados para a responsabilidade, para dizerem de si próprios, desde logo a auto-avaliação, porque quando nós avaliamos os outros também temos que nos avaliar. Isto é um elemento de resposta. Não basta avaliar os outros, temos que nos avaliar.

Isto é uma prática que a ser desenvolvida será uma educação para a cidadania, mais importante, porventura, do que muitos discursos.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Dário Freitas.

**Deputado Dário Freitas (Pico):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente da Assembleia, Caríssimos Srs. Deputados e Deputadas, Exma. Sra. Dra. Ana Benavente:

Gostaria de lhe colocar duas questões.

Primeira questão: Teoricamente acreditamos na liberdade, igualdade e fraternidade, mas para haver igualdade de oportunidades temos que ter todos igualdade de meios para os atingir. Por exemplo, quando se fala em novas tecnologias e Internet, também gostamos de as utilizar, mas quando temos um computador com Internet para seiscentos alunos, torna-se difícil utilizar este meio na aprendizagem.

A igualdade é uma palavra bonita, como é a palavra paixão. Precisamos é de passar os significados teóricos à prática.

Para quando oportunidades iguais para todos os jovens portugueses, do interior ao litoral, do norte ao sul, e nas ilhas?

Segunda questão: acha que a sociedade, em geral, tem um papel construtivo para uma melhoria da escola actual?

Muito obrigado.

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos, tem a palavra a Exma. Senhora Deputada à Assembleia da República, Dra. Ana Benavente.

**Dra. Ana Benavente:** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A primeira pergunta quase que podia constar de um programa eleitoral, porque ultrapassa as questões da escola, para pôr uma questão social de fundo.

A liberdade, a igualdade e a fraternidade são utopias. A utopia é um objectivo que nós sabemos que não está plenamente realizado, mas que visamos, que queremos aproximar-nos dele. Se não tivermos esse desafio e se não acreditarmos que é possível caminharmos nesse sentido, então o mundo fica muito mais desigual se nós aceitarmos as desigualdades.

Eu acho que todos temos consciência que a igualdade de oportunidades ainda não está plenamente realizada. Esse é um grande desafio das democracias, das



sociedades que visam que qualquer que seja o lugar onde se nasce, se é cidadão com os mesmos direitos e deveres.

Eu acho que tem razão. Nem todas as escolas têm ainda os mesmos meios, nem em todos os lugares há as mesmas oportunidades.

É por isso que as políticas educativas, na minha opinião, têm que ter uma grande preocupação com a exclusão, com dar mais e melhor a quem tem menos e precisa de mais, porque se nós pensarmos, por exemplo, no primeiro ciclo da escolaridade obrigatória, a quem faz mais falta esses primeiros anos de escola, é precisamente a todas as crianças que vêm de meios de cultura não letrada, que é uma palavra para designar aqueles cujos pais não andaram na escola ou andaram muito pouco tempo na escola. Esses é que precisam mesmo que a escola lhes ensine a ler e a escrever.

Os nossos filhos, ainda que ficassem em casa, certas aprendizagens básicas nós podíamos assegurar-las.

A escola, como instituição, e as políticas educativas, têm que ter esta consciência. Ela tem que ter muita atenção para com aqueles que dela dependem.

Se não for a escola a assegurar essas aprendizagens, ninguém, nem a família, nem a comunidade, lhes pode assegurar essas aprendizagens.

Aí há uma contradição, é que muitas vezes a escola penaliza precisamente mais aqueles que mais dela necessitam. Acho que foi o grande desafio na segunda metade do Séc. XX e continua a ser nesta primeira metade do Séc. XXI, que é conseguir que a escola seja libertadora, no sentido de tirar cada um do seu universo restrito para abrir o mundo, realizar o cidadão que cada ser, cada pessoa é.

O Paulo Freire, que foi um pedagogo brasileiro que marcou muito a educação no mundo, dizia que a escola é um bem e um mal. É um bem para quem dela retira os benefícios e é um mal para quem dela fica privado.

Eu acho que essa afirmação continua a ser válida.

O que é preciso é que todas as escolas, e dou o exemplo das novas tecnologias, quando os alunos não têm computador em casa, estejam bem equipadas.

Há alguns anos, desenvolveu-se um projecto que se chamava "Dos territórios educativos de intervenção prioritária", que era a procura de dar mais meios às escolas que estavam em territórios mais pobres, digamos assim, tanto na cidade, como no campo, em que sabíamos que as famílias tinham mais dificuldades.

Eu penso que é preciso continuar esse caminho, porque só assim é que os mais novos podem acreditar que estas palavras, estes conceitos e objectivos da política são para levar a sério.

A segunda pergunta, se a sociedade tem um papel construtivo na mudança da escola, gostaria de lhe dizer que tem e não tem. Alguns interlocutores têm, outros não.

Como eu disse no início, nem todos pensamos o mesmo do que deve ser a “Nova Escola”. Há concepções diferentes.

Quando eu estava a ouvi-lo, estava a pensar num sociólogo suíço que diz que quando nós falamos da mudança da escola, estamos a partir do princípio que a sociedade quer e deixa a escola mudar.

Às vezes perguntamo-nos se ele não tem razão, porque quando há determinadas alterações que parecem ir no sentido positivo, há lá muita gente a dizer que não, pelas razões mais diversas.

É um caminho difícil.

Como disse no início, acho que as sociedades precisam da escola. Há um livro que acabou de ser publicado que diz: "Escola ou a guerra civil?".

Há a consciência de que a escola é um lugar em que se aprende a viver em conjunto, é um lugar de paz, mesmo em sociedades conflituais, sem dúvida nenhuma, e é um lugar onde se constrói aquilo que é um grande palavrão, mas que vocês percebem, a coesão social.

O que é que isto quer dizer?

Quer dizer que para além das desigualdades que existem, para além dos interesses, dos modos de vida que vão ser diferentes, na escola todos convivem, todos aprendem um conjunto de conhecimentos e saberes que têm a ver com o nosso país, com a nossa maneira de viver, tem a ver com valores que partilhamos. Isso é muito importante para que as sociedades não se diluam, nem se desfaçam.

A escola tem aqui um papel fundamental.

Eu acho que com momentos melhores, outros piores, uns em que se investe mais, outros em que se investe menos, as sociedades de certo modo estão condenadas a investir na escola, porque sem escola as sociedades ficarão muito piores.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado João Gonçalves.

**Deputado João Gonçalves (São Miguel):** Sra. Presidente da Assembleia, Sra. Dra. Ana Benavente, Srs. Convidados, Sras. e Srs. Deputados:

A Sra. Doutora disse que o conceito de “Nova Escola” é para trabalhar e não para ouvir.

Será que a formação de professores aponta para que isto aconteça?

De que modo se pode ensinar os professores a fazerem de nós, alunos, a gostarmos de aprender?

Muito obrigado.

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos, tem a palavra a Exma. Senhora Deputada à Assembleia da República, Dra. Ana Benavente.

**Dra. Ana Benavente:** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu não sei muito bem o que é que hei-de responder.

Acho que a formação de professores, um pouco como em outras actividades, nem sempre corresponde a este objectivo.

Acho que há um mecanismo muito forte, que é a tentação de formar os outros tal como nós fomos formados, de ensinar tal como nos ensinaram, ou seja, de reproduzir e de repetir.

Considero que a formação de professores, tanto a inicial (aquela que se faz antes de entrarmos na profissão) como ao longo da profissão, tem que responder a estes desafios.

Em muitos casos ainda não se faz, mas considero que no que diz respeito à formação contínua, aí já há, da parte dos professores, muito mais independência e autonomia no modo como se organizam para essa formação.

Hoje, há novas modalidades de formação, como oficinas, ciclos de estudos, trabalho de projecto, ou seja, formações muito mais práticas, mais integradas, como aquilo que são os problemas que os professores sentem no seu trabalho diário, que estão reconhecidas como formação contínua.

Alguém falou de janelas para “Escola Nova”.

Eu acho que já há janelas na formação de professores para que a formação vá ao encontro das necessidades e das dificuldades que os professores sentem.

Há uma parte da formação que é um bocadinho escolar, um bocadinho formal, tal como a escola ainda tem muitos aspectos de uma escola formal e demasiado centrada na tradição para responder às necessidades.

Acho que a formação de professores tem uma situação parecida, análoga àquela que tem a escola face aos desafios do mundo de hoje.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Lara Sousa.

**Deputada Lara Sousa (Graciosa):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Dra. Ana Benavente:

Num inquérito realizado na nossa escola a professores e a alunos, verificou-se que um dos principais problemas do ensino de hoje são os programas demasiado extensos.

Os professores, muitas vezes, debitam a matéria tentando acabar os programas, o que torna as aulas, em especial as de 90 minutos, desculpem a expressão, "uma grande seca".

Qual lhe parece ser a solução?

**Deputado José San-Bento (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos, tem a palavra a Exma. Senhora Deputada à Assembleia da República, Dra. Ana Benavente.

**Dra. Ana Benavente:** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu acho que referiram uma questão séria e, por isso mesmo, no que diz respeito ao ensino básico e ao ensino secundário, em parte, foram feitos, nos últimos anos, esforços para passar de um ensino baseado nos programas, para um ensino que visava competências. Eu vou explicar o que é que isto quer dizer.

Quando nós aprendemos, temos que aprender com conteúdo. Se eu quero aprender a pescar, preciso de uma cana de pesca, de mar ou de rio, de isco, etc.. Não é no vazio. Ninguém me vai ensinar a pescar sem nada.

Na escola, para eu aprender, tem que haver um conteúdo, mas não é esse conteúdo que manda. O que interessa é que eu aprenda, que eu tenha determinadas competências. Por exemplo, na língua portuguesa eu preciso de competências para escrever, para ler, para redigir, para me saber exprimir, etc...

Todo o trabalho que foi feito nos últimos anos foi de reduzir muitíssimo os programas a um conjunto de saberes, que são saberes essenciais, com o suporte dessas competências.

A mim não me interessa que o professor diga que deu o programa. Mas o que é que os alunos fizeram dele?

O que interessa são as competências que os alunos obtiveram durante aquele tempo, durante aquele ciclo, durante aquele ano e naquela área. Cá está uma pequena/grande transformação para a “Escola Nova”. De certo modo é uma pequena/grande revolução, que consiste em organizar todo o ensino, não com estes programas extensos, como referiram, em que o mais importante de tudo é dar matéria.

A matéria não tem valor em si. A matéria só tem valor, porque aquela matéria é o suporte, o meio, através do qual o aluno vai ficar a saber escrever, a saber ler, a gostar de ler e a saber exprimir-se.

Falo do português, mas se fosse para a área da matemática os exemplos seriam outros.

Esse trabalho para o ensino básico já começou. Assim, também os senhores professores sejam capazes de entender que o programa é um auxiliar. Não é um tabu, nem uma ordem que têm na mão. Não é uma Bíblia que têm que percorrer do princípio até ao fim. Não é palavra sagrada. É um instrumento para o seu trabalho escolar. Isto é um trabalho que a escola tem que fazer em

função dos alunos que tem e tendo em conta, como o Sr. Deputado do Pico levantava a questão da igualdade de oportunidades, que os alunos não vivem todos nas mesmas condições, não chegam todos à escola com os mesmos conhecimentos, não têm o mesmo enquadramento fora da escola. Por isso mesmo, a escola tem que se organizar e, em função da sua comunidade, do seu público, digamos assim, tem que elaborar o seu projecto. As competências estão definidas, portanto, tem que ver como é que chega a essas competências. O programa é um auxiliar.

A questão é muito importante.

Esse tempo, esses programas demasiado extensos que mandam no trabalho escolar fazem parte da “Escola Velha”.

A “Escola Nova” precisa de definir as competência que têm que ser adquiridas - e elas estão definidas para cada ciclo, para serem equivalentes a todo o país - e os programas têm que passar a ser um auxiliar.

O que manda é o trabalho escolar e não o programa.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Ivan Cabeceiras.

**Deputado Ivan Cabeceiras (Faial):** Bom dia.

Exa. Sra. Presidente, Exmos. Srs. Convidados, Sras. e Srs. Deputados, Minhas Senhores e Meus Senhores:

Venho da Escola Básica 2/3 da Horta e gostaria de colocar uma pergunta à Sra. Doutora Ana Benavente.

Quando se fala tanto em insucesso escolar, qual a sua opinião sobre a falta de condições materiais com que as escolas se deparam, nomeadamente quando a maioria das vezes os alunos têm à frente, na sala de aula, um quadro, mesas e cadeiras que, na maioria dos casos, não se encontram nas melhores condições. Obrigado.

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos, tem a palavra a Exma. Senhora Deputada à Assembleia da República, Dra. Ana Benavente.

**Dra. Ana Benavente:** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Insucesso escolar ligado a condições materiais das escolas.

Claro que as condições materiais das escolas pesam no trabalho que se faz nas escolas, sem dúvida nenhuma, mas não são o único factor.

Nós podemos encontrar escolas relativamente pobres em equipamento, que fazem um trabalho pedagógico adequado aos alunos e com bons resultados e podemos encontrar escolas ricamente apetrechadas que fazem um trabalho pedagógico pobre.

Isto para dizer que o insucesso escolar é mais complicado que apenas escola pobre/maus resultados (pobre em termos de equipamentos), escola rica/bons resultados.

Não é assim que acontece. Os exemplos são muitos.

Evidentemente que se uma escola tiver maus equipamentos e más condições físicas, a sociedade está a passar àqueles professores e àqueles alunos uma mensagem da pouca importância que atribui ao seu trabalho.

Os exemplos também existem de que os professores têm sempre várias possibilidades, ou se deixam desencorajar e deixam que estas fracas condições materiais dominem o seu trabalho, ou reagem e dizem "eu não tenho condições, mas vou fazer desta e daquela maneira para conseguir que os alunos aprendam".

Estamos a falar do 1º ciclo. Sem dúvida que é o grau do ensino que foi deixado mais abandonado, sozinho, menos investido.

Penso que as coisas hoje estão a mudar devagarinho, não tão depressa como seria necessário, mas esta consciência de que as escolas têm que ser lugares bem equipados, com boas condições, eu acho que é fundamental.

Agora, o insucesso não se explica só por isso.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Soraia Costa.

**Deputada Soraia Costa** (*Santa Maria*): Sra. Presidente, Srs. Deputados e Convidados, Exma. Senhora Dra. Ana Benavente:

A propósito da questão da indisciplina já aqui referida, concorda com a criação de um órgão independente, com competências disciplinares?

O objectivo seria regular, aplicar, acompanhar e aconselhar a escola, em matérias disciplinares.

A sua composição seria o mais abrangente possível, integrando representantes de toda a comunidade escolar.

Obrigada.

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos, tem a palavra a Exma. Sra. Deputada à Assembleia da República, Dra. Ana Benavente.

**Dra. Ana Benavente:** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A minha resposta vai ser dada em duas partes.

Se esse órgão independente é para apoiar o trabalho da escola, para se interessar pela vida educativa e para enriquecer e apoiar o trabalho que se faz na escola, eu concordo.

Se é para intervir apenas em casos de indisciplina, aí eu tenho as mais sérias dúvidas. Porquê?

Porque não acho que a indisciplina seja um fenómeno desligado de tudo o resto.

A indisciplina é uma questão de relação.

Sabem perfeitamente que há alguns que são indisciplinados numas aulas e não são noutras.

A indisciplina é relacional, é de relação. Nós damo-nos bem com umas pessoas e não nos damos com outras. Há conflitos que surgem em determinada situação que não surgem noutra.

A indisciplina não é uma característica, tal como a cor dos olhos de uma pessoa. É um problema que acontece e que tem a ver com muitas coisas. Desse ponto de vista, acho que ninguém melhor do que quem o vive, porque faz parte dele, para encontrar a sua resolução.

Se este órgão independente é para apoiar as escolas, para estar atento às suas necessidades, para se interessar pela educação dos jovens, até na perspectiva que eu referi há pouco de que a escola não pode estar sozinha, pedem demasiadas tarefas e por vezes deixam-na muito só, se é para que as forças vivas de uma comunidade se interessem pela educação, isso sim. Agora, se é um comité de especialistas que quando se propõe que se castiga assim, eles dizem não, castiga-se é desta maneira, aí eu já tenho as mais sérias dúvidas, porque acho que a indisciplina não pode ser desligada da situação em que ela acontece.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Roberto Melo.

**Deputado Roberto Melo** (*São Miguel*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Dra. Ana Benavente:

Como porta-voz da Ilha de São Miguel, gostaria de lhe colocar mais duas questões.

Já tivemos oportunidade de ouvir explicar a filosofia subjacente às áreas curriculares não disciplinares.

A nossa questão é a seguinte:

Por que razão é que a reorganização curricular foi implementada sem se terem criado condições a nível de formação de professores para, eficazmente, leccionarem as áreas curriculares não disciplinares, designadas de Formação Cívica, Área Projecto e Estudo Acompanhado?

A segunda questão que gostaria de lhe colocar é a seguinte:

Ainda este ano fomos sujeitos a provas de aferição. Já que os alunos estão conscientes de que estas provas apenas têm valor estatístico, o que nos faz muitas vezes dar àquelas pouca ou nenhuma importância, esclareça o porquê da sua aplicação.

Na verdade, achamos que não é com uma prova escrita que se avalia o sistema de ensino do país.

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Fabiana Vitorino.

**Deputada Fabiana Vitorino** (*Terceira*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Exma. Sra. Dra. Ana Benavente:

Ainda no mesmo Decreto-lei 6/2001, pretende-se “o reforço do núcleo central do currículo nos domínios da Língua Materna e da Matemática”.

Como é isto possível, se diminuem o número de professores e o número de tempo de apoio a estas disciplinas?

Para quando aulas de apoio no final do dia que possam ajudar os alunos com mais dificuldades e que não podem recorrer a explicadores particulares?

Por que não a reintrodução das aulas de apoio pedagógico acrescido?

Muito obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Rodrigo Couto.

**Deputado Rodrigo Couto (Terceira):** Muito obrigado à Exma. Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Exma. Sra. Dra. Ana Benavente:

Todos nós sabemos o quanto o ensino profissional é importante nos nossos dias para a preparação dos alunos que se querem integrar no mercado de trabalho, após a conclusão do 9º ou do 12º anos.

Nós gostaríamos de saber se o Governo está disposto a apoiar, no futuro, novos cursos profissionais, quer nas escolas ditas profissionais, quer nas escolas básicas e secundárias.

Muito obrigado.

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos, tem a palavra a Exma. Sra. Deputada à Assembleia da República, Dra. Ana Benavente.

**Dra. Ana Benavente:** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado Roberto Melo, se para introduzir uma alteração na vida da Escola fosse preciso assegurar a formação de professores, as condições das escolas, tudo isso, eu penso que não haveriam transformações nas escolas, haveriam sempre professores a dizer que ainda não têm a formação.

Estas alterações do 6/2001 foram preparadas durante 5 anos. Começámos com 10 escolas, depois 30, 80, 180 e no 5º ano é que se generalizou às escolas, com a consciência de que quando há alterações para a “Escola Nova”, essas alterações são para serem construídas. Ninguém espera que logo no primeiro ano ou no segundo, os professores sejam capazes de utilizar todas as potencialidades e de fazer um trabalho, o máximo daquilo que poderia ser feito, desencadeando este processo.

O ano passado, este ano e nos próximos anos, é que cada professor sentirá que na Área Projecto, na Educação para a Cidadania ou no Estudo Acompanhado precisa de aprender mais, de ver outras experiências, de aprender com colegas que já têm outro tipo de práticas. Esse trabalho tem que continuar, porque ninguém aprende antes de começar uma actividade e isso é outro aspecto importante.



Nós aprendemos fazendo, aprendemos na situação.

Se me disserem "agora vai haver um Área Projecto", como é que eu posso aprender alguma coisa? Posso ler um livro sobre Área Projecto, posso, num grupo de formação com colegas, tirar umas ideias e ver no papel como é que aquilo se constrói. Posso aprender teoricamente, mas na prática, com os alunos, quando eu começar a trabalhar, é que eu vou ver o que é que é realmente complicado, onde é que eu tenho dúvidas.

Eu acho que nós não podemos dizer primeiro a formação e depois a acção, porque são as dificuldades que vêm da acção que também orientam a formação.

Portanto, acho que primeiro é preciso avançar devagarinho, mas, uma vez que se inicia esta actividade, a formação tem que acompanhar estas alterações.

Quanto às provas de aferição, eu acho que sim, há muitas maneiras de avaliar o sistema. Esta é apenas uma, é saber se na Língua Materna e na Matemática, um conjunto de conhecimentos, que são duas áreas que toda a gente considera estruturantes, básicas e fundamentais, está ou não adquirido e onde é que estão as dificuldades.

É como pôr um termómetro para saber, daquele ponto de vista, qual é a situação. Não é mais do que isso. Não nos diz mais sobre outras competências, sobre outras capacidades. Diz exactamente aquilo que está ali no suporte que é utilizado. É uma prova escrita de Matemática e de Português, com um conjunto de objectivos que são testados. Tudo o resto não é testado através desse instrumento. Vale o que vale para essas áreas. É essa a minha posição.

Em relação às aulas de apoio, por que não as aulas de apoio pedagógico acrescido?

Algumas matérias consideram que perderam tempo - isto foi uma discussão muito longa, muito profunda - mas eu acho que não perderam tempo. Porquê? Porque uma aula de 90 minutos é mais do que duas aulas de 50 minutos. Há mais tempo de trabalho útil numa aula de 90 minutos do que em duas de 50.

Por outro lado, tanto no Estudo Acompanhado como na Área Projecto, pode-se fazer um trabalho consequente de apoio à aprendizagem na Língua Materna e na Matemática.

A experiência mostrou e houve avaliações feitas, que as aulas de apoio pedagógico acrescido eram geralmente mais do mesmo. Quando um aluno não aprende de uma determinada maneira, se lhe propusermos mais do mesmo, dificilmente ele aprenderá.

É preciso fazer um trabalho diferente e consideramos que, hoje, esse trabalho diferente tem condições para ser feito na educação básica, sem prejuízo das escolas se poderem organizar.

Como eu dizia há pouco, o Estudo Acompanhado substitui, com vantagens, as explicações, porque é um tempo que está previsto para tirar dúvidas e para apoiar os jovens no seu trabalho individual e responsável.

Se as escolas entenderem organizar-se para dar apoio a alunos que têm dificuldades, eu acho que não há nada que impeça que as escolas o façam, até mesmo entre grupos de professores.

Hoje, há uma flexibilidade maior, até num tempo que está previsto para a escola utilizar como entender, para que as escolas se possam organizar.

Eu acho que as escolas têm muitas dificuldades, mas para além das reais há, por vezes, dificuldades acrescidas, porque não se faz a experiência de empurrar um pouco os limites que nós imaginamos que existem.

Acho que os professores e as escolas também têm que ousar mais. Se querem fazer um melhor trabalho (eu acredito que querem!), têm que ser um pouco mais criativos e ousar tomar iniciativas.

Eu sei que não é fácil, sei que por vezes têm grandes desilusões, sei que por vezes as próprias autoridades não apoiam como deviam e as pessoas sentem-se pouco reconhecidas, mas isso faz parte da profissão. A profissão é nobre, no sentido em que assegura conhecimento, saber e cultura às novas gerações e, desse ponto de vista, acho que vale a pena. Há muitas experiências no país que mostram que as escolas se podem organizar para apoiar os alunos que precisam eventualmente de um apoio pontual, numa ou noutra área.

Quanto ao Sr. Deputado Rodrigo Couto, que questionou sobre os novos cursos profissionais, eu penso que sim. Acho que a oferta de ensino secundário tem que ser reforçada nas vias tecnológicas, artísticas e profissionais.

Como eu dizia há pouco, acho que o secundário quanto mais se enriquecer, mais capaz será de absorver mais jovens com resultados positivos.

Desse ponto de vista, embora na sociedade portuguesa por vezes haja a ideia de que bons, bons, são os cursos gerais e os cursos profissionais é uma coisa menos interessante, desde que haja a tal permeabilidade, ou seja, um jovem que está num curso profissional, não quer dizer que os outros foram eleitos e ele foi excluído de alguma coisa, ele pode sempre, ao longo da sua vida, se tiver condições para isso, voltar a estudar. Ele pode ir para o Politécnico, ele pode fazer uma formação superior.

Eu considero este alargamento da oferta muitíssimo positivo, porque, como dizia, os jovens são todos diferentes uns dos outros, têm diferentes

orientações, gostos, vocações e é bom que a escola não os obrigue todos, no mesmo funil, a seguir o mesmo caminho, mas lhes ofereça uma grande diversidade de vias.

**Presidente:** Informo os Srs. Deputados que a partir de agora não se aceitam mais inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Meneses.

**Pedro Meneses** (*Terceira*): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Exma. Sra. Dra. Ana Benavente:

Voltando a um assunto já abordado, perguntamos, para quando as verdadeiras prospecções de mercado de trabalho que possam encaminhar os alunos para as reais necessidades, não esquecendo protocolos e parcerias com entidades públicas ou privadas?

Sabemos que já existem algumas, mas a procura é superior à oferta.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Lara Almeida.

**Deputada Lara Almeida** (*Faial*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Convidados:

O que acha, Dra. Ana Benavente, acerca do alargamento da escolaridade obrigatória até ao 12º ano, aqui falado?

Acha que o sucesso escolar vai aumentar?

Não acha que ao fazer-se um balanço do que acontece actualmente no ensino básico, é um erro alargar-se a escolaridade obrigatória para o 12º ano, quando há alunos que, neste momento, ao terminarem o 9º ano, procuram uma habilitação profissional para se empregarem e que de agora em diante não o vão poder fazer, pois estão obrigados a ficar na escola?

Quais os benefícios que esses alunos vão ter?

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Marília Silva.

**Deputada Marília Silva** (*Graciosa*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Convidados:

Como já referiu, o Estudo Acompanhado é importantíssimo.

No caso específico da minha escola, este não funcionou. Este facto dever-se-á a algum desinteresse dos alunos nesta disciplina, ou pelo facto da escola não estar motivada?

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos, tem a palavra a Exma. Sra. Deputada à Assembleia da República, Dra. Ana Benavente.

**Dra. Ana Benavente:** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado Pedro Meneses, protocolos, parcerias, sem dúvida nenhuma. Quando eu dizia que uma das perspectivas para a “Escola Nova” é ter uma

escola mais aberta ao mundo e à vida, uma escola mais preocupada com a diversidade dos alunos, eu acho que essa é uma das consequências lógicas.

A escola não pode estar sozinha, não pode estar fechada. Outras instituições, desde as empresas, a outro tipo escolas, de centros de formação, têm que trabalhar com as escolas.

Quanto mais a escola se abrir a estas parcerias tanto mais ganham os jovens, porque têm novas possibilidades de formação.

Houve projectos muitos concretos que se desenvolveram, por exemplo, em torno daquilo que se intitulou como o 9º ano mais um.

Estou a lembrar-me de uma escola da Marinha Grande, em que jovens que já tinham passado a idade e ainda não tinham terminado o 9º ano, mas estavam praticamente a terminá-lo, e outros que tendo terminado, não tinham nenhum projecto, não sabiam o que iam fazer, através de uma parceria, pôs-se de pé um curso de formação profissional, durante um ano, que reforçou os conhecimentos no Português, na Matemática, etc., e permitiu aos jovens um contacto com a vida profissional. Curiosamente, esse ano que puderam frequentar, levou-os a continuar a estudar e a fazerem uma formação profissional naquela área em que tinham sido iniciados.

Portanto, eu acho que a escola também tem muita dificuldade nas passagens. Na passagem o jovem que terminou o 11º ou o 12º anos, se não continua, fica entregue a si próprio, sem saber como é que vai procurar. Se tem conhecimentos serve-se um pouco deles, se não os tem fica sem saber para onde é que se dirige. É uma grande quebra, uma grande rotura.

Portanto, nesses momentos de passagem, para além da formação, as parcerias são fundamentais.

Assegurar estágios, assegurar formação adicional, assegurar durante a própria escolaridade um contacto com o mundo de trabalho, como eu referi, acho fundamental.

Muitos países no mundo (estou a pensar no Canadá, que eu já referi, mas também no Japão) estão a procurar que durante a escolaridade, até a escolaridade obrigatória, em que ainda não se pensa todos os dias o que é que vão fazer mais tarde, começa a haver uma ligação com o mundo de trabalho, para que seja natural que o jovem sinta que está a dar um passo natural no seu crescimento e que não é um drama com o qual se vê confrontado num momento para o outro.

Quanto ao alargamento da escolaridade obrigatória até ao 12º ano, Sra. Deputada Lara Almeida, neste momento, está sob a forma de uma proposta de Lei de Bases da Educação, que vai ter que ser discutida, debatida e depois regulamentada. Sem dúvida que há aqui um problema. Se a idade legal da

entrada no mundo do trabalho, estabelecida pela Organização Internacional do Trabalho, é 16 anos, como é que se vai manter um jovem na escola quando já tem idade para trabalhar? Este problema vai ter que ser resolvido.

Não me parece que possam coexistir estas duas realidades.

Certamente que nenhum de nós quer uma escolaridade no papel, ou uma escolaridade para mais exclusão.

Vamos ter que encontrar os mecanismos que, na nossa opinião, poderiam ser os seguintes:

Todos os jovens, até aos 18 anos, têm que ter escolaridade ou formação profissional. Entre os 16 e os 18, um jovem que terminou o 9º ano, se está legalmente a trabalhar, deve ter formação profissional inicial, obrigatoriamente garantida pelo Estado, de maneira a que nenhum jovem possa aos 16 anos desligar-se da educação/formação.

Como lhe disse, é uma proposta que ainda está nas suas grandes linhas e que vai ter que ser debatida, mas é bom que estejamos atentos, porque o que nós queremos não é mais exclusão, mais abandono, mais fuga à escola. Queremos é mais jovens com melhor nível de conhecimentos, com melhor nível cultural, porque isso é importante não só para as pessoas, como para a própria sociedade portuguesa.

Vejo que estão atentos e, com certeza, nos próximos tempos acompanharão e participarão no debate que vai ter lugar no nosso país.

Sra. Deputada Marília Silva, na sua escola o Estudo Acompanhado não funcionou. Lamento imenso, tenho muita pena, porque eu costumava a dizer que o Estudo Acompanhado era a "menina dos meus olhos". Porquê? Porque - e agora vou dizer uma coisa que os senhores professores vão achar mal e, se calhar, alguns de vós - eu nunca achei que os trabalhos de casa fossem uma prática positiva da nossa escola.

Percebo que, por vezes, tinha que ter lugar, porque o tempo não chegava, mas sempre achei, sobretudo quando falamos de escolaridade obrigatória, que fazer depender a aprendizagem dos alunos de um trabalho que é feito fora da escola, em condições completamente diferentes uns dos outros, porque uns têm os pais para ajudar, outros até têm alguém que apoie os trabalhos (explicadora, tempos livres) e outros não têm nada, era uma grande desigualdade e que, através dessa prática muito enraizada, porque não vem em nenhum diploma legal, mas praticamente todos os professores a praticam, afastava-nos da igualdade de oportunidades.

Era preciso responder a essa necessidade. Eu acho que há sempre trabalho para fazer em casa, fora da escola. Há sempre curiosidade, perguntas,

observações. Agora, aquele trabalho repetitivo, aula após aula, de aprendizagem, sempre me pareceu muito negativo.

Por isso, o Estudo Acompanhado procura substituir, com vantagem, de modo mais inteligente e mais integrado, essa prática tradicional, porque se o Estudo Acompanhado, na pior das hipóteses, é para fazer os trabalhos de casa, pelo menos todos tiveram tempo, condições inscritas no horário para as fazer, com a presença de dois professores que puderam tirar dúvidas e ajudar.

Portanto, ainda que seja isto, que eu acho que é pouco para o Estudo Acompanhado, já é um passo enorme na igualdade de oportunidades.

Como eu já referi ao longo do nosso debate, o Estudo Acompanhado pode ser muito mais, ele pode levar cada um a saber trabalhar sozinho, a procurar informação, a seleccioná-la, a utilizá-la, a fazer uma ficha de leitura, a saber fazer um resumo, a saber tomar notas (o que é fundamental e o que é acessório).

Eu acho que é uma área que se os alunos não a praticam empobrecem a sua aprendizagem e se os professores não a praticam empobrecem a sua actividade profissional.

Devo dizer que a área do Estudo Acompanhado é um desafio fantástico para os professores, é a possibilidade de fazer coisas que saem completamente daquela rotina de dar matéria que vem no programa e no manual, para depois corrigir, para ver se essa matéria foi ou não retida pelos alunos.

Portanto, acho que é também uma abertura de possibilidades que só pode enriquecer a prática e a vida do professor.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Carolina Vidal.

**Deputada Carolina Vidal (São Miguel):** Muito obrigada.

Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Deputada Ana Benavente:

A Sra. Dra. afirmou que deveria haver igualdade entre todos os alunos. Qual a sua opinião sobre as turmas de nível?

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Cardoso.

**Deputada Ana Cardoso (Pico):** Muito obrigada.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Dra. Ana Benavente:

Estamos aqui a debater a escola, a escola pública ou a escola privada.

É sabido que muitos dos filhos dos que mais poder têm neste país, frequentam instituições privadas ou escolas estrangeiras com regras muito rígidas, algumas herdadas de épocas pouco democráticas.

A questão que coloco é a seguinte:

A escola é igual em Portugal, ou a escola pública é uma espécie de tubo de ensaio e as escolas privadas, as de excelência, frequentadas por uma elite que será irá reproduzir a si própria no futuro?

Muito obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Silva.

**Deputada Andreia Silva (Corvo):** Muito obrigada.

Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Dra. Ana Benavente:

Actualmente está a ser discutida a possibilidade de serem introduzidos exames nacionais, no 9 ano de escolaridade.

Acha que isto pode ser uma preparação para a entrada no ensino secundário?

Muito obrigada.

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos, tem a palavra a Exma. Sra. Deputada  Assembleia da República, Dra. Ana Benavente.

**Dra. Ana Benavente:** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sra. Deputada Carolina Vidal, as turmas de nível não têm a minha simpatia, porque eu acho que os alunos têm o seu ritmo e que a escola se pode organizar para pedagogias diferenciadas.

Acho que esses são os caminhos mais fáceis, que  juntar todos que no mesmo dia,  mesma hora, da mesma maneira, aprendem as mesmas coisas. Acho que não é assim na vida, em nenhuma actividade, mas a escola tem um bocadinho essa fixação de homogeneidade, todos iguais, todos da mesma maneira.

Admito que seja um modo de organização, num determinado momento para melhor aprendizagem de todos.

Por que é que não tem a minha simpatia?

Quando se fala em turmas de nível, estamos a falar de mais e menos. Eu acredito que quando um aluno sabe menos, o que se deve visar  que ele passe a saber mais, que ele faça um caminho.

A ideia de turmas com carácter de alguma continuidade, em que há uma turma de nível de A, uma turma de nível B e uma turma de nível C, deixa-me a ideia de que esses níveis são para serem mantidos, quando eu acredito que quando um aluno sabe menos, ele deve fazer um caminho para vir a saber mais.  por isso que eu não gosto muito dessa organização rígida.

Acho que nas escolas deve haver flexibilidade para encontrar os melhores modos de organizar, de modo a que todos aprendam mais.

Há um exemplo que  clássico, que são as turmas de repetentes, para utilizar a linguagem directa.

Se uma turma de repetentes  para os juntar todos e os deixar ali, eu sou contra.

Se, como às vezes acontece, é para os juntar e conseguir com uma equipa que se constituiu na escola, puxá-los e dar-lhes uma resposta em vez de os diluir e os esquecer no meio dos outros alunos, pode ser positivo.

Eu acho que depende com que objectivos é constituída e o modo como se trabalha com ela.

Se se faz uma turma que tem um nível fraco, mas o objectivo é até ao final do semestre conseguir que aquela turma recupere e avance, então eu estou de acordo.

Se é para a manter, dizendo estes são A são A, estes são B são B, tipo etiqueta, aí já tenho sérias dúvidas e discordâncias.

Sra. Deputada Ana Cardoso, quanto às escolas privadas de excelência, todos sabemos que há escolas privadas de excelência, mas também há escolas privadas com muito fraca qualidade, escolas públicas excelentes e escolas públicas com fraca qualidade.

Evidentemente que há algumas escolas que são reprodução de elites, porque mais importante que o conteúdo, é ter frequentado determinada escola, porque isso dá um certo estatuto, mas acho que isso é uma parte muito pequenina da nossa realidade educativa.

Conhecendo o ensino particular encontramos de tudo, escolas boas, escolas menos boas do que se poderia pensar e algumas francamente más. E nas escolas públicas temos também escolas excelentes, escolas fantásticas. Eu dou um exemplo: há hoje ex-liceus que mantiveram o nome, escolas secundárias, que têm prestígio e ter frequentado aquela escola secundária dá prestígio e as escolas são procuradas e têm bons resultados. Porquê? Porque têm provavelmente um corpo docente com projecto consolidado, com trabalho de grande qualidade e outras escolas nem tanto, escolas que por vezes nem conseguem fixar os seus docentes, aquelas escolas "correntes de ar", em que todos os anos uma grande parte dos professores muda. Portanto, muito dificilmente elaboram bons projectos.

As provas de aferição, voltando a um tema que foi levantado ali pelo Sr. Deputado, nunca serviram para nós como base para um ranking de escolas, para distinguir as melhores e as piores. Porquê? Porque temos a clara consciência que aqueles resultados não traduzem toda a vida da escola, nem todas as aprendizagens da escola.

Mesmo os rankings feitos para os exames do 12º ano, e mal feitos, como se viu por todas as críticas que surgiram, mostram que não são as escolas privadas que têm os primeiros lugares.

Aparece uma ou outra privada como aparecem muitas públicas.



Portanto, acho que a situação não é assim tão óbvia nem radical entre privado (muito bom num lado) e público do outro.

Finalmente, Sra. Deputada Andreia Silva, os exames nacionais no 9º ano de escolaridade.

Eu não sei muito bem como é que no quadro da proposta de Lei de Bases estes exames, que tinham sido anunciados, se vão ou não concretizar e que funções vão ter, porque a proposta do actual governo é que o 3º ciclo passe a integrar o secundário.

Portanto, não sei muito bem qual o sentido de exames que passarão a ter lugar no meio do ciclo secundário.

Ainda não é público de que natureza serão esses exames e qual o seu objectivo.

Por mim, considero que os exames devem ser um modo de avaliar competências fundamentais.

Tive contacto com uma situação num Estado dos Estados Unidos, que me inspirou e julgo que tínhamos vantagem em adoptar e que era a seguinte: o exame de fim de escolaridade obrigatória não era um exame no final para que uns passassem e os outros chumbassem. Era uma prova de competências que pode começar ano e meio antes, porque o objectivo não é seleccionar, nem excluir. O objectivo é ter a certeza que todos os que frequentaram aquela escolaridade têm aquelas competências. Portanto, é feito pela positiva.

Então, essa prova pode ser feita por 5 vezes. Imaginemos: para o 9º ano de escolaridade obrigatória, as provas começam em meados do 8º ano.

Portanto, quem já tem as competências não torna a fazer aquele exame, embora continue a sua escolaridade de enriquecimento, desenvolvimento, aprofundamento e tudo isso.

Faz no final do 8º ano e faz no início, no meio e no final do 9º ano, se não tiver as competências até aí.

É como um instrumento de aferição das competências, para ter a certeza de que nenhum aluno sai da escola sem ter aqueles saberes, aquela capacidade para resolver problemas, para entender, para ler, e não tanto aquele exame que é tradicional e que faz parte da “Escola Velha, de seleccionar para indicar quem continua e quem fica para trás.

Acho que os exames também podem ter este papel positivo, que é dar conta da aquisição de determinadas competências.

Desse ponto de vista eu veria sempre mais uma prova no 9º ano como prova de aquisição de competências, para ter a certeza de que o Estado está a fazer o seu trabalho de direito e dever da educação, porque, e voltando às questões da escolaridade obrigatória, não é apenas dizer que é obrigatório andar na escola

até aos 15 anos, porque quando sai, sai sem saber nada. Algum de nós fica satisfeito? Não fica.

Portanto, temos que ter mecanismos para ter a certeza de que a escolaridade formal, traduz uma escolaridade real. É essa escolaridade real que nós queremos.

Eu acho que exames podem ter uma função, devem ter uma função, mas uma função positiva para aprendizagem e não uma função externa de selecção que, como todos sabemos, muitas vezes traduz mais uma selecção social do que propriamente uma competência e uma eficácia do trabalho escolar.

**Presidente:** Gostaria de agradecer a presença, a intervenção e a prestação de esclarecimentos da Dra. Ana Benavente.

Srs. Convidados e Srs. Deputados:

A Mesa deliberou fazer neste momento um intervalo de 20 minutos.

Agradecemos que às 12 horas e 30 minutos, nos encontremos neste hemiciclo, assistentes, convidados e deputados, de modo a prosseguir normalmente a nossa sessão.

Muito obrigada.

*(Eram 12 horas e 10 minutos)*

**Presidente:** Srs. Convidados e Exmos. Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

*(Eram 12 horas e 30 minutos)*

Começo por informar que a Exma. Sra. Doutora Ana Benavente não estará presente no restante plenário, dado que embarca para Lisboa.

Deram entrada na Mesa duas comunicações.

Tem a palavra a Deputada Janete Silva, da Ilha do Pico.

**Deputada Janete Silva (Pico):** Exma. Sra. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Exmos. Srs. Deputados Representantes dos Partidos Políticos, Exmos. Convidados, Caríssimos Colegas Deputados, Exmo. Público:

Em primeiro lugar, gostaríamos de saudar o Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional por esta iniciativa, que já vai na sua quinta sessão, e que é uma oportunidade para os jovens desta Região trocarem ideias sobre o seu futuro, numa casa símbolo da democracia e da autonomia dos Açores. Nós, Escola das Lajes do Pico, participamos pela primeira vez, mas já nos

apercebemos da importância deste encontro e prometemos divulgá-lo para que a nossa participação tenha continuidade.

Exmos. Senhores:

Nos dias de hoje, início do século XXI o problema que se coloca às sociedades democráticas como a nossa, é muito diferente daquele que se vivia no século XX quando os totalitarismos mergulhavam o Mundo no terror.

O problema não se reduz agora em defender a abertura das sociedades à crítica e liberdade individual, mas em pugnar pela abertura a outras culturas a outras maneiras de pensar, em estabelecer um verdadeiro diálogo de povos, a que chamamos uma sinfonia global, em aceitar a diversidade e complexidade como uma riqueza intrínseca da Humanidade, no respeito por um conjunto de princípios, os Direitos do Homem, que já fazem parte das regras de coexistência nesta aldeia global.

Neste aspecto, a alternativa é, agora, entre sociedades fechadas à diversidade, limitando a sua abertura a outros povos e culturas, e sociedades abertas que fazem do cruzamento com outras ideias e formas de pensar, uma riqueza para o seu integral desenvolvimento.

A educação e a formação, ao longo da vida, são as fontes determinantes da mudança e, como tal, como prioridades permanentes, constituem a base sólida do sucesso da participação individual e colectiva dos cidadãos no futuro das sociedades. Sem educação as sociedades não evoluem, retrocedem ou estagnam, tornam-se conflituosas, não compreendendo a diversidade cultural, como enriquecimento pessoal e colectivo.

A este respeito, basta recordar que a própria construção da União Europeia, mesmo quando tende a converter-se na Europa dos cidadãos, nem sempre (ou poucas vezes...) deu à educação o interesse devido. E não foi por acaso que Jean Monnet, um dos grandes arquitectos da União, acabou por dizer um dia que, se voltasse ao princípio, seria pela educação que o processo de construção da União Europeia deveria começar.

Caríssimos Deputados, não permitamos que ninguém, seja em nome de quem for, entidade terrena ou divina, volte no futuro a relegar a educação para um plano secundário ou nos queira impor ideologias repressivas do livre pensamento e das livres escolhas, ou que nos queiram tornar meros bonecos que se treinam ao serviço dos valores de conveniência política ou outra qualquer.

Nós, os Homens e Mulheres de amanhã, mas cidadãos de pleno direito de hoje, exigimos por parte do poder político uma escola condigna, enquanto instituição, melhor do que aquela que temos, e, no nosso caso particular, também uma escola, edifício físico, minimamente em condições, pois a que

temos, embora a quem passa possa parecer de cara lavada, o seu interior é degradante e angustiante onde, além de muitas privações, não existe uma única sala de convívio.

Obrigada.

*(Aplausos da Câmara)*

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Carolina Fraga, da Escola Antero de Quental.

**Deputada Carolina Fraga (São Miguel):** Sra. Presidente, Srs. Convidados e Srs. Deputados:

Nós, alunos, sabemos sempre manifestar a nossa opinião para criticar negativamente tudo o quanto, em termos de reformas de ensino, se faz.

Com efeito, é muito mais fácil dizer que está mal e até organizar uma greve com direito a “manif”, do que eventualmente apresentar propostas concretas de mudança.

“Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades.” É o que aprendemos com Camões.

Já estamos habituados a tudo estar constantemente a mudar no ensino, mas nem sempre essas mudanças têm sido para melhor, infelizmente.

De momento, está a ser implementada uma reorganização curricular que tem causado alguma polémica.

As nossas dúvidas são muitas e a vontade que temos de alterar o que a reorganização dita, também é muita.

Para além disto, há muitas situações no ensino com as quais não concordamos ou alterações que julgamos mais satisfatórias.

Queremos acreditar, de qualquer forma, que a “Nova Escola” que aqui estamos a debater, vai um dia satisfazer-nos.

Por isso, trouxemos a plenário uma série de questões e algumas propostas que traduzem a nossa sensibilidade acerca do assunto, para que não se fique com a ideia de que os estudantes só sabem falar mal e que não têm capacidade para eles próprios opinarem sobre o que lhes diz directamente respeito.

Assim, serve a presente intervenção neste Plenário do Parlamento Jovem, para congratular-nos com eventos e oportunidades que nos dão para reflectirmos, em conjunto, sobre a escola que queremos e a escola que temos.

A nossa voz está a ser ouvida. Somos estudantes a falar de ensino, não só a apontar defeitos ao sistema, caso os haja, mas também a apresentar sugestões que, na nossa opinião, farão alguma diferença para o nosso bem-estar enquanto alunos.

Esperamos que os Srs. Deputados, os verdadeiros a quem estamos imitando, nos ouçam e tenham em consideração as nossas dúvidas e opiniões.  
Obrigada.

*(Aplausos da Câmara)*

**Presidente:** Exmos. Srs. Deputados, dou por terminada esta primeira parte dos nossos trabalhos.

Estaremos de volta às 15 horas.

Bom almoço e muito obrigada.

*(Eram 12 horas e 45 minutos)*

**Presidente:** Srs. Deputados, boa tarde.

Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

*(Eram 15 horas e 10 minutos)*

Vamos passar ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos destinado à **apresentação de Moções, Propostas de Resolução ou Deliberações sobre temas livres.**

De seguida, será aberto um período para discussão das mesmas e cada escola dispõe de 5 minutos para o efeito.

Chamo a atenção para o facto de que só as Moções e Propostas de Resolução é que estão sujeitas a votação, o que acontecerá após o intervalo.

Tem a palavra o representante da Ilha de Santa Maria.

**Deputada Soraia Costa (Santa Maria):** Exma. Sra. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Convidados:

Os avanços das tecnologias de informação e comunicação, a par da globalização e do aumento da competitividade, têm estado, sem dúvida, a contribuir para uma mudança significativa em termos de competências exigidas às pessoas.

Nesta nova sociedade é fundamental a aptidão para gerar e difundir informação, onde, por outro lado, o indivíduo é confrontado com a necessidade de uma aprendizagem permanente.

Para responder a estas necessidades torna-se necessária uma “Nova Escola”?

Se somos tentados a responder afirmativamente, por outro lado, pensamos que é inquestionável que todos sentem a necessidade de, se não de uma “Nova Escola”, pelo menos uma escola diferente. Uma escola não apenas ao serviço

da sociedade onde se insere, mas que se assuma, ela própria, como o motor e o catalisador dos desafios que se colocam neste início de milénio.

O nosso contributo para uma “Nova Escola”, é apresentado nas seguintes propostas:

- Alargamento da escolaridade obrigatória até ao 12º. Ano;
- Criação do Ensino Tecnológico e Profissional logo a partir do 7º ano, assim como, uma melhor articulação entre as áreas da educação e formação. Desta forma, os alunos que o solicitassem, obteriam uma formação básica que lhe possibilitasse seguir os estudos no final do ensino secundário e, por outro lado, a obtenção de um diploma numa área profissional. Para o efeito seria criado um gabinete de estudos tendo por objectivo a articulação entre o ensino ministrado e o mercado de trabalho;
- Limitar o número de alunos por turma nos ensinos básicos e secundário a um máximo de 18 alunos;
- Criação e generalização do cartão electrónico do aluno – que poderia ser articulado com o já generalizado Cartão-Jovem;
- Informatização das bibliotecas escolares e a sua ligação à rede pública de bibliotecas, por forma a facilitar a consulta e a requisição de livros;
- Criação de uma área de apoio aos alunos no seu processo de aprendizagem atribuindo, em horário, tempos lectivos que poderiam ser designados "Hora do Estudo". Para o efeito, seriam criadas salas de estudo por áreas disciplinares, com o apoio de professores da respectiva área;
- Criação de salas de estudo virtuais. Para o efeito, professores de várias áreas disciplinares estariam disponíveis on-line para apoiar os alunos através de email. Estas salas poderiam funcionar depois do fim do horário lectivo, inclusive ao fim-de-semana;
- Reintroduzir a exclusão dos alunos com excesso de faltas a partir do 2º ciclo. Os alunos durante o ano lectivo correspondente ao da exclusão continuariam a frequentar a escola de forma condicionada e sujeitos a um programa de recuperação e integração. Para o efeito, seria criada uma comissão de acompanhamento constituída por psicólogos, assistentes sociais e Tribunal de Menores, entre outros;
- Melhorar e reforçar a assistência social escolar, como forma de tornar a escola um verdadeiro espaço de inclusão;
- Integrar a avaliação na aprendizagem, devendo os alunos desempenhar um papel activo na sua avaliação, envolvendo ainda toda a comunidade educativa;
- Criação de um órgão independente com competências disciplinares. O objectivo seria regular, aplicar, acompanhar e aconselhar a escola em matérias disciplinares. A sua composição seria o mais abrangente possível,

integrando representantes de toda a comunidade escolar, de forma a envolver todas as forças vivas de comunidade;

- Criação de um serviço de informação por e-mail entre os encarregados de educação e a escola. Através deste sistema os encarregados de educação, directores de turma ou outros serviços da escola trocariam a informação necessária sobre os alunos.

Obrigada.

*(Aplausos da Câmara)*

**Presidente:** Tem a palavra a representante da Ilha do Corvo.

**Deputada Catarina Andrade (Corvo):** Sra. Presidente, Jovens Deputados, Ilustres Convidados e Colegas:

Enquanto jovens estudantes açorianos temos a percepção que, apesar da distância que separa as nossas nove ilhas, todos pertencemos a uma comunidade que partilha uma cultura e uma história comum.

Pertencemos a uma geração para quem a presença de um Governo comum a todos os açorianos e a existência de instrumentos de decisão autónomos – para decidir rapidamente e bem sobre aquilo que conhecemos e que nos é próprio – é tão natural que até nos custa acreditar que alguma vez não foi assim.

Nós, que representamos aqui a mais pequena e isolada ilha dos Açores, sentimo-nos sempre em casa quando temos a felicidade de poder visitar as nossas ilhas irmãs: sentimos o mesmo cheiro; vemos o mesmo mar; reconhecemos os mesmos ritmos; partilhamos a mesma fé; conhecemos as mesmas palavras e partilhamos, muitas vezes, os mesmos sonhos.

Quando nos encontramos nos Jogos Desportivos, nos intercâmbios ou simplesmente nas férias, sentimos que afinal não nos conhecemos tão bem como os irmãos devem e desejam conhecer-se.

Sra. Presidente, Jovens Deputados, Ilustres Convidados e Colegas:

Sentimos que as nossas escolas e professores têm um papel fundamental a desempenhar no ensino da nossa especificidade cultural no seio do povo português.

Porque não aprendemos a história das nossas ilhas?

Porque não lemos os nossos escritores e poetas?

Porque não conhecemos os nossos artistas, de todas as épocas e artes?

Porque não conhecemos o nosso clima?

Porque não nos descrevem a morfologia de todas as ilhas?

Porque não estudamos a nossa flora e fauna?

Porque não estudamos a nossa emigração?

Porque não estudamos os nossos símbolos regionais?

Porque não estudamos a nossa economia?

Porque não estudamos a nossa autonomia político-administrativa?

Porque não estudamos as nossas músicas?

Porque não estudamos os nossos costumes, património, religiosidade, crenças e tradições?

Porque não estudamos o nosso meio ambiente e aprendemos a protegê-lo e a amá-lo? Porquê?

É tudo isto que nós, jovens açorianos, consideramos ter o direito de aprender nas nossas escolas. Mais que isso! É tudo isto que nós reivindicamos aprender nas nossas escolas, porque acreditamos que ninguém está verdadeiramente preparado para aprender algo sobre os outros se antes não se preocupou em conhecer-se a si próprio.

Por tudo isto, colegas, podemos fazer hoje história neste Parlamento Jovem. Podemos, aqui e agora, ter a coragem de ir mais longe que a geração que nos antecedeu. Podemos virar uma página da nossa história ao aprovar uma Moção que tornará obrigatório o ensino da cultura açoriana e das nossas coisas em todo o território da Região Autónoma dos Açores.

Porque nós jovens açorianos de hoje não temos complexos. Amamos e orgulhamo-nos dos Açores e sabemos que a diversidade cultural só enriquece Portugal.

Sra. Presidente, Jovens Deputados, Ilustres Convidados e Colegas:

A nossa proposta contempla a criação de uma disciplina nova nos nossos currículos: Cultura, História e Geografia dos Açores. Nesse sentido aproveitar-se-á a actual estrutura curricular do 3º ciclo que já prevê a criação de uma disciplina de opção por parte das escolas.

Esta disciplina terá os conteúdos anteriormente formulados e muitos outros que venham a ser considerados fundamentais. Nós, os alunos, teremos um papel fundamental no funcionamento desta disciplina: seremos nós, na sala de aula, que seleccionaremos os temas que queremos e nos interessa estudar e seremos nós, no âmbito desta disciplina, que promoveremos os intercâmbios entre os alunos e turmas das diversas ilhas.

Ao bom estilo corvino – uma ilha onde todos nós conhecemos e apreciamos – gostava de deixar aqui um abraço aos jovens de todas as ilhas: Corvo, Flores, Faial, Pico, São Jorge, Graciosa, Terceira, São Miguel e Santa Maria.

Por fim, uma palavra de apreço para os nossos colegas da Escola Dr. Manuel de Arriaga que assistem aos trabalhos desta Assembleia e que estão a contribuir, desta forma, para a enorme alegria e entusiasmo que tem envolvido este Parlamento Jovem.



Muito obrigado.

*(Aplausos da Câmara)*

**Presidente:** Tem a palavra o representante da Ilha Terceira.

**Deputado Tiago Poim (Terceira):** Exma. Sra. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Exmos. Convidados, Caros Colegas Deputados:

Muito boa tarde a todos.

Como já referimos pela manhã, é com grande prazer que estamos aqui a representar a Escola Básica Integrada dos Biscoitos e a Ilha Terceira. Também já referimos o quanto aliciante é este desafio, pois este será um espaço de reflexão, de partilha de experiências e também de construção e de enriquecimento pessoal para a tão desejada “Nova Escola”.

É sobre essa “Nova Escola” que nos iremos debruçar, reflectindo sobre a evolução cronológica da educação e o seu estado actual. Pretendemos ainda apresentar algumas propostas.

Exmos. Senhores:

De acordo com o Decreto Lei nº 6/2001, de 18 de Janeiro de 2001, "o programa do Governo assume como objectivo estratégico a garantia de uma educação de base para todos", e nós sublinhamos para todos, porque deve ser mesmo para todos!

Contudo deixamos no ar uma pergunta: quantos colegas nossos abandonam a escola sem cumprirem a escolaridade obrigatória, não tendo assim o acesso directo à supracitada educação de base?

Seria injusto dizer que nada evoluiu, porque essa evolução foi feita graças às diferentes políticas dos governos e ao esforço desenvolvido por muitas pessoas, quem sabe algumas delas aqui presentes.

Mas, vamos continuar a análise do Decreto Lei nº 6/2001. Logo no início, ele refere que o programa do Governo pretende iniciar "um processo de educação e formação ao longo da vida, objectivo que implica conceder uma particular atenção às situações de exclusão e desenvolver um trabalho de clarificação de exigências quanto as aprendizagens cruciais e aos modos como os mesmos se processam".

Nós perguntamos, o que se tem feito para evitar a exclusão social? Sim, porque ela deve ser prevenida e não remediada! E quando ela acontece, nós continuamos a ver os nossos colegas em casa e na rua o ano inteiro e muitas vezes os pais compactuam, impunemente, com esta situação.

Esta nossa preocupação, além da vertente sócio-afectiva, está inerente à Constituição da República. Consta do capítulo III - Direitos e Deveres Culturais – artigo 73º - Educação, Cultura e Ciência, que "todos têm direito à educação e à cultura". Cabe ao Estado promover a democratização da educação e as demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para o desenvolvimento da personalidade, para o progresso social e para a participação democrática na vida colectiva.

A “Nova Escola” deverá passar por uma nova mentalidade, uma nova cultura. É consensual que a cultura define um povo. Porquê abandonar o investimento nesta área? Porquê?

Ousamos pois acrescentar à necessidade de termos uma escola para todos, a possibilidade de Pensar Geral/Agir local. Talvez seja por tudo isto que o projecto educativo da nossa escola tem como título “Uma Escola de Oportunidades”.

Obrigado.

*(Aplausos da Câmara)*

**Presidente:** Tem a palavra o representante de Rabo de Peixe, da Ilha de São Miguel.

**Deputada Fabiana Cabral (São Miguel):** Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Srs. Convidados, Sras. e Srs. Professores, Sras. e Srs. Deputados, Senhoras e Senhores:

Queria, em primeiro lugar, e em nome dos meus colegas de agradecer a oportunidade de participar nesta “V Sessão do Parlamento Jovem”.

A comunicação que aqui apresentamos é breve, simples e muito directa.

Quando se menciona a freguesia de Rabo de Peixe, invariavelmente vem-nos à ideia uma freguesia bastante problemática. É verdade. Verificam-se grandes assimetrias sociais, económicas e culturais no seio deste lugar. É claro que esta realidade se reflecte na escola. A escola é um espelho do que a envolve – tudo reflecte. Mas os espelhos também têm o seu reverso, a parte oculta que raramente é observada...

E, de facto, entre a escola e a comunidade envolvente, deveria existir apenas um vidro muito fino e não um espelho (que é uma superfície opaca até a um certo ponto). Muitos dos problemas que se vivem na escola não são conhecidos pela comunidade e vice-versa. E estes problemas são vastos...

E podemos iniciar um rol de "falta de"... segurança, de salas de aula, de material pedagógico, de funcionários, de espaços para os alunos, de jardins

cuidados, de locais para os professores trabalharem, etc.. As faltas poderiam ir muito mais longe...

No entanto, podemos apontar aspectos positivos como a participação de todas as turmas na recolha do lixo (durante a disciplina de Formação Cívica), a excelente funcionalidade dos diversos clubes que são muito bem dinamizados pelos nossos professores, além de podermos contar com uma vista excepcional para o mar e para a montanha!

No entanto, não se pense que estes problemas são exclusivos da nossa escola em concreto, mas de muitas a nível nacional. Há cada vez um maior desfazamento com o presente envolvente, e que se encontra em constante mutação. Toda a escola (desde professores, funcionários, coordenadores pedagógicos, pais e encarregados de educação) deverá sofrer constantes actualizações, quer através de acções de formação, de esclarecimento, quer através de apoio a todas as acções que fomentem o crescimento pessoal de todos. Porque se todos os elementos pertencentes ou ligados a comunidade escolar forem orientados na busca do crescimento, conseguí-lo-ão...

Temos perfeita consciência que o futuro reside na camada mais jovem, à qual pertencemos na actualidade, mas que mais tarde irá ser ocupada pelos nossos filhos e netos... Para eles queremos uma escola melhor. Para tal, apresentamos algumas ideias. Ideias estas muito práticas e de realização possível a médio prazo.

Reparamos que os conteúdos programáticos que nos são administrados encontram-se um pouco distantes da nossa realidade. É claro que nos inserimos num contexto nacional, mas não podemos conhecer o nosso país se não nos é dada a conhecer melhor a nossa Região. Por isso, propomos uma certa adequação dos programas à nossa Região.

Pensamos ainda que a nossa opinião também deve ser mais ouvida no que diz respeito à gestão escolar. Em muitas escolas do continente verifica-se o funcionamento do Conselho dos Delegados de Turma. Realiza-se uma reunião mensal para discutir os problemas vigentes e tomar atitudes face aos mesmos. É uma forma de envolver e responsabilizar mais os alunos na escola.

Somos ainda da opinião que o futuro apresenta-se um pouco obscuro dada a situação económica em que o nosso país se encontra. Cada vez mais se fala do problema das saídas profissionais. Uma grande alternativa é a aposta cada vez maior no ensino profissional, os cursos intermédios. Trata-se de formação muito requisitada dado o seu carácter prático e específico e que deverá ser cada vez mais incentivada e publicitada.

O grande espaço que vai entre a realidade e as notícias que ouvimos todos os dias, vindas de todos os cantos do mundo, deixam-nos perplexos e muitas

vezes confusos. Muitos de nós não têm a oportunidade de compreender o que se passa. Por isso, sugerimos a criação de um espaço na escola onde possa surgir o debate sobre temas actuais, fora das salas de aula convencionais. Poderia criar-se um tempo lectivo específico para esta iniciativa, para todas as turmas, ou um tempo lectivo para toda a escola, para quem sentisse necessidade de se esclarecer.

Antes de terminar esta nossa breve intervenção, gostaríamos ainda de destacar mais uma vez a importância da proximidade da escola com a comunidade.

Numa época em que a falta de entendimento entre etnias, religiões e classes económicas aparece em todos os noticiários e é, de facto, uma realidade, a necessidade do diálogo e do entendimento é cada vez mais premente. A nossa última proposta é nesse sentido: que nunca os canais de comunicação sejam encerrados. Pois caso contrário, encerram-se também as portas do crescimento e do desenvolvimento de um povo.

Obrigada.

*(Aplausos da Câmara)*

**Presidente:** Tem a palavra o representante da Escola da Ribeira Grande.

**Deputada Carolina Vidal (São Miguel):** Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Exmos. Convidados, Caros Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Foi-nos pedido, enquanto alunos, que nos expressássemos sobre o tema dando a nossa opinião relativamente ao ensino actual e, depois de muito pensar e deliberar, decidimos focar alguns aspectos que nos parecem muito importantes: o sucesso escolar e a indisciplina, que existe cada vez mais nas nossas escolas.

A nossa opinião sobre o ensino actual pode ser resumida nos seguintes pontos que estão desenvolvidos com maior pormenor no nosso trabalhos:

1. Aulas de 90 minutos: até que ponto são úteis?
2. Não existe continuidade dos professores nas escolas.
3. Programas extensos.
4. As turmas deveriam ser heterogéneas para que se fomentasse o espírito de cooperação.
5. Existe uma grande percentagem de insucesso escolar.
6. A escola é frequentada por alunos que não estão realmente interessados.
7. Chumbamos ou não por faltas?
8. Os pais e encarregados de educação não estão atentos e não apoiam os seus educandos.

9. Por que é que as medidas a aplicar aos alunos perturbadores são tão brandas?

10. Existem poucos funcionários nas escolas para manter a ordem e o respeito. As nossas sugestões para a “Nova Escola” são as seguintes:

**1. As aulas de 90 minutos devem acabar.**

No nosso ponto de vista as aulas de 90 minutos deveriam deixar de existir, pois tornam-se muito longas e cansativas, o que provoca falta de atenção e desinteresse.

**2. Deve existir continuidade dos professores nas escolas.**

Os nossos professores deveriam ser os mesmos pelo menos durante 3 anos consecutivos, pois permitiria a eles efectuarem um melhor trabalho.

**3. Os programas devem ser menos extensos.**

Achamos que os programas deveriam ser mais reduzidos.

**4. Os alunos devem chumbar por faltas.**

É um ponto fundamental para acabar com a indisciplina nas escolas.

**5. Maior financiamento do Governo às escolas.**

O Governo deveria investir mais nas nossas escolas, nomeadamente para que estas tenham melhores condições de higiene, alimentação, mais e melhores funcionários e também a criação de melhores instalações para a disciplina da Educação Física.

**6. Responsabilizar os pais e encarregados de educação pelos actos dos filhos.**

É necessário responsabilizar cada vez mais os pais e encarregados de educação. Neste sentido, propomos a aplicação de multas e da criação de um conjunto de medidas que obriguem os pais e encarregados de educação a deslocarem-se mais frequentemente à escola, sempre que surja algum problema.

**7. As escolas devem estar preparadas para acolher deficientes motores, auditivos e invisuais.**

Todas as escolas deveriam estar aptas para receber todo o tipo de alunos, nomeadamente os deficientes.

**8. As medidas a aplicar aos alunos mal comportados devem ser mais rígidas.**

Mais uma vez insistimos para que se criem medidas no sentido de castigar mais severamente os alunos mal comportados.

**9. A relação professor/alunos de ser mais estreita e não tão distante.**

Uma vez que parte do insucesso escolar e a indisciplina passa pela relação que professores e alunos mantêm, os professores não devem ser apenas pedagogos no verdadeiro sentido da palavra. Eles deveriam fazer mais do que apenas

leccionar a sua disciplina, devem ser amigos e companheiros com quem possamos partilhar as nossas dúvidas e dilemas.

**10. Alterações significativas nas aulas de substituição.**

Pensamos que estas aulas seriam muito mais produtivas se fossem substituídas por professores das mesmas disciplinas.

**11. A escola deve ter mais espaços lúdicos para os alunos se divertirem antes de entrarem na sala de aula.**

Uma vez que os alunos não gostam tanto de aulas de substituição e também porque passam o dia inteiro na escola, esta deveria possuir espaços lúdicos para entreter e descontraír os alunos.

**12. Devem existir recompensas para os melhores alunos.**

Pensamos que no meio deste “disse que não disse”, devíamos dar mais valor aos alunos que se destacam, tanto pelo seu bom comportamento como pelo seu bom aproveitamento.

Se existissem recompensas, mesmo que simbólicas, talvez isso motivasse os restantes alunos para conseguirem alcançar os mesmos resultados e talvez assim a escola funcionasse de uma forma mais tranquila.

**13. Não deve ser permitida a entrada na escola a pessoas estranhas a ela.**

Todas as escolas deviam ter um sistema de controlo mais rigoroso e não deveriam em hipótese alguma deixar entrar pessoas que não pertencessem às mesmas.

**14. Introdução da disciplina de Educação Sexual nas escolas.**

Sabendo que cada vez mais existem mães adolescentes sugere-se a introdução da disciplina de Educação Sexual de forma a informar os jovens e prepará-los para uma vida futura.

**Presidente:** Sra. Deputada, agradecia que procurasse concluir, porque só dispõe de mais um minuto.

**A Orador:** Obrigada, Sra. Presidente.

Conclusão: Durante a realização deste trabalho procurámos saber também qual é a opinião dos nossos colegas em relação ao tema em questão. Para isso elaborámos um pequeno inquérito com as questões que achámos mais pertinentes de forma a elaborar um documento que fosse de encontro às verdadeiras necessidades de todos os alunos.

Disse.

*(Aplausos da Câmara)*

**Presidente:** Tem a palavra o representante da Escola de Vila Franca.

**Deputada Raquel Parece (São Miguel):** Exma. Sra. Presidente, Exmos. Convidados, Caros Deputados e Deputados, Senhores e Senhoras:

No âmbito da proposta de trabalho intitulada "A Nova Escola" com o objectivo de integrarmos a actividade promovida pela Assembleia Legislativa Regional dos Açores – Parlamento Jovem, V Sessão – vimos por este meio apresentar as nossas ideias sobre a escola que temos e dar sugestões relativas à escola que desejaríamos ter.

## **A Escola que temos**

### **1. Condições físicas**

Em nossa opinião, a estrutura física e os recursos da nossa escola resumem-se a uma realidade classificaríamos por chocante.

#### *1.1 - Exterior*

- A estrutura dispersa do edifício escolar não é adequada ao clima que a nossa Região possui. A inexistente ligação entre os blocos permite contrair constipações, gripes, dores musculares, entre outros, uma vez que para circularmos de pavilhão para pavilhão temos de nos sujeitar à chuva;
- O sistema de esgotos da escola é deficiente e provoca um cheiro nauseabundo que invade a escola e torna a aprendizagem uma tarefa quase impossível.

#### *1.2 - Interior*

- As salas de aula são extremamente quentes, devido a grande exposição ao sol possibilitada pelas enormes aberturas envidraçadas. Esta situação agrava-se quando, em algumas salas, nem as janelas nem as portas podem ser abertas. Além disso, o facto de não cortinados e/ou “estores” só torna a atmosfera da sala de aula cada vez mais sufocante;
- Toda a estrutura da escola está muito danificada, chegando a haver infiltrações de água em muitos locais;
- Os laboratórios para as disciplinas de Ciências Físico-Químicas e Ciências Naturais não existem;

### **2. Recursos Materiais**

- A nossa escola apresenta diversas carências nesta área, nomeadamente ao nível da falta de: retroprojectores, material de laboratório, equipamento desportivo, uma biblioteca decente no que respeita o espaço e os recursos disponíveis, as mesas e as cadeiras, onde nos sentamos, estão, na sua maioria, degradadas e desproporcionadas face aos seus utilizadores, o material informático é praticamente inexistente, entre outros problemas...

### **3. Recursos Humanos**

- Há falta de professores habilitados em necessidades educativas especiais;
- A escola não possui um psicólogo de apoio;

- As auxiliares de educação necessitam de uma maior e melhor preparação para fazerem face aos reais problemas que surgem numa escola no dia a dia.

#### **4. Organização Geral**

- As turmas são demasiado grandes;
- As aulas de 90 minutos são muito longas;
- As aulas de substituição não cativam os alunos e não funcionam da melhor forma.

#### **5. Metodologia**

- Os professores deveriam adoptar um método de ensino que se enquadrasse mais com as necessidades dos discentes de hoje;

### **A Escola que gostaríamos de ter**

#### **1. Condições físicas**

- A única forma de resolvermos o problema das condições físicas e apostarmos numa real e efectiva remodelação de toda a estrutura existente.

##### *1.1- Exterior*

- Uma vez que os edifícios encontram-se separados um do outro, deveriam ser construídas coberturas ou corredores de circulação entre os blocos;

##### *1.2- Interior*

- As salas de aula requerem, para além da substituição de pisos e tectos, uma redução dos espaços envidraçados. As portas e janelas requerem que se proceda a sua substituição;
- Propunha-se a construção de laboratórios, bem equipados e, preferencialmente, num bloco à parte dos existentes.

#### **2. Recursos Materiais**

- Face às carências já referidas, achamos que a única forma de solucionar as mesmas é a atribuição à escola de verba suficiente que permita a sua aquisição.

#### **3. Recursos Humanos**

- Sugere-se a preparação de mais professores no âmbito das necessidades educativas especiais, a abertura de vagas na área de educação especial e a colocação de um psicólogo de apoio à população escolar;
- Propõe-se para os auxiliares de educação uma formação contínua que vá ao encontro das reais necessidades da comunidade educativa.

#### **4. Organização Geral**

- As turmas devem ter no máximo 20 alunos;
- As aulas deviam passar dos 90 para os 60 minutos;
- As aulas de substituição, a existirem, deveriam funcionar em pleno, preenchendo as reais necessidades dos alunos.



## 5. Metodologia

- O professor deveria ser aquele que escolhia a profissão docente não para poder vencer no mercado de trabalho, mas por vocação;
  - Há disciplinas que são dispensáveis, pelo que há que apostar numa selecção rigorosa das aprendizagens;
  - As provas de aferição deveriam ser abolidas, uma vez que não é com uma prova escrita no final de ciclo que se avalia o sistema de ensino do país e/ou de uma escola;
  - Na escola ideal os alunos deveriam ser mais ouvidos e ter uma maior intervenção na vida da escola e no que lhes é ensinado;
  - Reconhecemos que é difícil fazer com que os alunos sejam dedicados, mas achamos que a dedicação deverá ser de todos, dos Secretários Regionais, dos grupos parlamentares, dos professores, do pessoal não docente e de nós próprios.
- Disse.

*(Aplausos da Câmara)*

**Presidente:** Tem a palavra o representante da Escola Antero de Quental.

**Deputado Miguel Castro (São Miguel):** Sra. Presidente da Assembleia, Srs. Convidados, Sras. e Srs. Deputados:

Nesta Intervenção venho apresentar as Propostas do Grupo da Escola Antero de Quental.

Considerando que:

- a) a partir de determinada idade, os professores perdem habilidade, se não mesmo paciência, para motivar os alunos;
- b) pesquisas científicas provam que um aluno não tem capacidade de concentração suficiente para suportar 90 minutos de aulas, para além de que a suposta divisão teoria/prática não é respeitada pelos professores;
- c) o terceiro ciclo não oferece um leque opcional de disciplinas que permitam ao aluno escolher com conhecimento de causa uma área disciplinar no secundário;
- d) um professor tem uma licenciatura em ensino e não em gestão, não devendo ter, pois, habilidade para administrar um estabelecimento de ensino;
- e) nem todos os edifícios escolares têm condições próprias para a prática da educação.

Apresentamos as seguintes propostas a votação:

### **Proposta Um**

A partir dos 45 anos, deve ser facultada aos professores a reforma ou o exercício de um trabalho alternativo nas escolas a cujo Quadro de Nomeação Definitiva pertençam.

### **Proposta Dois**

As aulas deverão continuar a funcionar em blocos de 50 minutos.

### **Proposta Três**

A reorganização curricular deve contemplar uma reforma estrutural do currículo do terceiro ciclo que inclua a oferta de opções relacionadas com as áreas de prosseguimento de estudos no ensino secundário.

### **Proposta Quatro**

As escolas deverão ser administradas por gestores competentes, embora com algum conhecimento da realidade escolar, e não por professores.

### **Proposta Cinco**

A prática de Educação Física deve ser assegurada através de infraestruturas capazes nas escolas.

Muito obrigado.

*(Aplausos da Câmara)*

**Presidente:** Tem a palavra o representante da Escola da Graciosa.

**Deputada Lara Sousa (Graciosa):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Convidados:

Falar sobre a “Nova Escola” é, em primeiro lugar, reflectir sobre a escola que temos.

É pensar nas suas necessidades, nos seus defeitos e nas suas virtudes.

É olhar para o passado e para o presente projectando-os no futuro.

Foi com a intenção de melhor identificar os problemas da nossa escola que elaborámos um inquérito dirigido a professores e alunos. A participação foi superior a 60% no caso dos professores e cerca de 80% no caso dos alunos.

Os problemas diagnosticados ajudaram-nos a perceber que algo é necessário mudar para termos uma escola mais interessante para todos.

O mundo de hoje está diferente, vivemos mudanças constantes, novos cursos aparecem e, a escola, parece não querer acompanhar essa evolução.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Convidados:

A escola é o pilar do nosso futuro.

Uma “Nova Escola” deve assegurar uma preparação com sucesso para esse futuro.

Questões como programas demasiado extensos ou a falta de materiais didácticos mais modernos e aliciantes parecem ser a principal razão para o desinteresse dos alunos.

Se pensarmos que uma das principais causas do baixo rendimento escolar tem a ver com o facto das aulas serem pouco interessantes e por vezes exclusivamente baseadas nos manuais, achamos que uma “Nova Escola” tem de ser um local onde os alunos gostem mais de estar para melhor aprenderem. As novas tecnologias permitem o acesso rápido à informação e facilitam o contacto com realidades que, por vezes, se encontram tão longe que seria difícil imaginá-las.

O computador e a "Internet" já fazem parte da nossa vida e podem ser um excelente instrumento de trabalho.

Quando vivemos em ilhas, longe dos grandes centros, a disponibilidade de informação é menor, daí serem tão importantes estes novos recursos.

Acontece que, nem sempre podemos recorrer à "Internet" para procurar informação científica porque, ou não se encontra lá ou então não nos garante o necessário rigor científico.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Convidados:

O Grupo Parlamentar da Escola Básica Integrada e Secundária da Graciosa propõe assim, a criação por parte da Direcção Regional de Educação, de um grande espaço "on line" onde todos os alunos possam aceder para procurar informações sobre os mais variados temas leccionados nas diferentes disciplinas.

Uma biblioteca, fichas de trabalho com soluções, testes resolvidos, trabalhos realizados por colegas de outras escolas ou até um "fórum" para troca de opiniões e colocação de questões que poderiam ser alguns dos motivos de interesse nesse grande espaço Regional.

A “Nova Escola” pode e deve ser mais igual para todos, mais aliciante e interessante encurtando as distâncias que nos separam.

Disse.

*(Aplausos da Câmara)*

**Presidente:** Tem a palavra o representante da Ilha do Faial.

**Deputada Maria Armada (Faial):** Sra. Presidente, Exmos. Convidados, Srs. Deputados:

De acordo com o Decreto Lei nº. 6/2001 de 18 de Janeiro, surgiu a "necessidade de proceder a uma reorganização do currículo do Ensino Básico, no sentido de reforçar articulação entre os três ciclos que compõem ...", o que se revelou positivo, na medida em que há uma maior ligação entre os vários saberes transmitidos em cada uma das áreas ao longo dos vários ciclos.

No artigo 3º., alínea e, "a valorização das aprendizagens experimentais nas diferentes áreas e disciplinas, em particular e com carácter obrigatório, no ensino das Ciências, promovendo a integração das dimensões teórica e prática."

É tudo muito bonito, mas é necessário ter laboratórios devidamente preparados e com o material necessário para o fazer, coisa que a nossa escola não tem!

A criação de clubes também é interessante para a escola e para os alunos conforme previsto no artigo 9º., mas para isso é necessário haver material para o efeito e a existência de espaços para isso.

Já que falamos em salas, nomeadamente de aulas, torna-se complicado utilizar o retroprojector uma vez que não existe espaço para projectar.

O aspecto exterior da nossa escola e inexistência de espaços de lazer, bem como nos balneários onde não se pode tomar banho depois das aulas de Educação Física, são outras das lacunas que o nosso Governo teima em esquecer.

No papel, as leis são quase perfeitas, mas na prática... muito fica por fazer, por falta de verbas para criar as devidas condições.

Outra coisa que seria bom, era que houvesse cacifos na escola, de modo a que os alunos não andassem tão carregados, embora reconheçamos que não existe espaço disponível na nossa escola onde os colocar.

Uma alteração composta pela reorganização, foram as aulas de noventa minutos. Nós, os alunos, achamos que esta alteração é cansativa e muito aborrecida. Por isso, pedimos que reflectam sobre esta alteração e que voltasse a haver aulas de cinquenta minutos.

Compreendemos que se torna complicado gerir a escola, quando há várias turmas sem aulas, mas como já sugerimos, se houvesse os espaços de lazer, não haveria necessidade de haver aulas de substituição. Os alunos estão fechados em quatro paredes, a fazer trabalhos de casa ou a estudar. Isso é bom, mas torna-se aborrecido. Por isso, deveria haver espaços para os alunos se divertirem e sentirem-se bem na sua segunda casa, embora reconheçamos que o actual comportamento de uma parte dos alunos da nossa escola, não é o mais adequado, uma vez que estragam e danificam parte do material escolar existente.

Uma outra questão que gostávamos de abordar é a questão da assiduidade, nomeadamente a alteração recentemente introduzida, onde os alunos, dentro da escolaridade obrigatória também podem ficar retidos no mesmo ano, caso excedam o limite de faltas. Achamos bem, só temos a lamentar a altura em que essa lei surgiu, a meio do ano, praticamente. Não se altera as regras durante o decorrer do "jogo"!

Quanto à avaliação, referida no artigo 14º. "(...) são estabelecidos critérios reais para a transição ou não dos alunos não terminais. Nós achamos que, novamente, é tudo muito bonito, mas o que é certo é que não há lógica, nem coerência dizer a um aluno que no 6º e no 9º ano, se tiver negativa a Língua Portuguesa e a mais uma disciplina, reprovam o ano, mas no 5º, 7º e 8º o mesmo já não acontece! Não faz sentido e é injusto para os referidos 6º e 9º ano. Nomeadamente, a área curricular Área de Projecto, cuja classificação influencia a reprovação/aprovação nos anos terminais, mas que na maioria das escolas não dispõe das condições adequadas para a sua leccionação, tais como materiais manipulativos auxiliares do processo de ensino-aprendizagem. Os critérios deviam ser uniformes para todos os anos, de modo a haver uma maior coerência.

Esperamos que os responsáveis pela criação das leis se lembrem destes pormenores, bem como do pormenor de deixarem aqueles que conhecem efectivamente as escolas tomarem a sua direcção, ou seja, os professores e não elementos estranhos à comunidade escolar, como gestores ou qualquer coisa parecida.

Dêem-nos condições para melhorar as nossas escolas, de modo que a “Nova Escola” sirva realmente para nos formar como Homens e Mulheres conscientes com possibilidades para viajar no mundo que nos rodeia lá fora.

A Escola que Nós merecemos devia ter...

- jardins para relaxarmos e cultivarmo-nos;
- laboratórios devidamente equipados;
- um anfiteatro para grandes representações e festejos da nossa escola e da nossa cultura;
- salas de aula mais amplas, onde se possam utilizar alguns recursos educativos, como por exemplo o retroprojector;
- materiais auxiliares necessários para as diversas disciplinas;
- cacifos para não carregarmos tantos livros e materiais;
- corredores mais largos;
- espaços de lazer onde pudéssemos ir nos furos;
- preços mais baixos nos materiais da escola e também no bufete.

Esperamos que esta Sessão nos ajude a ter a escola que nós merecemos.

Participamos neste plenário para que no futuro olhem para alguns problemas escolares que ainda não estão resolvidos.

A nossa escola espera por uma boa resposta e também esperamos que algumas situações aqui descritas sejam resolvidas de uma maneira eficaz e muito bem reflectida, para que no futuro não haja os problemas que hoje temos, porque todos os dias pensamos e sonhamos como seria a escola de uma maneira ou de outra, mas nós não queremos sonhar, queremos ter!

Muito obrigado.

*(Aplausos da Câmara)*

**Presidente:** Tem a palavra o representante da Ilha do Pico.

**Deputada Janete Silva (Pico):** Exmo. Sra. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Exmos. Srs. Deputados Representantes dos Partidos Políticos, Exmos. Convidados, Caríssimos Colegas Deputados, Exmo. Público:

Neste espírito em que aqui estamos neste encontro de jovens a debater o futuro, em liberdade e em democracia, tomemos consciência de que nesta ínfima parte do Mundo e da Europa estamos dar o nosso contributo para um Mundo melhor. Estamos a debater, estamos a promover a democracia.

Nesta fase do nosso debate gostaríamos de começar por colocar à reflexão dos presentes o seguinte:

“Nova Escola” ou “Escola Nova”

Sendo o tema a “Nova Escola” porque não trocar a ordem do adjectivo, aqui residiria um ponto de partida importante para reflectirmos nos factores que interagindo num espaço físico, concreto e limitado formam um conceito que hoje, mais do que nunca, deverá ser entendido muito para além desta objectividade.

escola é pois uma rede de inter-relações sempre centradas no aluno, entre professores, alunos, pessoal não docente, comunidade e sistema educativo. É apostando na reinvenção destas relações que se conseguirá muitas vezes transformar uma ESCOLA VELHA numa “NOVA ESCOLA” ou tristemente uma “NOVA ESCOLA” numa ESCOLA VELHA, e vejamos que este malabarismo de palavras muitas vezes se reflecte bem perto de nós.

“Nova Escola”, o que será então?

Será uma como a nossa, onde as paredes nos apertam mas ao mesmo tempo nos libertam e nos voltam para a comunidade.

“Nova Escola” - nova relação professor/aluno

- nova forma de pensar o processo Ensino/Aprendizagem

- nova forma dos alunos intervirem na escola
- nova forma da escola se mostrar e actuar na comunidade
- nova forma da comunidade olhar a escola
- nova forma de fazer Ensino/Educação, não ao sabor do Governo que sai ou entra
- E JÁ AGORA porque não uma ESCOLA NOVA?

Mas nunca Gente "velha" na escola, a fazer escola. Mas sempre gente de qualquer idade, raça, sexo, credo a fazer por uma "Nova Escola".

Minhas Senhores e meus Senhores, Caros Colegas:

Concretizando mais em pormenor sobre o que pensamos da escola de amanhã, acreditamos que esta enquanto instituição, deve preparar as jovens gerações no espírito da paz, da justiça, da liberdade, do respeito e da compreensão mútuas, a fim de promover a igualdade de direitos de todos os seres humanos, de todas as nações, o progresso económico e social, e a manutenção da paz e da segurança internacionais.

Não se podem cumprir estes aspectos sem abordar os problemas ambientais tendo como pano de fundo o ambiente global, deveria ser obrigatório o uso de papel reciclado, de lâmpadas de baixo consumo entre muitos outros aspectos, para que quando fossem para a sua vida profissional levassem consigo essa preocupação permanente.

Mas, temos também que ter uma escola participativa, isto é, onde a comunidade participe seja parte activa na formação dos seus jovens e não uma escola fechada dentro dos muros da sua sabedoria. Infelizmente hoje a participação de pais e da comunidade está longe de ser a desejada, embora mais por culpa destes do que da escola.

Falemos agora do espaço físico da escola:

Como é possível uma escola sem sala de convívio, sem espaços para recreio, onde nos dias de chuva se amontoam os alunos nos átrios de entrada?

Como é possível escolas sem porteiro ou qualquer outro tipo de resguardo onde entra e sai quem quer?

Como é possível uma prática de educação física em pavilhões onde chove e onde os alunos enterram os pés no chão porque a madeira esta podre?

Como é possível exigir de nós, alunos, certas competências quando não nos são dados os meios necessários para as adquirir?

E como é possível promover a igualdade de oportunidades quando as desigualdades começam logo nos bancos da escola, onde umas nada têm e noutras os materiais chegam a degradar-se por falta de uso e onde não existem condições mínimas para acolher colegas com deficiências.

Caros colegas juntos temos de exigir a quem nos governa, condições para nos podermos preparar da melhor maneira, para o futuro, para nos realizarmos enquanto homens e mulheres, mas também para que estejamos a altura das exigências postas à nossa sociedade que são cada vez mais complexas. Obrigado.

*(Aplausos da Câmara)*

**Presidente:** Srs. Deputados, está aberto o período para discussão das intervenções anteriores.

Como sabem, está a ser feito um controlo de tempo utilizado por escola.

Assim, informo que as escolas que não utilizaram os 5 minutos que dispunham para apresentação de Moções, de Propostas de Resolução e Comunicações, os minutos foram somados ao tempo disponível para o debate. Assim, tem a palavra a Sra. Secretária da Mesa para informar cada escola de quanto tempo tem para questionar os colegas ou responder a questões.

**Secretária:** Escola Antero de Quental - 8 minutos e 20 segundos;

Vila Franca do Campo - 5 minutos e 20 segundos;

Ribeira Grande - 5 minutos e 10 segundo;

Rabo de Peixe - 5 minutos;

Graciosa - 7 minutos e 10 segundos;

Pico - 5 minutos e 30 segundos;

Faial - 5 minutos;

Corvo - 6 minutos e 30 segundos;

Terceira - 7 minutos e 15 segundos;

Santa Maria - 6 minutos e 25 segundos.

**Presidente:** Srs. Deputados, peço desculpa. Houve um pequeno lapso. Há três escolas que ainda não apresentaram as suas Propostas de Resolução.

Assim sendo, passo a palavra ao Sr. Deputado Representante da Escola de Vila Franca.

**Deputada Sofia Arruda (Vila Franca):** Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Excelentíssimos Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Face as carências ao nível de recursos humanos e físicos que a nossa escola possui, apresentamos a este plenário a seguinte proposta de resolução:

1º. - Realizar uma rápida, real e efectiva intervenção de fundo em toda a estrutura física da Escola de Ensino Básico 2,3 de Vila Franca do Campo, dotando-a de equipamentos que promovam uma aprendizagem de/e com sucesso.



2º. - Proceder à colocação, no quadro da escola, de professores habilitados em áreas como a educação especial e a psicologia.

3º. - Reforçar a formação docente e não docente nas mais variadas áreas.

4º. - Apostar numa redução do número de alunos por turma.

Obrigada.

*(Aplausos da Câmara)*

**Presidente:** Vamos dar início ao debate, tendo em conta que esta é que é a Proposta de Resolução de Vila Franca.

Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Castro.

**Deputado Miguel Castro (São Miguel):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Convidados:

A minha pergunta dirijo-se aos Deputados da Ilha do Corvo e da Ribeira Grande.

Concordam com a criação de novas disciplinas, História, Geografia e Cultura dos Açores e Educação Sexual. No entanto, não acham que muitos alunos se queixam da sobrecarga horária?

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Andrade para prestar esclarecimentos.

**Deputado Catarina Andrade (Corvo):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Convidados, Sr. Deputado Miguel Castro:

Nós propomos que esta disciplina seja leccionada no horário que está disponível nas escolas para criarem a sua disciplina de opção.

Por isso, os alunos não vão ter mais carga horária, porque propomos que esta seja a opção obrigatória de todas as Escolas dos Açores.

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Carolina Vidal.

**Deputado Carolina Vidal (São Miguel):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Convidados, Sr. Deputado Miguel Castro:

Nós achamos que muitas disciplinas, tipo Estudo Acompanhado, tiram-nos um bocado de tempo livre e acho que não é o melhor para os alunos do 9º ano, porque nós já temos alguma experiência em estudar.

Por isso, entendemos que essas disciplinas deveriam ser substituídas pela disciplina de Educação Sexual, que foi a que nós seleccionámos.

**Presidente:** Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado João Gonçalves.

**Deputado João Gonçalves (São Miguel):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Convidados:

A minha pergunta é dirigida aos Deputados de Santa Maria.

Não acham que o alargamento do ensino obrigatório até ao 12º ano irá conduzir a um maior abandono do insucesso escolar?

Muito obrigado.

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos, tem a palavra a Sra. Deputada Soraia Costa.

**Deputada Soraia Costa (Santa Maria):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Convidados, Sr. Deputado João Gonçalves:

O alargamento do ensino obrigatório até ao 12º ano pode levar a um maior abandono escolar, mas pode servir como mais "ferramentas" para a sua vida.

Nos nossos dias, muitos abandonam a escola antes de terminarem o 9º ano.

Portanto, achamos que devem ir até ao 12º ano para poderem ter mais formação.

**Presidente:** Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sra. Deputada Susana Lemos.

**Deputada Susana Lemos (Faial):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Convidados, Sr. Deputado da Escola Antero de Quental:

Quais os benefícios da colocação de gestores na administração das escolas, em lugar dos professores, quando os professores conhecem a realidade efectiva das escolas?

Nós não concordamos com tal situação. Por isso gostávamos de ouvir o que tem a dizer.

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Castro.

**Deputado Miguel Castro (São Miguel):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Convidados:

Um gestor, como tem um curso de gestão ou de administração, saberá gerir melhor uma escola do que um professor.

Como irá gerir melhor, sobrarão mais dinheiro que poderá ser empregue na compra de melhor e maior quantidade de material escolar.

Ele também tem mais tempo disponível para a escola.

**Presidente:** Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sra. Deputada Carolina Vidal

**Deputada Carolina Vidal (São Miguel):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Convidados, Srs. Deputados da Escola Antero de Quental:

Qual a razão que vos leva a pensar que os professores devem reformar-se a partir dos 45 anos?

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Castro.

**Deputado Miguel Castro (São Miguel):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Convidados, Sra. Deputada Carolina Vidal:

Pelo facto de que professores, a partir de determinada idade, não só perdem habilidade como também perdem a paciência para motivar os alunos.

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Dário Freitas.

**Deputado Dário Freitas (Pico):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Convidados:

Peço a palavra para comentar as propostas da Escola Quental.

A vida é uma universidade, por isso achamos que os professores, ao longo da vida, se tornam mais completos, como seres humanos, como pedagogos.

Velhos são os trapos.

Pensamos que deveria haver uma maior redução nos horários dos professores. Também não concordamos com escolas geridas por gestores, antes por professores com formação em gestão escolar e sendo escolhidos pela comunidade escolar e não pelos Governos.

Obrigado.

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Castro.

**Deputado Miguel Castro (São Miguel):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Convidados, Sr. Deputado Dário Freitas:

Nós nunca dissemos que os professores ficavam velhos. O que dissemos foi que a partir de determinada idade eles perdiam habilidade e paciência para motivar os alunos.

Quanto à gestão das escolas por gestores, tal como nós dissemos à Deputada do Faial, como eles têm um curso relacionado com gestão e administração, provavelmente saberão gerir melhor a escola e o dinheiro do que um professor.

Com uma escola bem gerida, as condições, o material e outras tantas coisas, poderão ser melhores.

Obrigado.

**Presidente:** Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sra. Deputada Marília Silva.

**Deputada Marília Silva (Graciosa):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Convidados:

A minha pergunta vai dirigida ao Grupo Parlamentar do Corvo.

Em que disciplina é que os professores deverão ser licenciados para leccionarem a disciplina de Cultura dos Açores?

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Andrade para prestar esclarecimentos.

**Deputado Catarina Andrade (Corvo):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Convidados, Sra. Deputada Marília Silva:

Nós consideramos que a Cultura dos Açores devia ser leccionada, preferencialmente, pelos professores de Português.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Sofia Arruda.

**Deputada Sofia Arruda (São Miguel):** Sra. Presidente , Sras. e Srs. Deputados, Srs. Convidados:

Gostaria de dar uma achega ao nosso colega do Pico.

Uma vez que a idade não tem nada a ver com a mobilidade ou habilidade, maior ou menor paciência dos docentes, logo, os colegas da Escola Antero de Quental estão a colocar uma proposta que não se considera realista e que, posta em prática, poderá até afectar o ensino, pois a vida é uma escola, como refere o colega picoense.

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado João Gonçalves.

**Deputado João Gonçalves (São Miguel):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Convidados:

A nossa proposta não tem como objectivo obrigar os docentes a se reformarem aos 45 anos, mas sim, quando eles não tiverem em perfeitas condições para dar aulas e para motivar os alunos, propomos a facultaçãõ de trabalhos mais fáceis e menos pesados.

**Presidente:** Para pedir esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Ana Cardoso.

**Deputada Ana Cardoso (Pico):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Convidados:

A minha pergunta vai dirigida aos Deputados da Escola Antero de Quental.

E a parte pedagógica da gestão da escola? Não acham importante?

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Castro.

**Deputado Miguel Castro (São Miguel):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Convidados, Sra. Deputada Ana Cardoso:

Pelo facto do Presidente ser um gestor, não quer dizer que os Vice-Presidentes não sejam professores.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Andrade.

**Deputada Catarina Andrade (Corvo):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Convidados:

Gostaria de esclarecer o Grupo Parlamentar da Graciosa.

Quando perguntaram qual o professor que iria leccionar a disciplina Cultura dos Açores, respondi que seria o professor de Português, isto porque consideramos que na disciplina Cultura dos Açores, tínhamos que incluir os escritores, mas de facto esta disciplina deverá ser leccionada por três professores: a parte da história, deverá ser dada por um professor de história; a de geografia por um professor de geografia; e a da cultura, como já disse, por um professor de português.

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sra. Deputada Lara Sousa.

**Deputada Lara Sousa (Graciosa):** Sra. Presidente, a Deputada Catarina Andrade, apenas está a responder à questão que colocámos à Ilha do Corvo.

**Presidente:** Peço desculpa, Sra. Deputada, a Mesa não ouviu bem.

Para pedir esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Maria Armada.

**Deputada Maria Armada (Faial):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Convidados, Srs. Deputados da Escola Antero de Quental:

Os professores é que acompanham os alunos desde o início do seu percurso escolar.

Os professores sabem as verdadeiras e reais necessidades dos alunos e não as pessoas totalmente estranhas ao meio escolar, como os gestores que sabem toda a teoria, é certo. Mas a realidade da escola, hoje, é muito diferente e muito própria.

Só estamos a manifestar a nossa opinião.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Castro.

**Deputado Miguel Castro (São Miguel):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Convidados:

Tal como eu disse há pouco, pelo facto do Presidente ser gestor, não quer dizer que os vice-presidentes não possam ser professores. Eles podem ser professores e a parte pedagógica pode estar a seu cargo.

**Presidente:** Para pedir esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Soraia Costa.

**Deputada Soraia Costa (Santa Maria):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Convidados:

Peço a palavra para interpelar os representantes da Escola Antero de Quental.

Ao estabelecer a obrigatoriedade dos professores se reformarem aos 45 anos, seria excelente para os mesmos, mas onde é que se ia buscar dinheiro para sustentar essa medida?

Obrigada.

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Castro.

**Deputado Miguel Castro (São Miguel):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Convidados, Sra. Deputada Soraia Costa:

Vai-se buscar dinheiro aos salários que se ia pagar até eles se reformarem.

**Presidente:** Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Macedo.

**Deputado Luís Macedo (Pico):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Convidados:

Pergunto à Escola Antero de Quental se não seria pior o Conselho Executivo ter acesso à área de gestão?

Essa das pessoas não terem capacidades depois dos 45 anos, estende-se aos governantes?

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Castro.

**Deputado Miguel Castro (São Miguel):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Convidados, Sr. Deputado Luís Macedo:

O Presidente pode ser um gestor, os vice-presidentes professores.

O presidente e os vice-presidentes formam o Conselho Executivo de uma escola.

**Presidente:** Informo aos Srs. Deputados que neste momento terminou o período de debate sobre as propostas em discussão.

Vamos passar ao **Período da Ordem do Dia**, com o **debate do tema A “Nova Escola”, com os Srs. Deputados à Assembleia Legislativa Regional dos Açores.**

Relembro o procedimento deste debate.

Cada Deputado Regional responde a três questões, dispondo para o efeito de 12 minutos e meio.

Todos os Deputados/Alunos devem informar, quando colocarem a sua questão, a quem é que ela se destina.

Quando estiverem colocadas as quatro questões, por Deputado Regional, já não se aceitam mais inscrições, pelo que se houver mais perguntas a colocar, os Srs. Deputados devem informar a Mesa da sua desistência.

Primeiro, os Deputados/Alunos colocam as suas questões e depois que os Srs. Deputados Regionais farão as suas intervenções.

Está aberto o período de inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Mesquita.

**Deputada Isabel Mesquita** (*Santa Maria*): Exma. Sra. Presidente, Srs. Deputados:

Queria dirigir a minha pergunta ao Sr. Deputado do Grupo Parlamentar do PSD.

Quais os esforços do vosso Partido no sentido de promover, de forma efectiva, o alargamento da escolaridade obrigatória até ao 12º ano?

Obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Henrique Melo.

**Deputado Henrique Melo** (*Santa Maria*): Exma. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

A minha pergunta é dirigida ao Sr. Deputado do Grupo Parlamentar do PS.

Todos concordamos que o abandono escolar continua a ser um problema que atinge uma percentagem significativa dos nossos jovens.

Quais as medidas do vosso partido no sentido de reduzir o número de jovens que abandonam, precocemente, a escolaridade obrigatória?

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Castro.

**Deputado Miguel Castro** (*São Miguel*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

A minha pergunta é dirigida ao Doutor Costa Pereira, Deputado do Partido Social Democrata.

Qual a sua opinião acerca de um sistema reutilizável de material escolar, nomeadamente manuais?

Quais as implicações políticas de uma decisão governamental favorável?

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado João Gonçalves.

**Deputado João Gonçalves** (*São Miguel*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

A minha pergunta é dirigida ao Sr. Deputado do Partido Popular, Dr. Paulo Gusmão.

Qual a sua opinião sobre a Lei 30 que regula a disciplina na escola?

Obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Roberto Melo.

**Deputado Roberto Melo** (*São Miguel*): Obrigado, Exma. Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Quanto à questão dos gestores, colocada há pouco pelos nossos colegas da Escola Antero de Quental, achamos que mais importante do que haver um gestor como Presidente e docente como Vice-Presidentes, a aposta deveria ser

separar as competências, ou seja, dar ao gestor a gestão administrativa e dar aos docentes competências que sejam distintas das do gestor, nomeadamente a de ensinar e ter todo o poder para gerir a escola a nível pedagógico.

Gostaríamos de saber qual a vossa opinião sobre o assunto?

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Rute Rocha.

**Deputada Rute Rocha (Terceira):** Obrigada, Exma. Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

A minha questão é dirigida ao Exmo. Sr. Deputado do Partido Socialista.

Exmo. Sr. Deputado:

A lei prevê a existência de Técnicos de Educação Especial e de Psicologia em todas as escolas, para apoiar os alunos com maiores dificuldades.

No entanto, na nossa escola e em outras, isso ainda não acontece, a prova é de que estamos à espera desde o início do ano lectivo de um Psicólogo que possa permanecer a tempo inteiro para avaliar situações delicadas.

Como evitar situações deste tipo ou similares a esta, se os sucessivos governos teimam em reduzir os gastos na área educativa?

Muito obrigada.

**Presidente:** Informo os Srs. Deputados, que as perguntas dirigidas ao Grupo Parlamentar do PS, são para o Sr. Deputado José San-Bento.

Tem a palavra a Sra. Deputada Fabiana Vitorino.

**Deputada Fabiana Vitorino (Terceira):** Obrigada, Exma. Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

A minha questão é dirigida ao Senhor Deputado do PCP.

Exmo. Senhor Deputado:

Sabemos das problemáticas actuais ao nível da sexualidade na adolescência, nomeadamente o elevado número de adolescentes grávidas e doenças sexualmente transmissíveis.

Para quando a existência efectiva da disciplina de Educação Sexual em todas as escolas e a urgente formação adequada de Professores para leccionarem essa disciplina?

Muito obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Soraia Costa.

**Deputada Soraia Costa (Santa Maria):** Exma. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

A minha pergunta é dirigida ao Grupo Parlamentar do PCP.

O vosso partido concorda com a promoção efectiva de cursos profissionais nas escolas públicas?

Obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Silva.



**Deputada Andreia Silva (Corvo):** Muito obrigada Exma. Sra. Presidente da Assembleia.

Sra. Presidente, Caros Colegas e Ilustres Convidados:

A minha pergunta é dirigida ao Sr. Doutor José San-Bento, do Grupo Parlamentar do PS.

Actualmente, no Corvo, o 5º e o 6º anos são leccionados simultaneamente na mesma sala, facto que tem provocado resultados bastante negativos.

A questão que lhe ponho é:

Acha que em turmas muito reduzidas, como é o caso do Corvo, é lícito juntar dois anos diferentes na mesma turma, visto que uma parte estará, por exemplo, a estudar os Descobrimientos, enquanto que a outra parte estará a aprender sobre a Revolução do 25 de Abril?

**Presidente:** Informo os Srs. Deputados que terminaram as perguntas para o Grupo Parlamentar do PS.

Tem a palavra a Sra. Deputada Carolina Fraga.

**Deputada Carolina Fraga (São Miguel):** Sra. Presidente, Caros Colegas e Ilustres Convidados:

A minha pergunta é dirigida ao Sr. Deputado do Partido Comunista Português, Dr. Paulo Valadão.

Quais as críticas a fazer à reorganização curricular?

Quais as propostas que sugere?

Obrigada.

**Presidente:** Informo novamente os Srs. Deputados, que já terminaram as perguntas dirigidas ao Grupo Parlamentar do PCP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fábio Raposo.

**Deputado Fábio Raposo (Terceira):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

A minha questão é dirigida ao Sr. Deputado do Grupo Parlamentar do PSD, Dr. Costa Pereira.

Exmo. Sr. Deputado:

Tendo em conta a importância do desporto e sabendo-se que os clubes estão mais interessados no profissionalismo ou na alta competição, deixando de parte a formação desportiva dos jovens, o que é preciso para fundar clubes escola com equipas que disputassem vários campeonatos de diferentes modalidades?

Muito obrigado.

**Presidente:** Volto a informar que já terminaram as perguntas para o Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Santos.

**Deputado Tiago Santos** (*São Miguel*): Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

Gostaríamos de saber qual a opinião do Sr. Deputado Paulo Gusmão sobre o seguinte assunto:

No início deste plenário foi feita referência à posição do regime democrático, quanto à escola.

Foi dito que quanto mais livre e democrático é um país, mais apoio é dado à escola e à pedagogia.

Seguindo esta lógica podemos concluir que o regime actual não está preparado e não faz frente às necessidades da escola.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Edgar Sousa.

**Deputado Edgar Sousa** (*Terceira*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Convidados:

A minha pergunta é dirigida ao Sr. Deputado do PP, Doutor Paulo Gusmão.

Exmo. Senhor Deputado:

Sabemos o quanto é importante podermos mostrar aos nossos filhos, quando os tivermos, o que temos hoje.

Por que não responsabilizar as escolas pelos espaços verdes e arquitectónicos, atribuindo prémios simbólicos às mais empenhadas?

Sugerimos, por exemplo, a atribuição de uma bandeira de qualidade às melhores, alargando assim as funções da Eco-Escola a toda a comunidade.

Obrigado.

**Presidente:** Seguindo a ordem das questões, os Srs. Deputados vão prestar esclarecimentos, pela seguinte ordem:

Primeiro, o Sr. Deputado do Grupo Parlamentar do PS;

Segundo, o Sr. Deputado do Grupo Parlamentar do PCP;

Terceiro, o Sr. Deputado do Grupo Parlamentar do PSD;

E, por fim, o Sr. Deputado do Grupo Parlamentar do PP.

Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado do Grupo Parlamentar do PS, José San-Bento.

**Deputado José San-Bento** (*PS*): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados Regionais, Sras. e Srs. Deputados do Plenário Jovem:

Em primeiro lugar, em nome pessoal e em nome do PS, gostaria de vos confessar que, para mim, esta foi uma tarde muito importante. Nós tivemos uma jornada de trabalho, com o vosso empenho e com a vossa forma de resposta, onde vocês expuseram os vossos pontos de vista e assim influenciaram os representantes políticos do Parlamento Regional. Isso foi extremamente importante para nós.

Tentando ser breve e o mais objectivo possível, em relação às perguntas que foram feitas, gostaria de dizer ao Sr. Deputado Henrique Melo, que me questionou em relação à exclusão social e ao absentismo escolar que, como sabe, esses são temas muito caros ao Partido Socialista e à esquerda, em geral. De facto, entre muitas outras coisas, o Governo do PS, que ao fim e ao cabo cumpre aquilo que são os princípios e aquilo que é o programa político do Partido Socialista nos Açores, fez um conjunto muito vasto de novas políticas sociais, com grande relevo e com grande inovação, em outras áreas fora da escola.

Eu vou tentar ser sintético e falar em aspectos que estão relacionados directamente com a escola, nomeadamente referindo aquilo que se fez, em termos de democratização, no acesso à educação e no combate à exclusão social, através do apoio sócio-educativo e através de um novo impulso e de uma maior articulação na acção social escolar. Essa foi uma das áreas onde muito se fez.

Para além disso, fez-se e vai-se continuar a fazer um esforço muito grande em dotar as escolas dos meios necessários ao apoio pedagógico aos alunos com dificuldades de aprendizagem. Essa é uma questão fundamental que requer um esforço permanente da parte dos Governos.

Por outro lado (deixei para o fim, mas penso que é extremamente interessante, muito importante e eu tenho aqui alguns dados que posso partilhar), temos a flexibilização da oferta da educação.

Penso que essa é uma inovação muito importante.

Embora tenhamos assistido hoje a algumas queixas da parte de alguns Srs. Deputados de que a escola é rígida, é pouco flexível, a verdade é que já se avançou bastante nesse sentido.

Eu não resisto a falar no caso do PROFIJ, um programa que, inserido no ensino regular, tem dado resposta. Há casos concretos, e vocês com certeza conhecem, de pessoas que eram péssimos alunos no ensino regular e com a flexibilização, ou seja, com a adaptação que a própria escola teve às dificuldades e às particularidades de determinados grupos de alunos, foi possível recuperar essas pessoas.

Tiveram, digamos, uma oferta da parte da escola muito próxima das suas preferências e das suas vocações e com isso passaram a ter uma boa prestação escolar e muitos deles seguiram para a vida activa, sendo colocados em empregos.

Só para terem uma ideia, como prova desse progresso que está a fazer-se, actualmente a taxa da escolaridade obrigatória concluída, é já superior a 70%. Portanto, há alguns anos atrás era de 42%, nomeadamente antes do PS entrar

para o Governo e antes de ter tido efeito todo este conjunto de políticas e de programas novos que eu aqui referi.

Há claramente um percurso que já começou a ser feito, tem que continuar a ser aprofundado e consolidado, mas já tem resultados muitos importantes e significam que nós estamos a caminhar na direcção certa.

Eu bem sei que em algumas ilhas, em alguns concelhos, há a possibilidade e, por vezes, as pessoas querem que esses passos sejam dados com maior rapidez. Nós estamos atentos a isso e estamos aqui para ouvir essas queixas e podermos ajustar essas políticas.

Quanto à questão do Sr. Deputado Roberto Melo, que levanta a questão dos gestores, devo dizer que o Partido Socialista, neste momento, tem uma posição aberta em relação a isso, portanto, ainda não está completamente definida.

No entanto, posso dar-lhe a minha opinião pessoal.

Sinceramente, acho que cada caso é um caso. Acho que há escolas que têm uma complexidade, que têm problemas tão específicos a nível de gestão (refiro-me às grandes Escolas Secundárias, nas grandes cidades dos Açores) que se calhar justifica a existência de um gestor profissional, mas há outras escolas que eventualmente não será necessário.

A posição do PS penso que deverá ser de abertura nestas questões. Nós vamos discutir e vamos ver para cada caso qual a melhor solução que se pode aplicar. O quadro das escolas permite que se contrate esses gestores profissionais. Portanto, é uma questão desse aspecto particular ser visto, caso a caso, e ajustar a melhor solução, como já referi, para cada um desses casos.

Em relação à Sra. Deputada Rute Rocha que denunciou uma queixa extremamente importante sobre problemas com o Ensino Especial na sua escola e com a falta de colocação de um Psicólogo, devo referir que os quadros das escolas já foram dotados, pelo Governo do PS, de lugares de Técnicos Superiores.

Regularizou-se a situação de mais de 1.100 trabalhadores. São estes os dados que tenho, mas penso que estes dados já foram actualizados.

De facto, sabemos que há escolas onde falta preencher esses quadros. Para essa questão há uma atenção muito grande da Direcção Regional da Educação.

Deixava apenas aqui uma reflexão para o seguinte:

Não é fácil, por vezes, atrair para algumas escolas, esses técnicos superiores. Não é fácil contratar Psicólogos, porque, pura e simplesmente, não há Psicólogos. Aliás, a Universidade dos Açores não tem o curso de Psicologia.

Essas pessoas são formadas no Continente e alguns não querem vir viver para os Açores e os açorianos que tiram esse curso ficam a viver no Continente.

Portanto, essa é uma solução que vai sendo gerida com alguma atenção, mas é muito difícil.

Eu posso dar aqui um exemplo, muito rapidamente, da Ilha das Flores, que tinha uma Psicóloga, mas deixou de ter. Não sei se entretanto já há outras novidades, mas é um exemplo de que a própria mobilidade e a vida de cada um acaba, por vezes, por condicionar isso.

De qualquer maneira, acho que foi muito importante a denúncia que a Sra. Deputada fez.

Nós tomámos nota desse problema e com certeza ele merecerá um tratamento especial.

Em relação à questão que a Sra. Deputada Andreia Silva teve a gentileza de dirigir ao Grupo Parlamentar do PS, sobre o funcionamento de dois anos na mesma sala, o 5º e o 6º anos, tanto quanto sei, e eu não quero que pensem que estou a fugir a certas respostas, penso que isso se pode resolver no âmbito da própria autonomia das escolas.

É preciso nós entendermos que para as escolas isso também é uma grande responsabilidade e um grande desafio.

Portanto, a escola tem que saber e tem que ter em atenção esses casos. Se não está bem, tem que accionar os mecanismos (esses mecanismos existem!) para corrigir essa situação.

Da parte da Secretaria Regional da Educação ou da Direcção Regional da Educação, também tem que haver atenção para esses casos.

Para terminar, devo esclarecer à Sra. Deputada que tenho conhecimento de casos, por exemplo, no 1º ciclo, de turmas com diversos níveis em conjunto e que dão certo e há belíssimos resultados. Há outros casos que nem por isso.

Portanto, penso que é uma questão que tem que ser vista com atenção.

No entanto, reconheço que a Sra. Deputada para levantar esse assunto aqui, com certeza, que é um assunto muito importante e que a preocupa. Como tal, se é um problema grave para o Corvo, é grave para nós e tem que ser estudado e resolvido.

Julgo que eram apenas estas as questões.

Como já referi e uma vez mais, antes de terminar, confesso que tive imenso gosto em estar convosco e durante o jantar vamos ter oportunidade de continuar o nosso convívio.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

*(Aplausos da Câmara)*

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado do Grupo Parlamentar do PCP, Dr. Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Caros Jovens:

Em primeiro lugar, para vos dizer que estou satisfeito em poder participar convosco nesta sessão, na medida em que considero muito importante que todos os jovens, desde muito jovens, possam conhecer exactamente o que é a Assembleia Legislativa Regional, principal órgão da nossa Autonomia.

Em segundo lugar, é com pena que vejo que aqui não estão representadas todas as Escolas da Região Autónoma dos Açores.

Não é com vocês, mas é importante que se diga que as pessoas que organizam estas coisas e até as próprias escolas ausentes, deveriam ter feito um esforço muito grande no sentido de estar aqui representantes de todas as escolas, para que o convívio pudesse ser efectivamente um convívio entre todas as escolas da Região.

Desta vez, este Plenário Jovem ainda está "manco". Esperemos que em próxima oportunidade possam estar presentes todas as escolas.

É evidente que isso implica sacrifício de alguns adultos, nomeadamente de alguns professores, de alguns administradores das escolas e é muitas vezes aí que as coisas falham.

Em relação às questões que me colocaram, agradeço o facto de as terem colocado. Vou fazer algumas considerações em relação a elas e começo pela ordem que elas foram colocadas.

O problemas dos gestores nas escolas:

Devo dizer que fui professor, conheço muitos professores e que participo na actividade política, em matéria da área da Educação.

O conceito que eu tenho de professor, é de que o professor é um gestor. Eu deixo a interrogação: quando um professor prepara o seu programa escolar para um ano lectivo, está ou não a fazer um acto de gestão? Eu considero que sim.

Por isso mesmo, entendo que a gestão das escolas deve ser feita por professores, porque o professor conhece os alunos e tem conhecimentos psicológicos e pedagógicos para acompanhar efectivamente o desenvolvimento escolar, independentemente desse professor que é responsável pela gestão de uma escola poder socorrer-se de uma equipa técnica. Aí sim, cabe pessoas das diversas áreas técnicas que poderão

contribuir com esse professor para aspectos administrativos da gestão. Por isso mesmo, entendo que a escola tem que ser gerida por um professor.

Quanto à questão levantada pela Sra. Deputada Fabiana Vitorino, sobre o problema da educação sexual, devo referir que o Partido Comunista Português, quer a nível nacional, quer a nível regional, sempre tem defendido que deve ser dada orientação, no campo sexual, aos jovens. Devem ser dadas aulas de educação sexual. Pugnamos por isso desde há muito.

Entendemos que é importante e fundamental no sentido da escola ter o dever de preparar o jovem para a vida.

Consideramos que essa orientação e essa educação deve começar logo no início da carreira escolar do aluno, ou seja, deve começar no pré-primário e deve ir até ao fim do ciclo escolar.

Perguntou-nos também quando é que isso ia ser feito.

Nós, Partido Comunista Português, a nível regional, somos um pequeno partido de oposição. Procuramos colocar as nossas questões, equacioná-las, fazer propostas concretas.

No entanto, a responsabilidade da execução é de quem tem o poder, ou seja, do partido maioritário. No caso dos Açores, como vocês sabem, é o Partido Socialista, com maioria absoluta nesta Assembleia.

A nível nacional passa-se exactamente o mesmo. Nós temos as nossas propostas. Nós lutamos firmemente para que as nossas propostas sejam levadas até às últimas consequências, ou seja, sejam efectivas.

No entanto, fazemo-lo com a força política que temos.

Gostaríamos muito de que este como outros aspectos das nossas escolas fossem implementados. Lamentavelmente isso não tem acontecido, embora neste momento consideramos que há dispositivos legais que permitem as escolas levar à prática, no capítulo da Educação Sexual, aulas específicas ou no contexto de outras aulas co-relacionadas, no sentido de preparar os jovens para a sua vida futura e de impedir determinados aspectos que têm a ver, por exemplo, como todos nós conhecemos, com a situação de muitas raparigas jovens que engravidam numa idade que não deviam. Em termos fisiológicos não o deviam fazer. O impedir esses aspectos, passa por uma educação sexual preparando os jovens e dando-lhes conhecimento nesse capítulo.

Em relação à questão colocada pela Sra. Deputada Soraia Costa sobre os cursos profissionais, nós concordamos e pugnamos para que a educação técnica e profissional, a nível das escolas, seja cada vez mais implementada.

Já foi referido aqui o PROFIJ, programa que nós consideramos muito positivo e muito útil para os jovens, mas deixo-vos um repto:

Perguntem nas vossas escolas por que é que não se tem implementado mais cursos de PROFIJ? Por que é que não se tem contribuído mais para que jovens que no ensino normal muitas vezes falham, muitas vezes não lhes diz nada esse ensino, esse ensino não lhes é atractivo, em relação a esses jovens, que às vezes chumbam um, dois ou três anos consecutivamente, não são criadas outras respostas, respostas diferentes, currículos diferentes?

Aí está o ensino profissional que poderá, em nosso entender, evitar o abandono escolar de muitos jovens.

Como eu vivo numa ilha pequena, onde há mais facilidade de contacto com os jovens e com as pessoas, é com muita pena que eu vejo que rapazes e raparigas, às vezes, de 11, 12, 13, 14 anos abandonam a escola e às vezes no 5º, 6º ou 7º ano de escolaridade.

Eu pergunto a mim próprio, por que é que estas escolas, perante situações de abandono escolar, de desinteresse dos alunos, não criam alternativas diferentes para prender os alunos às escolas? - Prender no sentido de atrair, de suggestionar o aluno para a escola, do aluno sentir a escola como sua, como boa, como importante para a sua vida.

Eu penso que os cursos técnico-profissionais têm muita importância. Penso que esses cursos muitas vezes deviam ser equivalentes a partir do 5º ano de escolaridade, porque quando se fala nesses cursos, muitas vezes pensa-se apenas no 10º, 11º e 12º anos.

Nós pensamos que esses cursos devem aparecer logo no início da escolaridade, logo a partir do 5º ano de escolaridade, no sentido dos jovens poderem fazer os seus currículos escolares de modo a que terminada a sua vida escolar, tenham a escolaridade obrigatória.

É também com muita pena que vejo hoje, em relação a alguns jovens que não conseguiram o seu currículo escolar, que lhes é passado um documento que diz que frequentou a escola x anos. Penso que isto é um mau processo.

Agora que já se fala na implementação dos 12 anos, como escolaridade obrigatória, é mais um motivo para se pensar nisto.

Eu considero que não é pelo facto de um jovem andar na escola 9, 10, 12 ou 15 anos, que consegue a escolaridade. A escolaridade deve ser o cumprir, com aproveitamento, determinado curso, matéria ou aptidão.

Portanto, entendemos que isto é possível, não apenas no ensino normal, mas também socorrendo-se de um ensino diferente, de um ensino que leve, como disse há pouco, a que os jovens gostem da escola.

Quanto aos currículos escolares, penso que isso tem um pouco a ver com uma matéria que nós, recentemente, aqui analisámos e que é a introdução de currículos regionais nas Escolas da Região Autónoma dos Açores.



Nós, PCP, temos muitas dúvidas em relação à introdução de currículos regionais para além do currículo normal das escolas, porque uma das experiências que eu tenho com muitos jovens, é que os vossos currículos já sobrecarregam bastante.

Se além do currículo normal que vocês têm, se aumenta um currículo a mais, isso, em nosso entender, é prejudicial para o próprio ensino.

Aquilo que nós defendemos é que, dentro do aspecto curricular das disciplinas, deve-se adaptar aos condicionalismos regionais aspectos fundamentais da Região e isso é possível e é permitido pelos currículos que hoje nós temos a todos os níveis do ensino, desde o primeiro até ao último ciclo do ensino secundário.

Uma coisa que não podemos admitir é que, por exemplo, os manuais escolares que hoje estão à disposição de muitos alunos, tenham aspectos específicos, em relação à nossa Região, que poderiam ser motivo para que esses manuais, pura e simplesmente, não fossem admitidos como manuais usais na Região Autónoma dos Açores.

Conheço, por exemplo, uma situação que se passa com o 4º ano de escolaridade, em que no chamado Meio Físico e Social vem referido que nos Açores existem 3 distritos, quando todos nós sabemos que os distritos foram extintos com a Região Autónoma dos Açores. Isto apenas para dar um exemplo de como os manuais escolares têm erros flagrantes em relação à nossa Região e nunca deveriam ser admitidos como manuais a utilizar nas nossas escolas.

Por outro lado, julgamos que em todos os aspectos em que o programa da disciplina pode ser melhorado, adaptado e canalizado para aspectos concretos da Região, isso sim, deve ser bem aproveitado.

Nós entendemos que os alunos da Região Autónoma dos Açores devem ter um programa paralelo aos alunos de todo o país e não devem ser mais sobrecarregados do que um aluno ou um colega da Região Autónoma da Madeira ou do Continente Português.

Julgamos que a maleabilidade que têm os próprios programas, deve ser bem aproveitada no sentido de nós conhecermos muito bem o nosso concelho, a nossa ilha, a nossa Região.

Muito obrigado.

*(Aplausos da Câmara)*

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado do Grupo Parlamentar do PSD, Dr. Costa Pereira.

**Deputado Costa Pereira (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados Regionais, Srs. Deputados do Parlamento Jovem:

As minhas primeiras palavras são naturalmente de saudação muito particular a todos os alunos e professores que aqui estão presentes.

Deixem-me confessar alguma coisa que me vai no coração, porque hoje sinto-me em casa, não por ser Deputado do Faial e estar na minha ilha, mas porque sou professor por vocação, por gosto, por opção e, no meio dos alunos, sinto-me em casa. A vossa presença é gratificante.

Portanto, é com alegria que vos vejo nesta Assembleia, no coração da Autonomia, a experimentarem uma sensação nova, que é fazerem um exercício de cidadania na Assembleia Legislativa Regional dos Açores, primeiro órgão da Autonomia, lugar onde se aprovam os documentos mais importantes e determinantes para a vida na Região Autónoma dos Açores, o mesmo é dizer, para a vida de todos nós, em cada uma das nove ilhas que constituem a Região.

Em segundo lugar, gostaria de vos dizer que as intervenções trazidas pelos jovens Deputados das várias ilhas, no seu conjunto, revelam o estado da educação nos Açores, em muitas das escolas da Região e não corresponde muito bem ao que costumamos ouvir no discurso oficial.

É nestas iniciativas que vêm à Assembleia Legislativa Regional que é trazida esta visão directa de quem todos os dias está em contacto com a realidade da educação, a realidade das escolas e a transmite nessa sua vertente primária, por isso, pura, à Assembleia Legislativa Regional.

Portanto, gostaria de registar a forma como trouxeram as vossas preocupações e os vossos anseios sobre aquilo que julgam ser algumas das vertentes fundamentais para uma “Nova Escola” nos Açores e em Portugal.

Depois desta pequena introdução, gostaria de responder às 4 questões que me foram formuladas, a primeira pela Sra. Deputada Isabel Mesquita que, se não me engano, julgo que deve ter uma costela do Faial, e que me questionava sobre o alargamento da escolaridade obrigatória até ao 12º ano.

O alargamento da escolaridade obrigatória até ao 12º ano é uma daquelas medidas que não depende da Região Autónoma dos Açores. Depende de uma alteração, que está sendo elaborada, da Lei de Bases do Sistema Educativo e que é uma competência reservada da Assembleia da República.

Os Açores, como outros órgãos do funcionamento do Estado Português, vão ser chamados a dar parecer sobre essa legislação, mas não compete a estes

Deputados, nem a esta Assembleia, ter uma participação específica sobre essa matéria, porque ela é reserva da Assembleia da República.

De qualquer forma, neste momento está-se a fazer o lançamento de uma anteposta de alteração da Lei de Bases do Sistema Educativo.

Um dos aspectos dessas alterações é o alargamento da escolaridade obrigatória até aos 12 anos de escolaridade.

Portanto, isso está numa fase inicial, numa fase muito embrionária. Naturalmente que vão haver muitas discussões, vai ser aberto o leque das participações e só no fim desse trajecto é que vamos avaliar o que é que vai ser o resultado final desta profunda alteração que se propõe para a Lei de Bases do Sistema Educativo em Portugal.

De qualquer forma, uma componente que me parece importante e que já foi aqui referida, quer pelo Sr. Deputado Paulo Valadão, quer em muitas das vossas intervenções, é que há uma intenção clara de fazer uma aposta na componente profissional a partir do 9º ano, para se conseguir dar, a todos aqueles alunos que revelam algumas dificuldades na aprendizagem, durante esses 12 anos de escolaridade obrigatória, a formação profissional básica que é fundamental para a sua inserção no mercado do trabalho.

Portanto, esta forte componente profissional que foi uma das preocupações que muitos de vocês aqui trouxeram, é hoje uma das grandes tarefas que se propõe ao sistema educativo, que é de conseguir dar aos jovens uma oportunidade para a sua formação na escola, no âmbito da aprendizagem activa de uma profissão, que lhes dê aquilo a que nós chamamos de saídas profissionais, para que o aluno não acabe o 9º, 11º ou 12º ano e seja um diplomado infuncional, isto é, que não sabe fazer nada. Tem um diploma mas para um emprego de secretariado ou na Administração Pública, ele não tem nenhuma competência específica para o executar.

Esta lei pode vir a ter um papel importante nesta formação profissional havendo sempre um risco que é preciso não correr, e para isso já temos experiência em Portugal, que é o risco de não transformar o ensino profissional num parente pobre do ensino normal, do ensino que conduz para a Universidade.

Quanto à questão do Sr. Deputado Miguel Faria e Castro sobre o sistema de reutilização de manuais escolares, eu penso que com isto estava a querer referir-se a que os manuais possam ser utilizados por vários alunos, não ficando a sua utilização restrita a um determinado período.

É evidente que essa é uma preocupação legítima. Concordo inteiramente que os manuais devem ter um período de duração e de vigência alargado.

Tenho dúvidas se os 3 anos (penso que neste momento ainda são 3 anos), são suficientes, embora nós tenhamos que equacionar várias coisas que não se podem resolver de uma forma muito leve, nem nos podemos comprometer com coisas mais fáceis, fáceis de dizer e na prática fáceis de fazer.

Por um lado, nós temos que equacionar a poupança que podemos trazer para as famílias, tendo manuais que vigorem mais anos e isso permite às famílias, com maior número de filhos, que os manuais possam passar de irmãos para irmãos e assim, no início do ano lectivo, há uma poupança acrescida nos gastos de cada agregado familiar, quando se trata de comprar o material escolar e os livros no final de Agosto e princípio de Setembro.

Por outro lado, nós não podemos correr o risco de, alargando excessivamente o período de vigência dos manuais, eles também corram o risco de ficarem desactualizados, não só a nível de alguns conteúdos, mas fundamentalmente das propostas gráficas, nos arranjos que são feitos a nível de transformar a mensagem que está nos manuais mais apelativa e mais funcional para o seu objectivo.

Neste equilíbrio que é preciso encontrar, concordo contigo. Acho que devemos ter como princípio orientador o maior tempo possível de utilização do mesmo manual e, inclusivamente, haver algumas comissões criadas inter-Escolas para, na mesma ilha, se adoptar um leque mais reduzido de manuais. Penso que era uma proposta interessante e a desenvolver.

Passando à questão colocada pelo Sr. Deputado Roberto Melo sobre os gestores nas escolas, realmente eu estava à espera de muitos temas, mas alunos estarem preocupados com a questão dos gestores nas escolas, confesso que não estava à espera, embora isso revele a vossa atenção e o acompanhamento que fazem aos problemas da escola.

Sobre os gestores na escola, aquilo que eu vos vou dar é a minha opinião pessoal, de professor, de alguém que já estive na gestão de uma escola e que sabe o que é que nós enfrentamos, no dia a dia, nas decisões que temos que tomar, sem que para isso – eu no meu caso e os outros colegas que assim são na sua maioria – não tenhamos tido formação específica para sermos gestores. Uma das coisas que nos apresentam é que os professores tenham uma formação específica, pedagógica, científica para serem professores, mas não a têm para serem presidentes dos órgãos de gestão das escolas.

Relativamente a isso, a minha opinião, e resulta da minha experiência, é de que isso depende da dimensão das escolas. Esta regra não se pode aplicar a todas as escolas, porque há escolas relativamente diminutas no seu tamanho, no número de alunos e de professores, e há outras muito maiores.

Portanto, esta reflexão que aqui vos vou trazer, tem que ter em conta a dimensão das escolas, mas aquilo que gostaria de vos dizer é que penso que em termos gerais, pela minha experiência, a gestão das escolas ficaria a ganhar se nós conseguíssemos encontrar um modelo consensualizado com os professores, com os docentes, com os sindicatos, com todo o pessoal das escolas e que fosse um modelo que recolhesse experiências que penso que são positivas de outras instituições.

Eu lembro, por exemplo, os hospitais. Nos hospitais há o Administrador, que tem a parte do direito, do pessoal e das questões financeiras, e há o Director Clínico que é aquele que trata do relacionamento com os médicos, com a parte técnica da profissão médica.

Este modelo aplicado às escolas é capaz de ter algumas virtualidades.

Qual deles é que deve ser o Presidente?

Essa questão depois pode-se discutir e consensualizar, se o gestor é que é o Presidente, ou se o gestor é um Vice-Presidente e o Presidente é um professor. Essa questão é menor. O que me parece é que tem que existir um modelo para se equilibrar.

Há muitas escolas hoje que são maiores que empresas. Eu falo, por exemplo, na Escola Dr. Manuel de Arriaga, que não é das escolas maiores da Região Autónoma dos Açores. Tem 1200 alunos, mais de 100 professores e 50 e tal funcionários. Isto significa por dia um órgão de gestão que tem à sua responsabilidade mais gente do que uma grande empresa nos Açores e tem à frente dessa empresa, dessa escola, um grupo de professores que tem boa vontade, que vão procurando fazer o melhor, podendo até não ter sensibilidade, mas estão à frente da escola porque lhes caiu a sorte.

Portanto, penso que em termos da gestão podíamos, maduramente e procurando consensos, procurar um equilíbrio entre as necessidades que as escolas, a partir de uma determinada dimensão, têm com a gestão do seu pessoal, com a gestão dos seus recursos financeiros, inclusivamente problemas de direito administrativo e jurídico que aparecem com contratações, etc., harmonizado essa parte muito técnica e específica da gestão, com a parte pedagógica que deve ser – e aí sou intransigente – inteiramente entregue aos docentes e aos alunos. Portanto, a parte pedagógica não deve sair da responsabilidade dos docentes.

A minha opinião é de que entre estas duas vertentes se pode procurar um modelo consensual de administração mais eficaz das escolas, que nos permite melhores resultados.

Uma certeza eu tenho: o modelo actual, da forma como está a ser implementado, é um modelo que pode gerar situações de alguma injustiça,

que é obrigar docentes que não têm vocação, que não querem ser membros dos órgãos de gestão, mas só porque foram votados, eles são obrigados a aceitar, contra a sua vontade e contra o seu perfil, lugares nos órgãos de gestão.

Penso que este modelo tem que ser repensado.

Finalmente, o Sr. Deputado Fábio Raposo fez uma pergunta sobre a questão dos clubes de escola.

Eu penso que o desenvolvimento e a implementação dos clubes de escola é algo que está permitido e aberto.

Cada escola pode ter a sua capacidade interna de mobilização e de desenvolvimento das suas actividades, sobretudo ligadas à área do desporto, para criar os clubes que possa achar por bem.

De qualquer forma, penso que essa vertente dos clubes escolares deve ser mais explorada pelas escolas, deve ser mais incentivada pela própria Direcção Regional da Educação e da Educação Física e Desporto, sobretudo na vertente (e aqui é que eu faço uma pequena diferença) dos clubes escolares serem desenvolvidos e incentivados na vertente da disputa e da competição, dentro da escola e Inter-Escolas. Penso que essa vertente não está neste momento a ser suficientemente desenvolvida.

Se estavas a pensar em clubes de escola para se envolverem em competições profissionais, meu caro amigo, nesse âmbito eu discordo. Eu entendo que a primeira tarefa dos clubes das escolas é privilegiar os seus alunos, desenvolver a dimensão desportiva dos alunos da sua escola, criar condições para intercâmbio e relacionamento com os clubes de umas escolas e de outras, promover encontros alargados de escolas em que os clubes vão competir uns com os outros e não dar guarida, em primeiro lugar, a profissionais para fazer parte de competições desportivas.

Para finalizar esta minha intervenção, gostaria de dizer que concordo com os clubes de escola, cada vez mais, incentivando competições Inter-Escolas, clubes de escolas, para envolvimento em competições desportivas profissionais.

Só depois de tudo o resto estar bem feito na Região é que vamos pensar nisso. Muito obrigado.

*(Aplausos da Câmara)*

**Presidente:** Muito obrigada, Sr. Deputado.

Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado do Grupo Parlamentar do PP, Dr. Paulo Gusmão.

**Deputado Paulo Gusmão (PP):** Sra. Presidente da Assembleia:

Permita-me que saúde V. Exa e nessa saudação elogie o brilhante papel que desempenhou, e nesse elogio gostaria de elogiar também todas as intervenções aqui feitas, a grande qualidade que aqui demonstraram, a grande qualidade nas perguntas, nas intervenções, na forma de estar, no à vontade de lidar com estas coisas da Autonomia, com aquilo que se diz frequentemente para o qual os jovens não estão muito virados, que é para a discussão política. A prova está aqui. Ainda há, cada vez mais, jovens interessados, jovens com vontade de discutir e debater os problemas da sua terra. Bem hajam, por isso! Sem me alongar muito, porque quis o destino que falasse em último lugar (isto será pior do que uma aula de 90 minutos, dobrada) e para poder continuar a usufruir da vossa simpatia, tentarei resumir.

Não poderia deixar, antes de responder concretamente às questões colocadas, de dizer que é de louvar a iniciativa, independentemente daquelas que fossem as melhorias que todos gostávamos.

É bonito ver tantos e tantos jovens preocupados com infraestruturas; tantos e tantos jovens que, tal como eu, já nasceram em democracia, já cresceram na Autonomia. Cientes disso, preocupados com isso, apresentam propostas concretas que pretendem que reconheçamos a história açoriana, comum das nossas 9 ilhas, propostas concretas para que se conheça a nossa cultura. Isto é bem a prova de que os jovens encararam, “beberam” definitivamente o espírito autonómico.

É de congratular que, até nas propostas que aqui ouvimos, sejam os próprios estudantes a pedir que o mérito e o esforço sejam premiados.

É de congratular que sejam os próprios jovens, os próprios estudantes a pedir que na escola todos possam conviver à vontade, com o respeito que cada um tem que ter pelo seu parceiro.

Como dizia aqui a porta-voz do Faial, “não queremos sonhar, queremos ser!”. O fim será, sobretudo, isso mesmo. Anda-se muito à volta de preocupações que têm a ver com: Será que vai pesar mais a carga horária? Ou será que vamos ficar em desvantagem ou vantagem? Afinal, qual é a finalidade da escola?

A finalidade é saber mais. Seremos mais ricos, humanamente, no futuro, se conhecermos sempre cada vez melhor a nossa terra, a nossa cultura e, sobretudo, termos maior conhecimento daquilo que nos é ensinado, que não seja apenas uma passagem por aulas, mas que seja uma assimilação de conhecimentos. Isso é que é e tem que ser o que queremos ser.

Posto isto, responderia à primeira pergunta que me foi feita e que tinha a ver com uma questão que já foi aqui falada, julgo que simples e que já foi bem explicada, mas que não tem nada de dramática: a questão do gestor.

Sim ou não?

Será um professor? Será um gestor?

Esta pergunta foi feita a todos, por isso também terei que falar sobre isso.

A questão não tem nada de drama.

Como já foi dito, dependerá do tamanho das escolas, das suas necessidades e dessa convicção que não é nenhum desrespeito, antes, um elogio aos professores. Os professores estão preparados, sobretudo e em primeira instância, para ensinar. Os professores estão preparados e não são necessariamente os mais vocacionados quando a dimensão assim o exija, o que pode até acontecer com a acumulação dessas próprias funções, mas a função essencial do professor, como já foi dito e se começa a verificar com os próprios hospitais, não é essa.

É fácil perceber umas pequenas coisas. Não é o professor que tem a motivação inicial de ser “negociante”. Quantas vezes é preciso fazer uma boa encomenda de material? O professor não tem que ter essa vocação.

A sua preocupação tem que ser sim, e foi aqui levantada pelos Srs. Deputados deste Plenário Jovem, a condução daquilo que é a parte pedagógica, essa sim fundamental, para cada uma das escolas e para o conhecimento das escolas. É isso que tem que estar nas mãos do professor.

A segunda questão levantada pelo Sr. Deputado João Gonçalves, tem a ver com aquela que seria a nossa opinião, a opinião do CDS/PP, sobre a Lei 30 – Lei do Estatuto do Aluno.

Em primeira instância, direi que nem que fosse por ter sido levada a efeito pela mão da Secretária de Estado da Educação, oriunda do nosso partido, só isso já era um motivo de orgulho, mas nem é apenas essa identificação partidária. É, sobretudo, a convicção de que quando está em discussão algo que é claro nos dias de hoje, como é alguma indisciplina nas escolas, para bem de todos, para bem dos professores e para bem dos estudantes que escusam de estar tempos sem fim à espera de uma resposta, processos mais céleres, resolução daquilo que vai acontecendo de forma mais atempada, com certeza é bastante meritório e há muito tempo que fazia falta.

Por outro lado, a assiduidade.

Não sou propriamente fanático pela ideia de que a assiduidade por si só é mais importante de que os resultados. Antes pelo contrário. Sempre que hajam resultados meritórios – e cá está outra vez o fim – desde que haja a certeza de que se aprendeu, é evidente que a assiduidade pode ter resoluções diferentes.



Há quem entenda, como está feito no Estatuto do Aluno, que, em casos extremos, ele chumbe; há quem entenda, como é proposta da Região, que pode ser feito através de uma multa por parte dos pais, quando não assumam essa mesma responsabilidade.

É discutível qualquer uma delas. O que importa é que haja uma convicção de que essa finalidade de se estar na escola para aprender, esteja garantida.

Mesmo a indisciplina, em si mesma dentro de certos limites, até faz bem à juventude. Não é propriamente para castigar, é tão só por uma questão simples que nós acreditamos, é que a liberdade de cada um de nós termina onde começa a liberdade do outro e quando estamos a pôr em causa a liberdade de cada um dos nossos colegas de poderem livremente aprender com respeito mútuo, é evidente que aí sim, é preciso afinar, de certa forma, aquilo que se ia passando nas nossas próprias escolas.

Esta questão prende-se com outra que me foi feita pelo meu conterrâneo, Deputado de Vila Franca do Campo: Será que o regime actual lida bem com a educação, se chegássemos à conclusão de que tudo ia mal?

Não é o caso. Nem tudo vai mal, antes pelo contrário.

O que é uma verdade é que estas coisas são como o pêndulo do relógio. Já houve tempos em que o exagero caía para as réguas, para os professores com alguma agressividade, para uma disciplina fortíssima que, nos dias de hoje, certamente não faria sentido.

Talvez por causa desses complexos e desses medos, o pêndulo do relógio virou para o outro lado e deixou-se a porta aberta, à solta.

Costuma-se dizer que “no meio está a virtude”. É esse meio que a democracia, sem complexos, sem tabus (sobretudo, quem é jovem e não tem nada desses preconceitos) se deve enquadrar. É com essa ideia de que “no meio é que está a virtude” que alguma disciplina, moderadamente, trará uma melhoria a este sistema de educação.

Aliás, tal como essa questão, é a da avaliação.

Já houve tempos em que a avaliação era exageradíssima, já houve tempos em que nem se queria avaliar. É evidente que quando se está a aprender também tem que se saber quais são os resultados.

O atraso de escolaridade, por exemplo, é outra faceta que mostra o mesmo pêndulo.

Já houve tempos em que o nosso povo era muito atrasado, em termos de escolaridade, nos números, na sua maioria.

Claro que o óbvio e a corrida do pêndulo para o outro lado, foi termos todos o preconceito de que a nossa sociedade só poderia ser composta por doutores e engenheiros.

É evidente que aí está outra vez um erro.

Onde é que está o meio?

É preciso ter gente formada para as suas profissões (ensino profissional) e é tão digno e muitas vezes mais útil quem tem essa função, do que ter um curso para depois, na prática, ser menos útil em funções dessa natureza.

Finalmente, a questão dos prémios, quanto à bandeira da qualidade às escolas, no que toca ao ambiente.

Sr. Deputado da Terceira, desse lado não poderia escolher melhor bancada para pôr a questão do mérito, porque não deve ser só para a bandeira de qualidade de ambiente. O mérito deve ser sempre premiado, para tudo. A bitola deve ser sempre a da qualidade. Deve-se nivelar sempre por cima.

Portanto, tudo o que seja premiar, é contribuir para crescer.

Pela nossa parte temos sempre essa visão. Concordamos plenamente e dizemo-lo, em relação a essas matérias, às escolas, como dizemos também aos próprios alunos.

Com certeza de que o esforço de cada um deve ser compensado e incentivado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Terminarei como comecei, com esta alegria de ver esta vivacidade, porque, de facto, é um sinal de grande esperança ver que o futuro da nossa terra está, estará e continuará a estar bem entregue. Bem hajam por isso!

Vamos continuar a viver a nossa principal liberdade, a liberdade de pensar, sobretudo aquilo que aqui fizemos.

É com ela, é com o empenho de todos, é com o passar, sobretudo, por cada um de nós, a ideia da “Nova Escola”, é com esse princípio de que buscamos qualidade, mérito e empenho, que se constrói um povo que se quer afirmar e quer crescer, sempre dentro da irreverência que caracteriza e há-de caracterizar sempre a juventude, a vós e a mim que ainda sou novo.

Muito obrigado.

*(Aplausos da Câmara)*

**Presidente:** Parece que houve alguma confusão relativamente a este momento.

Por isso julgo ser meu dever esclarecer o seguinte:

As intervenções dos alunos foram por ordem de inscrição. Segundo o Regulamento deste Plenário Jovem, só podem ser colocadas 3 questões a cada Deputado Regional.

Como restou tempo no debate entre alunos, alargámos, com a autorização da Dra. Amélia Luís, o número de questões para 4.

Claro que mesmo sendo 4 questões, nem todos os Deputados/Alunos podiam intervir, porque o total de intervenções eram 16. Era o que estava previsto no Regulamento e foi o que fizemos.

De qualquer forma, como houve ilhas e escolas que não intervieram, vamos dar oportunidade para que endereçam uma questão aos Deputados Regionais, os quais responderão no final das intervenções dos alunos.

Pede-se encarecidamente que sejam breves, porque já nos excedemos em muito, no nosso tempo.

Tem a palavra a Sra. Deputada Sara Maciel.

**Deputada Sara Maciel (Faial):** Exma. Sra. Presidente, Convidados, Deputados, Senhoras e Senhores:

A minha pergunta vai dirigida ao Deputado do PSD, Dr. Costa Pereira.

Já aqui se falou da prova de aferição como um instrumento para avaliar a escola.

Pergunto: como considerar a prova como um instrumento fiável para avaliação, quando os alunos nem assinam o seu nome na mesma?

Obrigada.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Janete Silva.

**Deputada Janete Silva (Pico):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A minha questão é dirigida ao Sr. Deputado do PCP, Dr. Paulo Valadão.

O que é que o Sr. Deputado acha das duas propostas mais contestadas da Escola Antero de Quental, a da gestão da escola e a da idade dos professores?

Muito obrigado.

**Presidente:** Tem a palavra a Sra. Deputada Júlia Raposo.

**Deputada Júlia Raposo (São Miguel):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Gostava de dirigir a minha pergunta ao Sr. Deputado do PS, José San-Bento.

Visto que muitos dos nossos colegas se queixaram das fracas condições que dispõem as suas escolas, gostaríamos de saber se as verbas disponibilizadas para as escolas, são todas iguais?

Se não são, será que se pode fiscalizar as escolas e doar mais dinheiro às mais carenciadas?

Obrigada.

**Presidente:** Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado do PSD, Dr. Costa Pereira.

**Deputado Costa Pereira (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados Regionais, Srs. Deputados, Sra. Deputada Sara Maciel:

As provas de aferição, como o próprio nome indica, são para aferir, para avaliar, não o aluno, mas o sistema, isto é, vão avaliar se numa determinada escola, que é escolhida para fazer parte de uma amostragem nacional, aquilo que foi transmitido aos alunos, os saberes e as competências, foram ou não assimilados. Naturalmente, que são transpostos pelos alunos nas provas que são feitas.

A prova de aferição tem uma intenção positiva, que é o Ministério que centraliza toda a informação a nível nacional, saber se num determinado ano, em determinadas disciplinas, os programas e as competências, que são exigidas aos alunos, estão ou não a ser assimilados por todos os alunos a nível nacional. Portanto, isto é a intenção teórica das provas de aferição.

O que é que nós verificamos na prática?

Por situações diversas, e se calhar alguns de vocês já passaram por isso, os alunos sabem que o seu nome não é posto na prova. Portanto, não sentem qualquer responsabilidade. Então, em vez de fazerem um esforço de realizarem o melhor possível aquela prova de aferição, porque aquela prova está de alguma maneira a pôr em cheque o trabalho da escola e do professor, em vez de se empenharem o máximo para fazerem as provas o melhor que podem e sabem, simplesmente porque o seu nome não faz parte da prova, fazem desenhos e coisas piores. Ainda o ano passado o Sr. Secretário se queixava das coisas mais horrorosas que escreviam nas provas.

Há aqui um trabalho que é preciso fazer a nível das escolas, dos professores e até mesmo ao nível dos alunos. Primeiro, é preciso perceber a intenção das provas de aferição e depois procurar que os alunos e as escolas se mentalizem na melhor colaboração possível, para este sistema que agora estamos a iniciar, que tem intenções positivas e tem, como primeira intenção, permitir ao Ministério da Educação, e aos responsáveis pela educação em Portugal, aferir, isto é, verificar, avaliar como é o estado da Educação genericamente em Portugal para, em função disso, se introduzirem, se for caso disso, as alterações aos programas, às competências que são exigidas nas disciplinas.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado do PCP, Dr. Paulo Valadão.

**Deputado Paulo Valadão (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados:

Em relação aos gestores, eu já fiz algumas considerações há pouco. Apenas queria acrescentar um aspecto.

Eu entendo como muito importante a implementação que foi feita a alguns anos na gestão democrática das escolas. Entendo que essa gestão deve ser

mantida e que, independentemente, do conselho directivo ser presidido pelo professor, ele deverá ter outros técnicos para colaborar na gestão da escola.

Em relação à idade dos professores, nós consideramos que a legislação existente no nosso país, em relação à reforma dos professores, é bastante avançada.

Pensamos também que é importante que essa legislação não sofra recuos, porque, infelizmente, no sector da educação e do ensino, nos últimos tempos, temos tido alguma legislação que é mais recuada, em nosso entender, do que a legislação anteriormente aplicada.

Mesmo na função pública, neste momento preocupa-nos alguma legislação que é mais recuada do que aquela que vigorou até há pouco. Vou dar um exemplo concreto:

Os funcionários públicos logo que tivessem 36 anos de serviço na função pública, poderiam requerer a sua aposentação.

Essa legislação, neste momento, está em causa e poderá ser alterada. Aliás, neste momento, está em tramitação um decreto que julgo que ainda não teve parecer do Tribunal Constitucional, que obriga todos os funcionários públicos a estar no activo até aos 60 anos de idade, ou seja, aqueles começaram a trabalhar mais jovens e que na legislação em vigor até ao fim do ano passado poderiam reformar-se logo que tivessem 36 anos, agora terão que esperar pelos 50 anos.

Neste momento, em termos mais ou menos simples, o professor poderá ir para a reforma a partir dos 55 anos, ou poderá ser desligado a partir dos 55 anos, aproximadamente.

Pensamos que essa legislação, mesmo em termos europeus, é avançada e é uma legislação aceitável.

Por isso mesmo nós pensamos que a actual legislação da reforma dos professores é uma boa legislação, é uma legislação que não deverá ser alterada, porque a ser alterada, poderá para pior.

Por outro lado, também pensamos que uma pessoa com 55 anos tem todas as condições, se está no seu estado de saúde normal, para poder leccionar em boas condições.

*(Aplausos da Câmara)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

**Deputado José San-Bento (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados Regionais, Sras. e Srs. Deputados do Plenário Jovem:

Sra. Deputada Júlia Raposo, obrigado pela sua pergunta.

Gostava de referir rapidamente de que uma das reformas profundas que foi realizada pelo anterior Governo, pelo primeiro Governo do PS, foi a criação de um quadro de novas regras de funcionamento e de autonomização das escolas.

A gestão das escolas passou a ser feita de uma forma diferente. Foram criados Fundos Escolares – cada escola passou a ter um fundo – que permitiu fazer coisas tão simples, como por exemplo, substituir uma lâmpada, uma janela ou um vidro, que anteriormente chegava a levar meses em algumas escolas a ser substituído, porque tinha que ser enviado um ofício para a Direcção Regional da Educação, na Terceira, que depois processava e mandava o ofício a transferir o dinheiro para se proceder à reparação.

Com a criação desses Fundos Escolares, os mesmos passam a ter competência de acção social, manutenção de edifícios, aquisição de equipamentos e mobiliário e também aquisição de material pedagógico. Isso, como deve calcular, é uma das dificuldades que, por vezes, os Parlamentos, os Governos e os partidos têm, ou seja, determinadas dificuldades que são ou não tidas em conta.

Chamava-lhe só a atenção que nós temos que gerir o parque escolar, em todas as ilhas dos Açores.

Portanto, é verdade que em algumas escolas não é possível fazer, por exemplo, determinadas experiências no âmbito das ciências, porque não há o equipamento ideal, faltam alguns materiais pedagógicos. Nós sabemos disso.

Acreditamos que nesse passado recente foi feito um progresso muito grande e foram acrescentadas competências aos Fundos Escolares. Portanto, a ideia base é boa. É pôr as escolas a gerirem os meios financeiros que permitem o funcionamento regular da escola.

No caso particular que referiu, devo dizer que não tenho conhecimento exacto, mas é óbvio, e acho que qualquer pessoa compreende, que em determinada escola pode sempre faltar recursos, neste caso financeiros, para se executar uma determinada ideia.

Só para tentar complementar ainda mais a resposta, gostaria de dizer que os fundos não são iguais, as quantias variam, depende se as escolas têm ou não contempladas uma determinada obra. Há pequenas obras de beneficiação e de reparação que são feitas através do próprio fundo.

Portanto, isso faz com que os Fundos Escolares sejam diferentes de escola para escola. Mesmo em duas escolas iguais, se uma precisa de pintar uma sala ou arranjar um tecto, vai ter mais dinheiro do que a outra.

Em relação àquilo que refere sobre algumas questões de falta de recursos, é verdade. Nós sabemos que estamos longe de um ensino perfeito nos Açores, mas como lhe digo, acho que temos progredido e já há dados que revelam precisamente isso.

As pessoas tendem sempre, e acho que fazem muito bem, a valorizar o que ainda falta, o que ainda está mal e esquecem um pouco o que se foi melhorando e resolvendo, mas é assim mesmo. Quando resolvemos um problema, aparecem logo outros problemas, alguns deles de maior complexidade que só podem ser resolvidos com dinheiro.

Como sabe, se o dinheiro existisse à vontade, era fácil. Qualquer pessoa conseguia gerir qualquer coisa.

Portanto, a única coisa que lhe posso dizer é que da nossa parte existe uma atenção especial para uma melhoria cada vez maior da educação dos Açores, de Santa Maria ao Corvo. É isso que lhe posso assegurar.

Muito obrigado.

*(Aplausos da Câmara)*

**Presidente:** Muito obrigado aos Srs. Deputados Regionais pelos esclarecimentos e opiniões.

Neste momento, vamos fazer um intervalo de 10 minutos, após o qual procederemos à votação das propostas de resolução e moções. A saber:

Escolas de Vila Franca, Antero de Quental, Graciosa e Corvo.

Encontramo-nos aqui às 17 horas e 55 minutos.

Antes de interrompermos, passo a ler um comunicado que chegou do Gabinete da Presidência.

“Expressamos o nosso maior agradecimento a todas as escolas envolvidas nesta “V Sessão do Parlamento Jovem”, nomeadamente o empenho e colaboração dos alunos e professores, a quem desejamos os maiores sucessos profissionais e pessoais, não podendo deixar de lamentar, contudo, que embora tenha envidado os mesmos esforços junto das escolas das Ilhas das Flores e de São Jorge, as mesmas não se tivessem mostrado interessadas em aderir a esta iniciativa.

Informa-se ainda, que esta noite, no jantar de encerramento, que se realiza no Restaurante “O Barão”, serão entregues Certificados de Participação a todos os envolvidos.

Boa tarde e muito obrigado”.

Antes de sairmos, passo a palavra ao Sr. Deputado do Grupo Parlamentar do PS, Francisco Sousa.

**Deputado Francisco Sousa (PS):** Sra. Presidente, muito obrigada pela vossa disponibilidade.

Apenas para duas palavras aos Jovens Deputados desta Casa, enquanto Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, desta Assembleia, que tem à sua responsabilidade a área da educação.

A primeira palavra é de agradecimento pela vossa presença, pelas vossas propostas, sugestões e críticas.

A segunda palavra é um pedido: voltem para as vossas escolas e transmitam aos vossos colegas a experiência que aqui viveram, que penso que foi bastante enriquecedora para vós, mas, sobretudo, para nós, Deputados desta Casa.

Gostaria de dizer-vos que continuem a sonhar com uma “Escola Nova”, com uma “Nova Escola”. Em muitos casos, continuem a acreditar e a ter esperança, no futuro, na educação.

Da nossa parte, Deputados da Comissão de Assuntos Sociais, e representantes de todos os partidos nesta Casa, vamos continuar empenhados e dedicados na procura das melhores soluções para cada um dos problemas que aqui colocaram.

Muito obrigado pela vossa presença.

*(Aplausos da Câmara)*

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Agora sim, estão suspensos os nossos trabalhos.

*(Eram 17 horas e 50 minutos)*

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos iniciar a votação das Propostas de Resolução e das Moções das Escolas de Vila Franca, Antero de Quental, Graciosa e Corvo.

*(Eram 18,00 horas)*

A propósito, deu entrada na Mesa o seguinte pedido que passo a ler:

“O grupo da Escola Antero de Quental e o grupo da Escola de Vila Franca, vêm por este meio pedir que as suas propostas sejam votadas individualmente, no total de 4 e 5 propostas.”



Posto isto, vamos passar à votação e começamos pela Proposta de Resolução da Escola de Vila Franca.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta 1, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta 1 foi aprovada com 43 votos a favor e 9 votos contra.

**Presidente:** Os Srs. Deputados que concordam com a proposta 2, mantenham-se por favor como se encontram.

**Secretário:** A proposta 2 foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Os Srs. Deputados que concordam com a proposta 3, mantenham-se por favor como se encontram.

**Secretário:** A proposta 3 foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Os Srs. Deputados que concordam com a proposta 4, mantenham-se por favor como se encontram.

**Secretário:** A proposta 4 foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Passamos agora à Proposta de Resolução apresentada pela Escola Antero de Quental.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta 1, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta 1 foi rejeitada com 46 votos contra e 6 votos a favor.

**Presidente:** Os Srs. Deputados que concordam com a proposta 2, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta 2 foi aprovada com 50 votos a favor e 2 votos contra.

**Presidente:** Os Srs. Deputados que concordam com a proposta 3, mantenham-se por favor como se encontram.

**Secretário:** A proposta 3 foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Os Srs. Deputados que concordam com a proposta 4, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A proposta 4 foi rejeitada com 46 votos contra e 6 votos a favor.

**Presidente:** Os Srs. Deputados que concordam com a proposta 5, mantenham-se por favor como se encontram.

**Secretário:** A proposta 5 foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Votemos de seguida a Moção apresentada pela Escola da Graciosa.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

**Secretário:** A Moção foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Por fim, votemos a Moção apresentada pela Escola do Corvo.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A Moção foi aprovada com 47 votos a favor e 5 votos contra.

**Presidente:** Exmos. Srs. Convidados, Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores e, em particular, para os Deputados do Plenário Jovem, permitam-me que quebre o protocolo e vos chame Minhas Amigas e Meus Amigos:

Foi um prazer contar com a vossa presença nesta proveitosa “V Sessão do Plenário Jovem”, esperando que daqui sejam emanadas algumas reflexões para a tão ambicionada “Nova Escola”.

Todas as intervenções tiveram o seu mérito. Fizeram-nos pensar o quanto é importante partilharmos ideias e tirarmos algumas ilações.

Logo, todas as Escolas participantes estão de parabéns, devendo continuar a trilhar este percurso já iniciado.

Dou por encerrada a “V Sessão do Parlamento Jovem” e muito obrigada a todos.

*(Aplausos da Câmara)*

*(Eram 18 horas e 20 minutos)*

---

**A Redactora:** Maria da Conceição Fraga Branco.